

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1996**

OMOS CXLIV

NO LXVIII

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO**



TOMO CXLIV

ANO LXVIII

**EDIÇÃO DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO
CUIABÁ
1996**

DIRETORIA

Presidente:	Luis-Philippe Pereira Leite
1º Vice-Presidente:	Paulo Pitaluga Costa e Silva
2º Vice-Presidente:	Benedito Pedro Dorileo
1º Secretário:	Nilza Freire de Queiroz
2º Secretário:	José de Moura e Silva
1º Tesoureiro:	Moacyr de Freitas
2º Tesoureiro:	João Bem Dias de Moura Filho
Orador Oficial:	Lenine de Campos Póvoas
Curador do Museu e Arquivo:	Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fiscal

Membros:	Adauto Dias de Alencar
	Dunga Rodrigues
	João Alberto Novis Gomes Monteiro

Séde Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO
 Rua Barão de Melgaço nº 3.869
 Cuiabá - Mato Grosso
 CEP 78005-500

Escritura de doação do Governo do Estado de 15 de abril de 1931, às fls. 96v. à 97v., do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº 2.102, fls. 199, livro 3-B, em 15 de abril de 1931, no Cartório do RGI de Cuiabá. Estatutos Sociais registrados no Cartório do 1º Ofício de Cuiabá, sob nº 14, em 24 de abril de 1930.

Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 815 de 8 de outubro de 1930

ÍNDICE

83
87
19
97

III - Documentos

111
123

I - Homenagem aos 80 anos do Dr. Luis-Philippe Pereira Leite PG

- De Dom Aquino a Luis-Philippe - Uma Jornada Meritória - <i>Benjamin Duarte Monteiro</i>	10
- O Oráculo Cuiabano - <i>Benedito Pedro Dorileo</i>	13
- Honra ao Mérito - Luis-Philippe Pereira Leite - <i>Nilza Queiroz Freire</i>	19
- Luis-Philippe Pereira Leite - 80 anos de trabalho - <i>João Alberto Novis Gomes Monteiro</i>	23
- Pascoal e Pasqualito - Ao Dr. Luis-Philippe Pereira Leite - <i>Dunga Rodrigues</i>	
- Um Octogenário de fazer inveja: Luis-Philippe Pereira Leite - <i>Elizabeth Madureira Siqueira e Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	27

II - Artigos

- Filinto Müller - Um Mato-grossense ilustre - <i>Valdon Varjão</i>	35
- Uma viagem do universo sul-matogrossense - Anna Luiza do Prado Bastos - <i>Lélia Rita de Figueiredo Ribeiro</i>	41
- Padre Raimundo Pombo - <i>Moacir de Freitas</i>	45
- Centenário de Nascimento (Eulina Pinto de Barros) - <i>Nilza Queiroz Freire</i>	47
- Educador esquecido (Frederico Teixeira) - <i>Luis-Philippe Pereira Leite</i>	51
- Jari Gomes - <i>Luis-Philippe Pereira Leite</i>	53
- Eleonora Duse - <i>Luis-Philippe Pereira Leite</i>	55
- Antonio de Almeida Lara - <i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	57
- Afinal, somos mato-grossenses ou matogrossenses? - <i>Germano Aleixo Filho</i>	77

- A farra do boi e touradas - <i>Antonio de Arruda</i>	83
- História e exemplos nas lendas cuiabanas - <i>Pedro Rocha Jucá</i>	87
- Breve esboço histórico do perfil geográfico de Mato Grosso ou de como o Estado chegou ao seu atual contorno - <i>Sebastião Carlos Gomes de Carvalho</i>	19
.....	97

III - Documentos

- Breve Notícia ... - <i>Antonio Pires de Campos</i>	111
- Caminhos do sertão - <i>Anônimo</i>	123
3- Carta Régia de Criação e Estatutos da Companhia de Mineração do Cuiabá	127

...de mais um título,
...navegador que chega

...literato singular,
...um modo
de Mato Grosso, o autor apresenta
discussão consistente e atualizada
fundo de representatividade
voluntária, como se fosse

PARTE I

HOMENAGEM AOS 80 ANOS DO

DR. LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

DE DOM AQUINO A LUIS-PHILIPPE - UMA JORNADA MERITÓRIA

Benjamin Duarte Monteiro

Proclamando a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o saudoso arcebispo Dom Aquino Corrêa, em formoso discurso enalteceu a iniciativa de sua criação, a 1o. de janeiro de 1919, como fruto de representantes de velhas e novas gerações, um pugilo de apenas 12 voluntários, como se fossem uma dúzia de apóstolos imbuídos de uma patriotismo iluminado e sadio.

O ideal do Instituto, resumiu o ilustre vate e prosador, em dístico latino: *“Pro Patria cognita atque immortalī”*, para significar o devotamento dos seus associados, pelo progresso e pelo conhecimento e divulgação, cada vez maior, da Pátria imortal.

Nasceu, assim, o Instituto Histórico com a missão elevada e patriótica de amar sempre e cada vez mais, a nossa Pátria, tornando-se também mais conhecida.

D. Aquino liderou essa meritória campanha. Foi eleito, em 1927, membro da Academia Brasileira de Letras.

Nesse cenáculo das letras pátrias, ele tornou mais conhecido o torrão natal e mais importante o nosso querido Brasil.

Louvamos então o grande mato-grossense, prestando-lhe merecida homenagem da mocidade cuiabana no último número d’A Crysálida, que circulou sob nossa direção, a 30 de novembro de 1927.

O Instituto vem cumprindo a sua tarefa histórica, almejada pelo seu primeiro e grande Presidente.

D. Aquino, que nos ensina e acompanha do outro lado da vida, deve estar satisfeito e feliz.

Novas e velhas gerações estão se sucedendo.

A convocação de novos valores, quando se tornam vazias as cadeiras dos que se mudam para o Além, vem aumentando o número dos apóstolos do Instituto.

De 1919 para os dias que hoje correm, vai o espaço de larga sucessão de anos.

As armas não foram ensarilhadas.

O toque de silêncio que se ouve ao abrir de mais um túmulo, faz renascer o número dos que ficaram. É mais um batalhador que chega para a grande cruzada.

E, enfim, ganhou o Instituto o comando de um literato singular, que sintetiza o equilíbrio e a harmonia da velha e da nova geração, um moço de cabelos brancos que, na sua noite sem fim, irradia luzes novas e esplendorosas sobre todos que o rodeiam, pelo exemplo de otimismo, de coragem e de religiosidade, como se fora um sacerdote sem batina, a pregar que a missão da vida de todos nós é aceitarmos e vencermos aqui na Terra todas as dificuldades, cumprindo a vontade de Deus, porque esse o meio para alcançarmos a sua Morada, na Eternidade, não importa os tropeços e vicissitudes do caminho a percorrer, nem a densa escuridão de sua noite sem fim ...

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso está, hoje, novamente de parabéns.

Tem ao seu leme, um firme e intemerato timoneiro.

Luis-Philippe Pereira Leite é tudo e mais que tudo isso.

- Alô Dom Aquino. Atendemos as suas ordens. Missão cumprida.

Cuiabá, 14 de junho de 1979.

O ORÁCULO CUIABANO

Benedito Pedro Dorileo

Releio, anotando, as três monografias substantivadas todas ela da forma composta e sincopada de maior: O Guarda-Mór, o Lavrador-Mór e o Orago-Mór encerradas no livro de mais de quinhentas páginas, sob o título de Três Sorocabanos no Arraial, editado em 1985. É deveras muito propício o momento, dado que a história e a fé estreitam-se em abraço fecundo nesta obra. Pois, neste ano de 1996, a Igreja cuiabana celebra os 250 anos da Prelazia em 1746; e o autor, o seu octogenário de vida, no mesmo mês, dias 6 e 12 de dezembro, respectivamente.

Passo a passo nas linhas de miúdas letras, encontro pepitas reluzentes de raríssima preciosidade, garimpadas pelo memorialista com aguda sensibilidade de espírito.

Inicialmente lembrando bandeiras e monções, que aportaram o centro geodésico da América do Sul, no século XVIII, encontramos a aclamação de Pascoal Moreira Cabral Leme, como guarda-mór das fabulosas minas do Arraial de Forquilha às margens do Coxipó do Ouro, o arraial mater, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de França, em 8 de abril de 1719.

Pouco tempo e a ganância do ouro, principalmente para suprir a Coroa Portuguesa, expande a exploração para atingir o ribeirão Prainha, com novo arraial das minas, descobertas por Miguel Sutil de Oliveira.

O capitão-mór Jacinto Barbosa Lopes logo, em 1722, edifica uma capela de palha, em louvor ao Senhor Bom Jesus. Bandeirantismo e religião escreviam as páginas primevas da história cuiabana, envolvida com sacrifícios dos brancos e índios, cuja odisséia, em meio ao inóspito e ingentes sofrimentos, era sustentada pela fé.

As lavras do Sutil, o lavrador-mór, cresciam e a fama aurífera de generosos mananciais começou a povoar a região, assumindo em 1727, os foros de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, com o simbolismo das armas e levantamento de pelourinho. Por interesse fiscalizador a Vila Real tornava-se sede provisória da Capitania de São Paulo.

Faltava a imagem. Evidentemente, não se adora estátua mas a venera como símbolo, representação do sagrado, a inspirar o culto devido ao senhor.

Comovente é a reprodução da crônica narrativa da confecção, transporte e chegada da Imagem do Senhor Bom Jesus a Cuiabá, em 1729, oficialmente adotada por decisão do Senado da Câmara da então Vila Real. O Orago-Mór assoma ao altar.

Completa-se a tríade comentada no livro de Luís-Philippe Pereira Leite, como os Três Sorocabanos no Arraial, pois fundadores e imagem procederam da “cidade - madrinha” de Sorocaba, em São Paulo.

Deve ser anotado que o autor registra atas, versões que, propositadamente, às vezes se conflitam, em autêntico tear histórico para que o leitor assuma a sua crítica. O âmago, porém, é preservado e respeitado.

A Imagem taumaturga foi abrigada na Capela, que logo tem paredes de barro e depois taipa socada, ruindo por vezes, reconstruída em 1740 pelo vigário padre João Caetano Leite César de Azevedo. Somente em 1771, sendo vigário padre José Pereira Duarte, recebeu a sua primeira torre com forma de pirâmide.

Da Prelazia para Diocese em 1826, dom José Antonio dos Reis, o primeiro bispo, assumindo em 1832, durante o seu rico apostolado, construiu as sacristias laterais, modificou a torre, dando-lhe a forma ogival, que permaneceu até o início do século XX. Pois em 1928, o presidente do estado, Mário Corrêa da Costa, modificou a fachada, edificando a segunda torre, com alteração da primeira. O corpo permanecia de paredes de barro socado. E assim ficou, com ligeiros reforços, até a demolição em 1968.

Não é fácil condensar a generosa oferta de dados e detalhes, verdadeiras filigranas, da obra de Luís-Philippe, que não se fecha em si mas se abre em idéias documentadas e diversificadas de pesquisadores.

É assinalado o ano de 1958 como o marco de tomada de decisão quanto à estrutura física da Catedral, que ameaçava ruir por inteiro, fissurada gravemente, com exceção do frontispício. É criada a Comissão de Reconstrução, pouco tempo após haver dom Orlando Chaves assumido o sólio Arqueiepiscopal. “O tombamento junto ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fora recusado, face à perda do estilo colonial, com a modificação da única torre abobadada, ao lado do Palácio da Instrução, pela

dupla agulha ...”, repete o Autor esta passagem na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (Tomo CXXXIX - CXL, p. 60, publicada em 1993).

Perda de autenticidade histórica, reparação duvidosa com risco de fatal desabamento, “a comunidade rezava, refletia, atenta aos detalhes e pareceres, e afinal decidiu: 70% pela demolição e reconstrução 30% ..., quando, ainda, se preparava para os 250 anos de Cuiabá, em 1969.

A relíquia colonial, infelizmente, não tinha sustentação. “Se se tratasse de uma sólida e duradoura construção aí seria imperdoável deitar abaixo o monumento histórico ... os muros de taipa ... desfazendo-se aqui e acolá ... “.

O relato mostra que na década de 60, a Imprensa estava dividida, ora apoiava a construção cabal de um novo templo, ora criticava de maneira acerba, principalmente quando se usou dinamite na demolição. Sucede, porém, que tais petardos foram usados tão somente na parte frontal, onde havia concreto armado da reforma de 1928, orientada por um engenheiro militar, já aludida, pois o restante cedia naturalmente, com estruturas sacudidas pelo tempo, ademais com o trepidar dos veículos motorizados em sua volta, em horas hodiernas. As ruas centrais estavam calçadas de paralelepípedos.

Acrescento, deve ser lembrado que o cuiabano decidiu atualizar arquitetonicamente, a partir da década de 50, o seu centro urbano, lançando por terra os antigos Palácio Alencastro, Praça Alencastro, Prefeitura Municipal e mais prédios públicos e particulares, na área que incluía a Catedral. Foi direito de opção exercitado pela maioria, e como tal deve ser respeitado.

O tempo passa e tudo refeito já propicia novas promessas históricas “ad futurum”. Logo, em 1998, celebraremos os 25 anos da nova Catedral.

Foram quinze anos de trabalho, o advogado Luís-Philippe coordenava a Comissão, ao lado do vigário padre Firmo Pinto Duarte Filho, acólitos de primeira linha do arcebispo metropolitano dom Orlando Chaves, o cantor, o apóstolo das vocações, o administrador.

São longas as páginas que contam as campanhas de doações, movimentos dos fiéis e da sociedade, com participação de governos do estado.

Mais uma vez o processo democrático: os projetos do célebre arquiteto em arte sacra Benedito Calixto de Jesus Neto, autor da Basílica

Nacional de Nossa Senhora de Aparecida, foram discutidos e postos em votação, e lê-se o resultado de 5.450, mais 3.000 votos optaram pelo estilo clássico, com ligeiros retoques, que proporcionou a realidade da nova Catedral do Senhor Bom Jesus.

Finalmente, em 24 de maio de 1973, dia de Maria Auxiliadora, comemorando o Jubileu de Prata da sagração episcopal de Dom Orlando Chaves, era definitivamente inaugurada a Catedral reconstruída, com a presença de altos prelados e personalidades de governos, clero, fiéis e povo.

Na seqüência, o coroamento da conquista. Sua Santidade o Papa Paulo VI, em 15 de novembro de 1974, atendendo ao pedido do venerando cosmopolita cuiabano concede a elevação da Catedral à categoria de Basílica Menor. Chamámo-la, portanto, de Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Cívico, religioso, histórico é tudo quanto diz respeito à transladação, em 1975, de Sorocaba para Cuiabá, das cinzas de Miguel Sutil de Oliveira, que, hoje, na cripta repousam ao lado de Pascoal Moreira Cabral e de todos os prelados da Prelazia, Diocese e Arquidiocese de Cuiabá até dom Aquino Corrêa. Nos dias que correm, o construtor arcebispo dom Orlando Chaves tem o seu corpo, falecido dia da Assunção de Nossa Senhora, 15 de agosto de 1981, após celebrar 81 anos de vida em 17 de fevereiro desse ano.

Lá está a mesma imagem do início do século XVIII, o padroeiro de Cuiabá, no seu altar, louvado artisticamente, no mosaico pelas três oferendas do bandeirante, do negro e do índio, pioneiros da epopéia máxima da cuiabania.

A obra de Luís-Philippe encerra passagens romanescas, feitos e episódios curiosos outros, que dão margem para uma pesquisa do mais relevante quilate histórico, como o Forte de Coimbra e sua Protetora e sua relação com Cuiabá, festas, folclore, reprodução de documentos raríssimos e muitos depoimentos mais.

Conduzindo a linha para encontrar o ponto inicial destas parcas letras, destacamos duas efemérides: os 250 anos da Prelazia de Cuiabá, criada pela Bula "Candor Lucis Aeternae" do papa Bento XIV, em 6 de dezembro de 1746. (...) cuja contribuição de Luís-Philippe foi valiosa em suas diligências para favorecer a Mitra Arquidiocesana com os documentos pertinentes. É

razão para homenagear Sua Excelência o senhor arcebispo metropolitano dom Bonifácio Piccinini, o bispo dos pequeninos: “Bonum Facere Parvulis”. E não poderia esquecer-nos do nosso mestre padre conselheiro Pedro Cometti, do tempo de vida salesiana, vigário geral.

Voltamo-nos, agora, para o doutor Luís-Philippe Pereira Leite, que bem sei foge de fáceis louvaminhas, mas acreditamos que, neste enredo, ainda que pobremente desenvolvido, sente-se mais honrado em sua intocável dignidade de homem virtuoso, na vida pública, como advogado, notário, escritor, ou na assembléia constituinte do estado como deputado em 1947, no Ministério Público como Procurador Geral de Justiça, Procurador Regional Eleitoral, Procurador Fiscal do Estado e partícipe de muitas outras funções públicas. Tantas são as honrarias e comendas que possui, como a de comendador da Pontifícia Ordem de São Gregório Magno.

Homem de singular inteligência, espírito percuciente e de nobreza de caráter, vai encerrando uma geração de maiores nomes que Mato Grosso já produziu, persentida pelos pósteros.

HONRA AO MÉRITO A LUÍS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Nilza de Lucinoz Freire

Nos países asiáticos, a reverência aos idosos faz parte da cultura e do seu povo. Esse respeito não é somente aos eruditos, ou sejam, pessoas de instrução vasta e variada, mas a todo cidadão privilegiado por dezenas de anos labutando no planeta terra ...

Os chineses, os japoneses, entre outros povos da Ásia, consideram a vivência dos idosos uma respeitável sabedoria do dia-a-dia; daí, porque, ao atingir a terceira idade - sejam instruídos ou não - os idosos são respeitados pela população.

No Brasil estamos longe de alcançar esse estágio ... O ano 2.000 se aproxima, sem que se mude a mentalidade do povo a respeito da velhice. E a mídia concorre muito para esse estado de coisas. Os programas humorísticos fazem toda a espécie de chacota em cima dos seus cinco sentidos, a saber: vista, audição, tato, olfato e sabor, os quais, a essa altura dos anos vividos, já se encontram alterados para pior.

Desejamos mudar o rumo desse estado de coisas; pretendemos falar de uma figura muito conhecida em Cuiabá, não só por ser filho da terra, mas pelo seu trabalho anônimo a favor de sua cidade, do seu Estado de Mato Grosso e do seu país.

Trata-se do Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, titular do Cartório do 2o Ofício de Notas desta Capital, o qual completará, em 12 de dezembro, a respeitável idade de 80 anos. O privilégio dessa longa existência é mais valorizada quando se percebe que sua vida tem sido dirigida para o bem da humanidade.

Meu conhecimento com o Dr. Luis-Philippe vem da década de 50, quando me vinha alguma dúvida no serviço público. Falava com ele pelo telefone e, numa dessas vezes, considerando o não cumprimento do horário a ser observado para se hastear e arriar a Bandeira Brasileira - diverso do que havia aprendido na escola pública - pedi sua orientação, por ser tratar de Oficial da Reserva, título obtido no Exército Nacional, quando participou da 1a. Turma do NPOR, no antigo 16o. BC, hoje 44o. Batalhão de Infantaria Motorizado. O Dr. Luis-Philippe prontamente me confirmou: ***“8 horas para hastear e 18 horas para arriar a Bandeira”***.

Anteriormente, na década de 40, o seu nome já era respeitado. Tanto que se candidatou a Deputado Estadual, havendo sido vitorioso pelo Partido Social Democrático o saudoso PSD. Assim sendo, participou da Constituinte de 1947.

Nossa amizade se consolidou com a convivência no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, instituição com 78 anos de existência, uma das mais antigas do estado. Nesse período o IHGMT teve 5 presidentes, sendo que, o penúltimo, Luis-Philippe Pereira Leite, esteve à sua frente por 20 anos ininterruptos, completados em 19 de junho de 1996.

Aliás, neste exercício de 1996, desde o mês de janeiro, o Dr. Luis-Philippe tem comemorado várias datas, todas significativas para o seu rico currículo, tais como:

25 de janeiro - 175 do Cartório do 2o. Cartório de Notas da Comarca de Cuiabá, implantado em 1821;

8 de abril - 50 anos de posse na Academia Mato-grossense de Letras;

23 de abril - 10 anos de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

6 de junho - 50 anos de eleição para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso;

19 de junho - 20 anos com Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso;

12 de dezembro - 80 anos de idade;

13 de dezembro - 60 anos de serviço público.

Mas, a data destacada neste artigo, refere-se ao seus 80 anos, cheios de sabedoria, de instrução propriamente dita, e de educação.

A atividade do Dr. Luis-Philippe Pereira Leite à frente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - 20 anos, repetimos - nunca permitiu que nenhum fato de interesse do estado, da cidade e dos acontecimentos em geral, ficassem despercebidos, principalmente envolvendo os mato-grossenses.

Também nunca descuidou da representação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em todas as solenidades para as quais fosse convidado. A propósito, em 1994, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia festejou o seu centenário. Com a devida antecedência, o Dr. Luis-

Philippe designou o sócio correspondente Afrânio Estêvão Corrêa para representar nossa similar mato-grossense. O designado escreveu-lhe que, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi o único que se fez representar, alcançando posição de destaque naquela solenidade.

Atento aos fatos históricos das instituições congêneres, mantinha intercâmbio literário com todas elas, daí porque a pessoa do Dr. Luis-Philippe foi agraciada com o colar do centenário nos festejos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em novembro de 1994.

Para a comemoração dos 250 anos de Cuiabá (1969), o IHGMT - tendo à frente o Dr. Luis-Philippe - providenciou, com a antecedência necessária junto ao governo do Estado, a confecção de bela obra de arte, "Monumento aos Bandeirantes", a cargo do Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira Filho, autor da escultura em bronze, como tributo à terra que, na década de 20, o abrigara para estudos secundários. O monumento em questão, representa as três figuras, do bandeirante, do garimpeiro e do índio, cujos elementos são formadores de nossa cidadania.

Entre as inúmeras providências que ficaram na história, destacamos mais uma: a transferência de São Paulo para Cuiabá do acervo literário particular de Amidicis Diogo Tocantins. Em vida, o ilustre cuiabano, então sócio correspondente do IHGMT, manifestou o seu desejo de doar o seu acervo à instituição mato-grossense, da qual fazia parte. Assim sendo, após o seu falecimento, o então Presidente, Dr. Luis-Philippe, entrou em comunicação com o prof. Aecim Tocantins, para, em contato com os familiares do saudoso Amidicis, seu irmão, conseguisse concretizar a vontade do falecido. Firmada a doação - mediante perfeito acondicionamento do acervo de 14.000 volumes - uniu-se com a Academia Mato-grossense de Letras juntamente com o prof. Aecim Tocantins, para fazer o entrosamento com a Universidade Federal de Mato Grosso, na pessoa da Reitora Luzia Guimarães, que providenciou os recursos necessários para a transferência e instalação do rico acervo na sala "Amidicis Diogo Tocantins", da Biblioteca Central da UFMT. Assim sendo, a citada biblioteca passou a ser co-partícipe e beneficiária imediata desse imenso tesouro, à disposição da comunidade mato-grossense.

E há quem fique chorando pelos cantos, sofrendo de velhice ... Para o professor Almerindo Lessa, na época Vice-Reitor da Universidade Internacional de Lisboa, gerontologista dos mais ativos e ocupados entre

aulas, consultas, programas, seminários, pesquisas, um pouco por todo o mundo, assim se pronunciou numa revista de domingo, em 1993: *“A velhice é uma invenção do homem; não há nenhuma doença chamada envelhecimento, nem outra chamada adolescência. Envelhece menos quem trabalha com o cérebro; os intelectuais envelhecem menos que os operários”*.

Com esse pronunciamento, descobrimos como o Dr. Luis-Philippe enfrenta os seus “aninhos”: sessenta anos de atividade no serviço público, intensa vida literária, sendo cercado de gente de toda a idade, dentro daquela sabedoria que já virou título de livro *“Como fazer amigos e influenciar pessoas”*.

Desta coluna cuiabana, falamos sobre o amigo Luis-Philippe Pereira Leite que, ao longo da nossa convivência no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, podemos destacar as seguintes qualidades: educação, fineza, capacidade, assiduidade, pontualidade, liderança natural - tudo debaixo de um manto de humildade - além de seu amor e dedicação à Instituição que presidiu.

Pelos seus 80 “aninhos”, aqui fica nossa mensagem:

Não se apresse em chegar à maioridade, pois o senhor tem muita juventude pela frente! Felicidades!

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE - 80 ANOS DE TRABALHO

João Alberto Novis Gomes Monteiro

Luis-Philippe Pereira Leite nasceu a 12 de dezembro de 1916 - desde então, 80 anos são passados ... 80 anos de trabalho !

Os caros leitores dirão: “Mas ninguém pode contar tempo de serviço desde o nascimento”.

Responder-lhes-ei, no entanto, que, em se tratando de Luis-Philippe, isto é possível, real e facilmente constatável: pois, sempre está ele demonstrando, pelas suas publicações e reminiscências, que, desde sua chegada a este mundo, vem aprendendo os fatos que, hoje, nos transmite com notável precisão. São recordações de família, de vizinhos e de ocorrências na vida - política, social e pitoresca - desta sua Cuiabá sempre muito amada.

Assim, colocando sua prodigiosa memória e privilegiada inteligência a serviço da cultura mato-grossense - principalmente em história e literatura - hoje completa, efetivamente, 80 anos de inestimáveis serviços ao seu estado natal.

A par disto, quem com ele tiver a ventura de conviver, descobrirá uma criatura humana das mais apreciáveis: simples, humilde, prestativo, magnânimo e sempre pronto a perdoar os que não tenham demonstrado capacidade para entrar em sintonia com toda a sua grandeza.

Deficiente visual desde moço, foi desenvolvendo uma função vicariante, um sexto sentido compensador, e, quando se tornou totalmente privado da visão, já a tinha completa.

Por esse sentido que adquiriu, conhecedor de tudo o que se disse publicamente nesta terra - auxiliado por dedicados colaboradores na leitura - avaliou com muita perspicácia e lucidez, fatos históricos e produções literárias; e incentivou inúmeros historiadores e escritores que julgou possuidores de méritos. Muitos dos que estão hoje no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e na Academia Mato-grossense de Letras, devem suas posições ao incentivador Luis-Philippe.

Em grande parte, pois, devemos a ele a vitalidade que ainda apresentam aquelas duas mais antigas instituições culturais de Mato Grosso.

A Casa Barão de Melgaço, sede destas entidades, está aí - majestosa, no alto dos seus mais de dois séculos - porque, muitas vezes, no Cartório do tabelião Luis-Philippe, foi encontrado algum recurso para sua preservação. A revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, por idêntico patrocínio, não sofreu solução de continuidade em sua publicação.

Por vinte anos, Luis-Philippe foi o dedicado presidente deste Instituto e hoje é, muito merecidamente, seu Presidente de Honra.

Nunca um cego enxergou tanto, sempre trabalhando no manuseio das letras - seja em seu cartório ou nas instituições voltadas à preservação cultural, ao patriotismo, à solidariedade ao próximo e ao amor a Deus !

Por todo o seu trabalho é detentor de numerosos e importantes títulos e condecorações; totalizam 45 medalhas e diplomas, impossíveis de serem aqui enumerados sem que seja ocupado muito do espaço que me foi oferecido nesta edição. Porém, considero a maior distinção recebida por ele, ter seu nome inscrito no bronze do grande sino da Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, pela marcante atuação que teve na construção daquele sagrado templo de sua devoção.

Além de muitos discursos e conferências, tem Luis-Philippe como produção literária, 27 obras publicadas em livros e opúsculos, dos quais cito apenas alguns que talvez lhe tenham exigido maior fôlego: Capitães Gerais de Mato Grosso, Vila Maria dos meus Maiores, O Médico da Jacobina, Vida e Glória de um Cientista Cuiabano, Três Sorocabanos no Arraial, Monumentos de Mato Grosso.

Luis-Philippe completa hoje seus 80 anos, mas, com seu exemplo, estará sempre entre nós como um jovem batalhador - em causas dignas de batalha - que, superando limitações físicas, produz um grande trabalho.

Parabéns Luis-Philippe, pelos seus 80 anos de vida dedicada à sua cidade, ao seu Estado e à sua Pátria. Sempre, a você levo os meus textos, em primeira mão, e nunca os tive reprovados; desta vez, desculpe-me se não o fiz, pois tenho certeza, sua modéstia me reprovaria se o fizesse.

PASCOAL E PASQUALITO - Ao Dr. Luis-Philippe Pereira Leite

Dunga Rodrigues

Pascoal e Pasqualito, por que?

Não sei. Talvez tenha sido a forma carinhosa que meu pai, Firmo Rodrigues, encontrou para tratar aqueles dois amiguinhos, os quais não se cansava de elogiar, não só como alunos, mas na convivência estreita, nos passeios bucólicos que faziam pelas terras do senhor João Pereira Leite, no sopé da serra da Chapada.

Certa vez, até presenciaram juntos um fenômeno da natureza que muito os impressionou e foi repetido outras vezes: uma rajada de vento fortíssimo, vinda da serra, varreu um estirão de árvores, arrancando-lhes até as raízes.

A rajada fortíssima deitou abaixo algumas árvores cheias de ninhos onde pequenos pássaros piavam amedrontados, chamando a atenção dos meninos. Os banhos de cachoeira e mergulhos no rio Mutuca acentuavam a delícia dessa convivência.

O contato com os meninos do seu João Pereira se estendia à família toda de meu pai. Por ocasião das festas do Senhor Divino, o mestre de carpintaria João Romão Capistrano construía um camarote só para os filhos de Firmo, de João Pereira Leite e de Teodoro do Espírito Santo.

Nessa ocasião os meninos do seu João Pereira, o Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, bacharel em Direito, membro e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso por mais de 20 anos e membro da Academia Mato-Grossense de Letras, autor de vários livros, e seu irmão José Venâncio Pereira Leite, médico e cientista de renome que se radicou em Campinas onde faleceu, e sua irmã Hermínia Pereira Leite, professora, que ao casar-se foi para o Rio de Janeiro onde faleceu, uniam-se felizes aos amiguinhos.

Quero ressaltar sobretudo a convivência com estes dois vultos ilustres, que desde meninos se faziam admirar pela educação. Isto se observava principalmente durante as touradas que prolongavam às comemorações do Divino Espírito Santo.

Nessa oportunidade destacava-se o cavalheirismo de Luis-Philippe e de José Venâncio, que os lances animados da arena, jamais se precipitavam nem atropelavam as meninas, disputando a frente do camarote. Ao contrário, cediam o lugar sem prejudicar os companheiros daquele divertimento, delineando desde cedo os perfeitos cavalheiros que se tornariam quando adultos.

Dos filhos do seu João Pereira, apenas o Dr. Luis-Philippe permanece vivo e, no dia 12 de dezembro, completará mais um ano de vida. Por essa razão quero louvar-lhe a fidalguia, que permanece indelével na memória da menininha que fui.

UM OCTOGENÁRIO DE FAZER INVEJA: LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Paulo Pitaluga Costa e Silva e Elizabeth Madureira Siqueira

No próximo dia 12 de dezembro, Cuiabá amanhecerá festiva, pois um de seus mais ilustres filhos comemora 80 anos de idade: Luis-Philippe Pereira Leite. Filho de João Pereira Leite e de Jovina Valladares Pereira Leite, o Dr. Luis-Philippe viveu uma infância feliz, usufruindo das belezas e do aconchego da Cuiabá da primeira metade do nosso século.

Após cursar os estudos iniciais junto à Escola Modelo “Barão de Melgaço”, o jovem Luis-Philippe partiu para o Rio de Janeiro, rumo a Niterói, para complementar seus estudos junto à Faculdade de Direito daquela cidade, lá permanecendo de 1936 a 1940.

De retorno a Cuiabá, o jovem bacharel participou intensamente da vida social e política de sua terra natal: Extranumerário mensalista nº 842 do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, de 13 de dezembro de 1937 a 10 de março de 1941/Oficial de Gabinete da Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso, de 07 de abril de 1941 a 27 de março de 1946/Membro do Conselho Administrativo do Estado de Mato Grosso, de 27 de março de 1946 a 26 de março de 1947, nomeado pelo Presidente da República/Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, de 27 de março de 1947 a 11 de julho. Subscreeveu a Constituição Estadual de 1947 e posteriormente recebeu da Assembléia diploma de “Constituinte Emérito”. Dela também recebeu a condecoração de Mérito “Filinto Müller/ Procurador Geral da Justiça, de 12 de julho de 1947 a 31 de janeiro de 1951, desempenhando em igual período as funções de Procurador Regional Eleitoral junto ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral/ Escrevente Juramentado do Cartório do Segundo Ofício de Cuiabá, de 01 de fevereiro a 17 de julho de 1951 e titular vitalício de 18 de julho de 1951 até a presente data/Em várias oportunidades integrou o Conselho Fiscal do Estado enquanto Procurador Fiscal até março de 1946, quando assumiu as funções de Membro do Conselho Administrativo do Estado/Pertenceu ao Conselho Penitenciário, ao Conselho de Menores/Membro do Conselho Regional de Desportos e Vice-Presidente da Federação Matogrossense de

Desportos/Durante a Presidência do Dr. Henrique de Aquino, integrou o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de Mato Grosso, desde julho de 1941, quando ali inscrito sob o nº 105, até quando assumiu o cargo Vitalício de Titular do 2º Ofício de Cuiabá/Em 15/10/1942, em virtude da 2ª Guerra Mundial, foi incorporado ao Serviço ativo do Exército Nacional, perante ao 16º BC em Cuiabá/Em 09/12/1942 foi matriculado, compulsoriamente, no NPOR de Cuiabá e freqüentou até 03 de maio de 1944, quando foi declarado aspirante a Oficial de Reserva de 2ª Classe/Convidado para estagiar no próprio 16º BC de 13/11/1944 a 13/02/1945/Recebeu carta-patente de 2º Tenente da Reserva em setembro de 1946, firmada pelo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra/Membro correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de diversos Estados do Brasil.

De personalidade marcante, o Dr. Luis-Philippe deixou expressivas lembranças por onde prestou serviços, o que adveio-lhe inúmeros reconhecimentos, materializados nos múltiplos títulos e comendas recebidas: Diploma de Mérito conferido pela OAB-MT, Comendador da Pontífica Ordem de S. Gregório Magno, medalha Pontífica “Pró Ecclesia et Pontific”; Medalha do “Cinqüentenário do Serviço Fotográfico do Exército”; Medalha “Marechal Rondon da Sociedade Brasileira de Geografia de São Paulo; Medalha do Sesquicentenário da Independência da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro; Medalha dos duzentos e cinqüenta anos da Fundação de Cuiabá; medalha “Pascoal Moreira Cabral”, conferida pela Câmara Municipal de Cuiabá; Colaborador Emérito do Exército; Amigo da Brigada; Medalha do Pacificador; Amigo da Marinha; Medalha Tamandaré; Soberana Ordem Militar de Malta (Donato de 1ª classe); Ordem do Mérito de Mato Grosso (Comendador); Ordem do Mérito de Mato Grosso (Grande Oficial); Ordem do Mérito Educacional Dom Aquino Corrêa do Governo de Mato Grosso; Colar do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Colar-Distintivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde tomou posse em 23/04/2986; Membro da Academia Matogrossense de Letras, cadeira nº 21, sob o patrocínio de Corsino Amarante, eleito em 27/09/1944 e empossado em 08/04/1946; Tesoureiro da AML de 08/04/46 a 19/06/76; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso desde 06/06/1946 e Presidente de 19/06/1976 a 19/06/96, quando recebeu o título de Presidente de Honra Perpétuo; Cidadão Honorário de Nossa Senhora

do Livramento e de Várzea Grande; Medalha Couto de Magalhães da Comarca Municipal de Várzea Grande, concedida e ainda não recebida; Membro da Liga de Defesa Nacional, com a respectiva placa de prata; Medalha do Sesquicentenário da Independência conferida pela Universidade Federal de Mato Grosso; Medalha Dom Bosco da Missão Salesiana; membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, posse no Palácio do Exército do Rio de Janeiro em 22/04/1986; Placa de Prata do Bicentenário de Poconé em 19/01/1981; Placa de Prata de 25 anos da Superintendência da Embratel em Mato Grosso; Placa de Prata dos 70 anos da Agência de Cuiabá do Banco do Brasil em 15/03/1992, como usuário dos mais antigos; Placa de Prata do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, após 20 anos de Presidência da Instituição.

Tendo obtido uma sólida formação humanista, acrescida de leituras e pesquisas que espontaneamente fez, o Dr. Luis-Philippe acaba, neste final do ano de 1996, de brindar-nos com o primoroso trabalho relativo ao Marechal Justino Alves Bastos. No decorrer de sua intensa e vibrante trajetória intelectual, publicou 29 obras, afora muitos artigos e textos editados em periódicos locais, regionais e nacionais: - *O Príncipe de Nassau - Palestras Acadêmicas - Corsino do Amarante - Forquilha, o Fundador e a Padroeira - Capitães Gerais de Mato Grosso - Vila Maria dos meus Maiores - Vilas e Fronteiras Coloniais* (Prêmio Clio da Academia Paulista de História) - *O Engenho da Estrada Real - O Médico da Jacobina - Coração Peregrino - Instantes Vivos - Alexandre Trebaure - Louvor à Bondade - Educador de Escol - Marinheiro da Selva - Bispo do Império - Vida e Glória de um Cientista Cuiabano - No Panteon da História - Manduca, Patriarca da Capela - Três Sorocabanos no Arraial - Os Valadares de Raiz da Serra - Coxiponé ilustre - João Vilasboas - Parlamentar Matogrossense - Monumentos de Mato Grosso - Agência 46 do Banco do Brasil - A Capitania de Mato Grosso e a Independência - Exaltação da Humildade - A Obra Dombosquina e o Oeste Brasileiro* (Prêmio Missão Salesiana de Mato Grosso) - *No Frigor da Guerra*

No momento em que o Dr. Luis-Philippe tomou posse na Academia Matogrossense de Letras, Cadeira nº 21, Patrocinada por Manuel Peixoto Corsino do Amarante, foi ele saudado pelo príncipe das letras, D. Francisco de Aquino Corrêa que, na ocasião, proferiu as seguintes palavras

ao novo Acadêmico:

“(...)devo dar as boas-vindas a um jovem letrado, que todos conheceis, e que veio à luz, há menos de seis lustros, aqui mesmo, nesta nossa vetusta e legendária cidade de Cuiabá, que precisamente hoje festeja os seus duzentos e vinte e sete anos, de dramática história. Aqui nasceu, quando a vila real do Bom Jesus, fazia já 27 anos que se transformara de sisuda capital da província, nesta guapa metrópole republicana, onde foi ele nado e manteúdo, até ao Curso Secundário, não a tendo deixado senão o tempo necessário à sua formatura pela Faculdade de Direito de Niterói. E de lá, efetivamente, voltou em princípios de 1941, trazendo não somente o rútilo de bacharel em ciências jurídicas e sociais, senão também a fita azul da cavalaria branca da Imaculada, em cuja congregação, com a sábia direção dos Padres da Companhia de Jesus havia temperado o espírito e revestido a panóplia sagrada, para as modernas lutas pelo ideal cristão da mocidade. Recém chegado, naquele mesmo ano, por ocasião da Páscoa dos Militares e dos moços, lançava, alto e bom som, a sua profissão de fé: ‘Aqui reunidos, dizia ele, estudantes e militares, o que há de mais puro em nossa juventude celebramos a Páscoa anual, e damos uma demonstração de patriotismo. É a manifestação mais alta, o testemunho mais eloqüente de que a mocidade da nossa terra não se deixa levar pelos falsos preconceitos, que por aí campeiam para iludir os incautos e menos avisados. E a prova de que, também nós, semelhança da juventude dos centos mais cultos da nossa Pátria, também nós queremos ser e viver cristãos ... Hoje, não tem mais sentido para nós, aquela palavra de ordem de Renan, que mandava a mocidade erguesse na mão, a flor vermelha do prazer, porque a mocidade contemporânea encara de frente, a vida, e entende que ela é, qual deve ser, para um ente ativo, como o homem, cheia de dificuldades. Passaram esses tempos! O que a mocidade de hoje quer, é liberdade para praticar a sua fé, o que ela pretende, é a liberdade para a sua pureza! (...)’”

Depois dessa bela saudação de D. Aquino, atrevo-me a render-lhe as homenagens pelo seu natalício, fazendo-o em nome de todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Um antigo amigo de família, conselheiro oculto para todas as horas, e o importante, um tenaz pesquisador e conhecedor profundo das coisas do passado da gente da terra mato-grossense, que sabe e gosta de

transmitir o seu conhecimento adquirido pelos anos de paciência e fidelidade ao estudo de nossa historiografia regional.

A sua memória infalível guarda uma quantidade incrível de datas: relata com precisão acontecimentos notáveis e interessantes; relembra com incrível facilidade os nomes de todos aqueles que conviveram com ele em sua infância e adolescência cuiabana. Sempre preocupado com o registro histórico, faz de suas obras um repositório da cultura e da memória mato-grossense, onde os pósteres, certamente, saberão o que procurar. Homem sábio, homem que expressa em seu viver, no seu dia a dia, a sua bondade, a sua espiritualidade, e impõe a sua dignidade e respeitabilidade por esse Mato Grosso e Brasil afora. Num primeiro momento, o que um passante poderia imaginar desse senhor, já entrando nos seus 80 anos, acomodado numa sala dos fundos de seu cartório, sentado placidamente numa antiga cadeira de balanço austríaca? Mal pode imaginar que ali está um monumento vivo e pensante. Absorto em suas longínquas divagações, aparentando um afastamento total das coisas materiais que o cercam, Luis-Philippe pensa. Relembra os fatos, rememora episódios, constrói as suas histórias, arquiteta os seus trabalhos. Minúcias estão sendo rapidamente trabalhadas por seu cérebro incansável e colocadas em seus respectivos lugares na história. Não há solidão, como o passante poderia interpretar, mas há sim um intenso trabalho cerebral, captando sensivelmente nomes, fatos, datas do passado, para transformar essa massa heterogênea de produto investigativo e de informes variados, em indelével registro posterior, para que a poeira do tempo não os cubra para a eternidade. Assim, vem ele salvando do esquecimento uma boa parte da história mato-grossense e cuiabana, em particular, a mais recentes. Bem merece hoje o lugar de Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico da Mato Grosso, instituição que por 20 anos presidiu com impecável sabedoria, maestria, elegância e muito amor.

A este exemplo de vida e de dedicação a Mato Grosso, os nossos sinceros Parabéns.

Letícia Faria

PARTE II

ARTIGOS

FILINTO MÜLLER UM MATO-GROSSENSE ILUSTRE

Valdon Varjão

Natural de Mato Grosso, Filinto Müller nasceu em Cuiabá a 11 de julho de 1900. Frequentou o Colégio Salesiano São Gonçalo e o Liceu Cuiabano, onde terminou o curso secundário. Em 1917, foi auxiliar de revisor da Imprensa Nacional. Continuou os estudos na Escola Militar do Realengo, especializando-se em Artilharia. Dali sairia como Aspirante a Oficial em 1922. Participou do movimento revolucionário então eclodido e, em consequência, foi preso no 1o. Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, a 5 de julho daquele ano. Em dezembro, face à exclusão da denúncia que o levaria à prisão, voltou à liberdade. Ainda em 1922, passava a 2o. Tenente. 1924, participação em novo movimento revolucionário deflagrado em São Paulo. O 1o. Tenente Filinto Müller - fora promovido em 1923 - comandou a Artilharia Revolucionária na retirada de São Paulo para os sertões do Paraná. Com a derrota, vem o exílio na Argentina, em abril de 1925. Em seguida o regresso ao Brasil, após dois anos de Buenos Aires, a condenação e o recolhimento à prisão militar. Revolução de 1930: também desse movimento participou Filinto Müller, que, a partir daquele ano, começaria a figurar no quadro administrativo do País, galgando posições sempre mais destacadas. Na época, serviu sucessivamente: como Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra (1930), Secretário da Interventoria João Alberto em São Paulo (1930), Delegado Especial da Segurança Pública e Social (1933). De abril de 1933 a julho de 1942, ocupou a Chefatura de Polícia do então Distrito Federal. Até 1940, o cargo fora exercido pelo Capitão, posto que galgara em 1932; a partir de 1940, pelo major Filinto Müller. Nesse período bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Niterói (1938). A essa altura já se fazia sentir a sua influência política em Mato Grosso, desde que, em 1934, o Partido da Mocidade, apoiado pelo Partido Evolucionista, lançara-lhe a candidatura ao Governo do Estado. A necessidade de seus serviços na direção da Chefatura de Polícia do Distrito Federal, serviços considerados imprescindíveis pelo Presidente Getúlio Vargas, o levaria a

renunciar à eleição pela Assembléia, em 1935, apesar de vitoriosos os partidos que o apoiaram. Em 1943, a nomeação para a presidência do Conselho Nacional do Trabalho, precedida da promoção, por merecimento, ao posto de Tenente Coronel. Filinto Müller pediria a exoneração daquele cargo em 1945, voltando a prestar serviços ao gabinete do Ministro da Guerra. A reserva de 1a. Classe o recebeu no posto de General de Brigada. O ano de 1945 marca o início das atividades políticas do ex-Presidente do Senado, a começar pelo ingresso nos quadros do Partido Social Democrático, de cuja fundação participou. Segue-se toda uma vida de intensa luta política. Ainda em 1945 foi eleito e diplomado Senador por Mato Grosso. Não exerceu o mandato face razões de caráter eleitoral. Em 1946, também em Mato Grosso, presidia o diretório do Partido a que ajudara a fundar - o PSD - e elegeu-se novamente Senado (1947-1950) No exercício do mandato, participou das comissões de Trabalho e Previdência Social e Constituição e Justiça, na qualidade de representante do PSD. Mais tarde, em mandatos subseqüentes, integraria outras comissões do Senado: Relações Exteriores, Redação, do Distrito Federal, Valorização da Amazônia, Segurança Nacional, Finanças, dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, Economia, Constituição e Justiça e de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio -ALALC.Em 1950 afastava-se da vida pública, após concorrer, sem êxito, ao governo do estado natal. A irreprimível inclinação política o impulsionaria a disputar a eleição para a Câmara Alta em 1954. Eleito (1955-1963), exerceu, no desempenho do mandato, a liderança do Governo e da Maioria no Senado (1955-1958). Nos dois anos subseqüentes, foi eleito Presidente da Casa. Em 1960 candidatou-se mais uma vez ao governo de Mato Grosso. Não logrou eleger-se. Continuando a exercer o mandato senatorial, ocupou, a partir de 1961, a liderança da maioria. Novamente em 1962, elegeu-se Senador. De abril de junho de 1964, foi líder do Governo e, de 1966 a 1968, liderou a Aliança Renovadora Nacional, por ele presidida em 1969, quando se tornou líder do governo e da maioria. Em 1970, última eleição para o Senado. Eleito presidente da ARENA (1972-1975), do Senado e do Congresso Nacional, não lhe foi dado esgotar os respectivos mandatos. A morte o surpreendeu no auge dessa etapa de sua vida pública, a 11 de julho de 1973, por estranha e trágica coincidência, no mesmo dia em que faria 73 anos. Ao lado dos altos cargos, sobrepõe na vida

pública do Senador-Presidente a participação em missões no exterior, a contar de 1944, quando integrou a Delegação chefiada pelo Presidente da República em Roboré, na Bolívia. A seguir, em 1946, tem-se Filinto Müller como membro da Delegação chefiada pelo Chefe de Governo à Reunião dos Presidentes Americanos. De 1957 em diante, as missões se sucedem: neste mesmo ano, XLVI Conferência da União Interparlamentar, em Londres; em 1958, Reunião do Comitê Executivo da União Interparlamentar, em Genebra; ainda em 1958, Delegado da XLVII Conferência Interparlamentar no Rio de Janeiro; 1960, Delegação do Senado às comemorações do V Centenário de Morte do Infante Dom Henrique em Lisboa; em 1961, Reunião do Conselho Interparlamentar, em Genebra e 50a. Conferência Interparlamentar em Bruxelas e II Conferência Interparlamentar Americana em Santiago do Chile; em 1962, Reunião do Conselho Interparlamentar em Roma; em 1963, 92a. Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Belgrado; em 1964, III Conferência Interparlamentar Americana em Washington e a 93a. Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Lausanne; 1966, Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Camberra; 1967, Reunião do Conselho da União Interparlamentar em Palma de Maiorca; 1968, Reunião do Conselho da Europa, em Strasburg; em 1971, a 59a. Conferência Interparlamentar em Paris. A participação na maioria das conferências interparlamentares advém do fato de haver sido Filinto Müller membro do Conselho da União Interparlamentar. Finalmente, e já no decorrer do primeiro semestre de 1973, a última missão oficial no exterior: a convite do Presidente Emílio Médici, chefiou a Delegação Brasileira incumbida de representar o Brasil a posse do Presidente Hector Campora, da Argentina. Militar, político e homem público de alto prestígio, o Presidente que o Congresso vem a perder e que tantas vezes representou o Brasil nos diferentes países do mundo, aqui e além, foi agraciado com numerosas condecorações nacionais e estrangeiras:

Recebeu no Brasil :

Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito

Grã Cruz da Ordem do Rio Branco

Medalha de Grande Oficial do Mérito Militar

Medalha de Grande Oficial do Mérito Naval

Medalha de Grande Oficial do Mérito Aeronáutico
Medalha de Grande Oficial do Mérito da Justiça do Trabalho
Medalha de Grande Oficial do Mérito de Brasília
Medalha de Prata do Cinquentenário da República
Medalha Tamandaré
Medalha Santos Dumont
Medalha de Ouro do Mérito da Cidade de Recife
Medalha de Bronze dos Bons Serviços do Exército Brasileiro

No Exterior:

Grã Cruz da Ordem Militar de Aviz - Portugal
Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito - Alemanha
Grã Cruz da Ordem Nacional Extraordinária do Mérito - Paraguai
Grã Cruz da Ordem Menelik II - Abissínia
Comenda da Legião de Honra - França

O GRANDE POLÍTICO DO SÉCULO XX

O nome do inesquecível político mato-grossense fulgurante. Senador Filinto Müller, que ainda seu nome ressoa nas tertúlias políticas deste Estado, foi homem probo, capaz e amigo, liderança incontestada e autêntica, com seus argutos conselhos de tolerância e sua extraordinária capacidade de minimizar as tensões ambiciosas, dom excepcional de conciliador das divergências e, o mais importante, o magnetismo pessoal a perpetuar as amizades conquistadas, até hoje os seus amigos lamentam o desfecho imponderável, não se conformando com seu desaparecimento trágico. O Brasil e Mato Grosso muito devem ao ilustre conterrâneo destemido, que teve seu nome ligado aos momentos mais importantes da moderna era republicana nacional, observando meticulosamente os fatos de que foi personagem relevante em nossa história, o Brasil muito deve a este mato-grossense desprezado e destemido, que mesmo durante anos foi também alvo da cruz das acusações de invejosos e cruéis escribas do credo vermelho, entretanto nunca se justificou nem se defendeu, mesmo diante de acusações injustas e inverídicas; pois, soldado por formação, fez dos regulamentos militares um credo ao qual nunca haveria de abjurar, não transferindo a outrem

as responsabilidades, aceitando os encargos da maledicência diante de circunstâncias adversas, que lhes foram imputadas como carrasco do governo Vargas, para não ferir a hierarquia militar, uma corporação que tem por princípio toda a estrutura de sua organização.

Não se pode julgar o homem que influenciou sua época sem analisá-la com profundidade, interpretando os fatos, as coisas, os atos, as atitudes, os acontecimentos, buscando nas causas próximas ou retardadas, as razões justificadoras de medidas corajosamente tomadas, que só homens de decisão são capazes de tomar, sem se importar com o julgamento da posteridade, ou com as lantejoulas do elogio contemporâneo. E esta coragem Filinto Müller teve, colocando o país acima de tudo, pois quem pesquisa nossa história comprova que, quando Filinto Müller exerceu a chefia de Polícia do governo Vargas, o momento era cruciante, tumultuado, confuso, delicado, visto que ideologias alienígenas brigavam para transformar a Nação no grande campo experimental de suas pregações, em que a supressão das liberdades cívicas constituía a pedra basilar de suas pretensões políticas.

Naquele momento só um homem com decisão, como Filinto Müller, teria coragem de afrontar os disputantes. E, quando a Pátria está em perigo, só os bravos são capazes de salvar do caos.

Podem dizer como disseram, os comunistas, os integralistas, que Filinto Müller foi violento, arbitrário e uma gama de acusações, que só o tempo poderá dar respostas, mas a verdade incontestável é que, se a ação enérgica não se tivesse feito sentir naquele momento decisivo, o nosso país teria mergulhado na mais terrível das guerras, que é a luta entre irmãos, e o solo da Nação brasileira teria se empapado do sangue de milhões de brasileiros, porque os que disputavam a implantação de suas ideologias totalitárias, só tinham em mente um pensamento: cheguem ao poder, fosse qual fosse a via de acesso e o preço de chegada.

Reconhecemos que ainda é cedo para se fazer a história daqueles tempos de turbulências políticas e ideológicas, porém é necessário não perder de vista que as próprias instituições periclitavam, pois a capital da República, o Rio de Janeiro, centro de influência do país, era seu nervo ótico de decisões. Conquistada ela, o resto ficava mais fácil. Filinto Müller compreendeu a terrível verdade e geriu a ordem pública como bravo comandante para evitar o caos e a desgraça geral.

Certo de que não podemos transformar o nosso conterrâneo no anjo salvador da Pátria e isentá-lo totalmente de algumas acusações, pois o cargo que exercia era espinhoso, a missão difícil, as circunstâncias adversas e os adversários do regime atuantes e decididos, e ele o responsável pela ordem.

Mas repudiamos com veemência aqueles que quiseram projetar um perfil deformado do grande cuiabano, cidadão de um país a quem amava com desprendimento e ao qual serviu com abnegação incansável.

Filinto Müller foi aquela figura exponencial que cativava a todos, e na retidão das atitudes, conseguia uma interação completa de objetivos, porque todos viam em seu vulto o comedimento, a experiência, o propósito definido de político amigo ou adversário leal.

Era assim o grande chefe Filinto Müller.

UMA VIAGEM AO UNIVERSO SUL-MATO-GROSSENSE:

ANNA LUIZA PRADO BASTOS

Lélia Rita Euterpe de Figueiredo Ribeiro

Quem se atreve a escolher um único nome entre tantos silenciosos! Uma professora entre tantas que Mato Grosso do Sul já teve! Inúmeras grandes professoras, mulheres, mestras do saber e da dedicação. Mas, o nome a pronunciar, Anna Luiza Prado Bastos - a Professora Galega, ilumina o panorama da educação primária, em Campo Grande, dos anos 30 a 60. Tão pleno de nobreza e significado este nome, que ao proferi-lo, se enunciam todos os nomes, a memória de todas aquelas que tombaram no exercício e na defesa da educação e cultura desta terra.

Professor Dona Galega, como a chamavam seus inquietos alunos, nasceu em Cuiabá, em 24 de agosto de 1896, sendo filha de Egydio da Silva Prado e Regina Leverger Corrêa do Prado, recebeu o apelido de Galega, por sua alva tez, como era típico, entre os cuiabanos, nomear as pessoas muito brancas, costume esse vindo da Galícia, norte de Portugal, domínio dos gauleses.

A jovem Anna Luiza desde cedo destacou-se como aluna do Liceu Cuiabano, que congregou eminentes figuras matogrossenses do fim do século passado e início deste, e da Escola Normal Pedro Celestino. Entre suas colegas, insignes professoras no sul de Mato Grosso, apontamos Maria Constança de Barros Machado, Lucina Prado de Albuquerque, Maria Isabel do Couto, Simpliciana Corrêa da Silva, Erothildes Botelho, Hermínia Leite, Helvecina Leite Revelleau, as irmãs Olívia, Joanna, Lícia, e Benedita Soares do Couto, além de tantas outras.

Privou da amizade e do respeito de contemporâneos ilustres, alguns colegas do Liceu, outros professores: Arnaldo Estêvão de Figueiredo, prefeito de Campo Grande e governador de Mato Grosso; Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras, presidente do Estado de Mato Grosso; Rosário Congro, político e homem de letras, radicado em Três Lagoas; Licurgo Bastos, professor e homem de

letras; Arlindo de Andrade Gomes, professor no Liceu Cuiabano, prefeito e 1o. Juiz de Direito de Campo Grande; Fernando de Campos, José de Mesquita e inúmeros outros vultos de nossa história.

Em 1923 veio para o sul do estado de Mato Grosso, para ajudar em seu desenvolvimento, radicando-se em Três Lagoas, onde se dedicou ao ensino público. Naquela cidade veio a se casar com o Dr. Clodomiro de Oliveira Bastos, de tradicional família matogrossense.

Em 1931, o casal mudou-se para Campo Grande, aqui fixando residência e fundando em 1935, a Escola Barão de Melgaço. Nesta cidade iniciou a sua escalada no plano da educação, tornando-se uma das grande educadoras do sul de Mato Grosso, durante cerca de 30 anos dirigindo e lecionando em seu estabelecimento de ensino, à Av. Afonso Pena, onde hoje funciona a agência do Unibanco, bem em frente ao antigo Quartel General. O nome da Escola, **Barão de Melgaço**, foi uma homenagem a Augusto Leverger, seu bisavô materno, personagem da história de Mato Grosso Uno, oficial da marinha brasileira, governador de Mato Grosso e herói da guerra contra o governo do Paraguai.

Esta escola foi um dos estabelecimentos de ensino particular de grande relevância para a educação e instrução da criança campograndense. Ali se formavam verdadeiros cidadãos, cultivando-se o patriotismo, incentivando-se ao estudo e à pesquisa, à solidariedade e à amizade. Educava-se para a cidadania.

Dona Galega era a diretora e também professora de algumas classes. Coadjuvada por grandes mestras, entre as quais a Professora Lucina Prado de Albuquerque, sua irmã de sangue e de ideais, formando com esta parceria imbatível no ensino primário campograndense, além de tantas outras, ilustres mestras, entre as quais citem-se: Otilia Corrêa da Costa, Joana do Couto Vieira Pontes, Dinah Ponce van den Boch, Moreninha Teixeira.

Antes de sua vinda para o sul de Mato Grosso, a jovem professora, *“estudiosa e responsável desde menina, inclinada às letras, dona de um estilo delicado, cedo passou a colaborar com revistas e jornais de Mato Grosso, participando de encontros lítero-musicais e contribuindo, mormente, nos espaços culturais”*, conforme dados retirados da Revista da Academia Mato-grossense de Letras, em peça literária de Ubaldo Monteiro da Silva. Diz mais este ilustre acadêmico: *“Foi ela, com Maria Dimpina,*

Marianinha Póvoas, Maria de Arruda Müller, sua irmã Regina Prado e outras, fundadoras do Grêmio Literário Júlia Lopes, de elevado nível cultural das décadas de 20 e 30". Continua o acadêmico: "Com o pseudônimo de Zilá Donato, colaborou Anna Luiza nas colunas da famosa revista "A VIOLETA", que circulou nas décadas de 20, 30 e 40".

Em Campo Grande, como colunista da revista Folha da Serra (década de 30), usava o pseudônimo de Delorme Vaz. Proferiu em Campo Grande, inúmeras palestras, destacando-se uma programada para a Semana da Criança em 1934. Nesta revela sua grande vocação de amor ao ser em formação.

Paralelamente às atividades da Escola Barão de Melgaço, a Professora Galega ocupava a cátedra de francês da Escola Normal Joaquim Murtinho, onde lecionou até o início da década de 50.

Foi a primeira ocupante da Cadeira n.27 da Academia Matogrossense de Letras. Segundo o acadêmico Ubaldo Monteiro, Anna Luiza, sempre ocupada com as luzes do saber, e, tendo fixado residência em Campo Grande, somente tomou posse em 1946, estando porém seu nome registrado entre os fundadores daquele importante sodalício de letras em 1920.

Apesar de não possuir filhos carnis, os possuiu de coração, entre estes seus sobrinhos Pio, Bá, Luciano, Dulce, Sara, Edna e sua diletta sobrinha Dra. Terezinha Prado de Albuquerque (filha da Professora Lucina), advogada em Campo Grande, que conviveu com a sua amável tia até os momentos finais; além dos filhos do Dr. Licurgo Bastos, Aldo, Gilberto e Vera Congro Bastos.

A Escola Barão de Melgaço, que perdurou até a década de 60, contou com um rol de alunos dos mais representativos da cidade, entre os quais encontramos registrados os nomes de inúmeros campograndenses que ali receberam os primeiros lustros do saber: Ana Lúcia Neder, Bartolino Oliveira Lima, Bernardo Baís Neto, Coriolano Bernardo Baís, Edson Tognini, Fernando de Vaconcelos, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo, Regina Maura Carrato, Rubens Neder Teixeira, Vera Machado, Henry Maksoud, Cenira Costa, Cirene Costa, Ana Maria Costa, Yone Sperb, Onofre Mandetta, Volney Arruda, Marisa Arruda, Renato Rezende, Nely Hugueney, Neuza Hugueney, Aldo Congro Bastos, Lia de Sena, Lélia de Sena, Dayse Serra, Maria Alice van den Boch, Valeska Perez, Roberto Perez, Eduardo Perez, Soledad Perez,

Maria Amélia Perez Scapulatempo, Selva Alves Corrêa, Juvenal Alves Corrêa, Crisantho Alves Fialho Filho, Tasso de Andrade Gomes, Haroldo, Aécio e Marcelo Miranda, os famosos trigêmeos campograndenses, as irmãs Lima de Ponta Porã, Edy, Lucy e Leny, Geraldo Solari, e inúmeros outros, cerca de 5 mil alunos que só o registro da escola poderia apontar.

A Professora Galega não deverá estar somente no coração de seus familiares e alunos, mas também na memória de Mato Grosso do Sul, como uma das grandes mestras que já teve o privilégio de possuir.

PADRE RAIMUNDO POMBO

Moacir de Freitas

O padre Raimundo Pombo Conceição Moreira da Cruz nasceu em Corumbá - MS, a 8 de dezembro de 1913, filho de Raimundo Pombo Moreira da Cruz e de Joana Pires Moreira da Cruz. Faleceu em Cuiabá a 29 de julho de 1996. Abraçou a vida religiosa ingressando na Ordem Salesiana. Foi professor de português, matemática, história e desenho no Liceu Salesiano São Gonçalo em Cuiabá. Como teatrólogo mato-grossense publicou: "Heróis Hodiernos", drama em 3 atos; "Educação Moderna", comédia em 2 atos; "O Último Pelotão", drama em 5 atos; "Caduquice de Avô", comédia em 2 atos; "A Múmia de Tibiriçá", comédia em 3 atos; "O Sinal Misterioso", drama em 5 atos; "Capitão Jaguar", drama em 3 atos; "Hosana! Cruxifige! Surrexit!", drama da Paixão de Cristo em 3 atos; "Uke Waggun", drama indígena em 3 atos; "Pipoca", farsa em 1 ato; "A Mulher Seca do Cai-Cai", farsa em 1 ato; "A Estátua do Zé Carrapeta", adaptação de comédia italiana em 2 atos; "Lê e Medita", contos para a juventude; "Uma página por dia", contos; "Um conto e um Propósito", fatos de heróis da Pátria e da Religião; "Crime em Noite de Amor", drama em 3 atos; "Tempestade na Casa do Vizinho", um romance contemporâneo. Sua última obra foi "O Príncipe Operário" ou a vida de São José. O padre Pombo, em sua última quadra da vida, ingressou na política, tendo se candidato a Governador do Estado de Mato Grosso, nas eleições de 1982, não logrando êxito. Sua vida foi antes de tudo, dedicada ao ensino, tendo exercido todos os cargos no Colégio São Gonçalo, de professor a diretor. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tendo publicado em sua revista o artigo "O nome Cuiabá", uma brilhante explicação sobre a origem do nome da cidade, e ainda uma monografia sobre Dom Francisco de Aquino Corrêa. Entrou para o Instituto Histórico a 19 de junho de 1976. Foi ainda membro da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira de n.4, cujo patrono é o padre José Manoel de Siqueira, tendo sido ocupada anteriormente pelo arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino Corrêa. O padre Pombo deixou saudades entre os seus ex-alunos, e os sócios do Instituto Histórico e da Academia, onde era dos mais assíduos freqüentadores.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

Nilza Zuciroz Freire

"UM EXEMPLO ...

Existe uma mulher que tem um pouco de Deus pela imensidão de seu amor e muito de anjo pela incansável solicitude de seus carinhos ...

Existe uma mulher que, sendo jovem, tem a reflexão de uma anciã e que, na velhice, move-se com o vigor da juventude...

Existe uma mulher que, singela, desvenda os segredos da vida com mais acerto que um sábio e, instruída, adapta-se à simplicidade das crianças...

Existe uma mulher que, sendo pobre, satisfaz-se com a felicidade dos que ama e sendo rica, dá com prazer uma fortuna para não sofrer, em sua alma, a injúria da ingratidão...

Existe uma mulher que, sendo forte, estremece-se com o gemido de uma criança e sendo frágil, reveste-se, às vezes, da força do leão ...

Existe uma mulher que, ao seu lado, todas as dores são esquecidas ...

Esta mulher existe.

Ela se chama

EULINA PINTO DE BARROS

Venha participar, com a família Gomes de Barros, da comemoração dos 100 anos de sua existência. Dia 7 de setembro de 1996, às 12 horas, no Restaurante Rio's, no Parque do Flamengo, s/n. Rio de Janeiro"

Transcrevemos, acima, o convite recebido dos familiares de minha tia, pelo lado materno, D. Pomba, viúva de Américo Gomes de Barros.

Morava em Cuiabá, na rua 13 de junho, em frente à Igreja Presbiteriana, religião que abraçou e transmitiu aos seus sete filhos: Américo, Gerbe, Abner, Cândida, Leila, Abiel e Oziel.

Com exceção do caçula, Oziel, que fixou residência em Brasília, os demais filhos residem no Rio de Janeiro, onde estudaram o 3o. grau ou Curso Superior.

D. Eulina, enérgica educadora, não relaxou a instrução convicta de ser, aquele instrumento, o único fator de transformação do ser humano. A educação, também, não ficou atrás. Ofereceu à sociedade filhos sadios - de corpo e alma -, os quais estão espalhados nas diferentes áreas do saber, como veremos a seguir: Américo - militar do Exército Nacional, reformado; Gerbe - contador; Cândida - professora, com curso de aperfeiçoamento para Jardim de Infância; Leila - enfermeira, formada na Escola Ana Nery; Abiel - engenheiro; Oziel - dentista, especializado em ortodontia.

D. Eulina Pinto de Barros nasceu na localidade de “Colônia Isabel”, às margens do rio São Lourenço, pertencente à época, ao município de Santo Antônio do Rio Abaixo, posteriormente Santo Antonio do Leverger. Com o desmembramento do município, seu lugar de nascimento passou a pertencer ao município de Barão de Melgaço.

Do casal Eulália Ramos da Silva e Joaquim Pinto Duarte, nasceram 10 filhos: Eulina (centenária), Firmo, Rosalina, Acindino, Antônia, Afonso, Avelino, Euclides, Ana e Reginaldo Pinto Duarte. Desses 10 irmãos, vivem três: Eulina, Rosalina e Ana.

A aniversariante, que completará 100 anos no próximo dia 7 de setembro, tem muitas histórias para contar, referente ao dinamismo dos seus anos moços, principalmente com providências eficazes a respeito de vários assuntos, como veremos dois deles:

1- Quando o primeiro filho concluiu seus estudos no Colégio Militar, insistia com ela para que comparecesse aos festejos e, nas suas cartas dizia-lhe: “Não me falte com sua presença porque, a senhora, que tanto me deu forças, deverá ser o general dessa batalha”. Mas, apesar do entusiasmo

do filho, ela não via jeito de se deslocar de Cuiabá para o Rio de Janeiro. Teve uma idéia e partiu para ação. Foi ao comandante do antigo 16o.BC, hoje 44o.BIM, e solicitou passagem de avião militar. O comandante da época explicou-lhe que as passagens eram controladas por Manaus. Assim sendo, D.Eulina tomou nota do endereço e pediu ao marido que preparasse a carta - ela assinaria - ao Comandante do Amazonas - contando o seu desejo de prestigiar o filho e da impossibilidade de realizar sua vontade, por falta de recursos financeiros -, no sentido de conceder um lugar nos aviões da FAB - Força Aérea Brasileira. Tão logo a carta chegou ao destino, ela recebeu telegrama garantindo-lhe a passagem e marcando a data do vôo.

2- De outra feita, já com o primeiro filho formado, torcia para que fosse lotado em Campo Grande-MS - onde já morava - a fim de, com a família reunida (pai, mãe e filhos), pudesse dar continuidade, com mais folga, na educação dos demais descendentes. Eis que, a lotação do Américo Filho saiu para Corumbá ... Não se esmoreceu, porque seu pensamento voou alto, como veremos. Conversando com militares sobre sua pretensão, ouviu descrédito de todos, mas, mesmo assim, em segredo, tomou a atitude que seu coração pedia. Governava o Brasil um mato-grossense de Cuiabá, Eurico Gaspar Dutra, que além de militar era a autoridade máxima do país. Novamente pediu ao marido, Américo Gomes de Barros, que preparasse uma carta, sincera e objetiva - receberia a sua assinatura - ao, então, Presidente da República, expondo a situação e pedindo a sua interferência no assunto. Quando se assustou, ouviu um zum-zum de militares comentando sobre a transferência de seu filho ... Antes de agradecer ao Presidente da República, agradeceu a Deus - religiosa do jeito que é - a quem havia orado, pedindo que a carta atingisse o coração daquela figura tão importante.

E com essa força espiritual resolvia todos os assuntos.

Américo Filho, quando prefeito de "Duque de Caxias" - RJ, inaugurou uma escola com seu nome, "Eulina Pinto de Barros", em reconhecimento à grandiosa luta de sua mãe, a fim de dar conta de todos os filhos formados.

Daqui desta quilometragem imensa, felicitamos a querida "tia Pomba" pelo seu centenário, ao lado dos seus descendentes e demais familiares, que tanto a respeitam e a admiram.

EDUCADOR ESQUECIDO

Luis-Philippe Pereira Leite

Sempre estranhei o esquecimento geral da figura de um grande educador do passado.

Frederico Teixeira, cuiabano, nascido em 27 de setembro de 1891 e veio a falecer em 5 de dezembro de 1922. Foi casado com Bárbara Pereira Leite e deixou cinco filhos: Sebastião, Adolfo (já falecido), Custódia do Carmo, Nair e Frederico.

Fundou a Escola Particular “São Sebastião”, e educou várias gerações de jovens mato-grossenses, Cercou-se de uma plêiade de jovens e competentes auxiliares como: André Avelino Ribeiro, que mais tarde manteve no alto do morro da Prainha o conhecido Colégio “São Pedro”; Olavo Dutra Paes de Barros e Romeu Manoel Pinto, que mais tarde se tornaram os primeiros funcionários da agência do Banco do Brasil, e Antero Paes de Barros, também cuiabano, que projetou-se na vida pública de Mato Grosso, deixando, ao morrer nonagenário, invejável folha de serviços, pela sua competência, pela probidade e pela honestidade em todos os cargos públicos pelos quais passou.

Frederico Teixeira, assim apoiado educava os nossos jovens, que deixariam na história a lembrança do seu preceptor e da excelência do ensino que ele ministrava.

Dentre os grandes alunos de Frederico Teixeira, podemos contar Eurico Gaspar Dutra, Marechal do Exército, guindado à Presidência da República; Marechal Floriano Peixoto Keller, cuiabano que, em 12 de outubro de 1997 completaria 100 anos de idade; D. Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, membro da Academia Brasileira de Letras, considerado o maior orador sacro brasileiro do século XX; Arnaldo Estêvão de Figueiredo, agrônomo de renome, governador do Estado de Mato Grosso, que ao falecer quase centenário, recebia as honras de agrônomo mais idoso do mundo.

Guardo na minha lembrança a figura do organizador que ele foi. A casa da Travessa da Assembléia, hoje rua Campo Grande, n. 8, que servia de residência e de escola, ao lado da de n. 6, em que residi após a sua morte. A divisão dos seus quintais para banheiro sob cobertura, a parte escolar sob telheiros amplos, galinheiros, depósito de lenha, jardim com belo roseiral, folhagens e plantas selecionadas, pomar, horta, canavial, milharal e mandiocal, galpões específicos, deixaram em minha vida a marca daquele grande e humilde educador.

Frederico Teixeira foi homenageado pela municipalidade cuiabana, com outorga da área do Cemitério da Piedade para o seu jazigo perpétuo.

Essa homenagem permanece solitária no mundo do reconhecimento dos valiosos serviços por ele prestados no setor particular da educação mato-grossense. Urge que em 1997, ao transcurso do 75º do seu óbito, a Secretaria de Educação e os educadores da modernidade, assinalem de maneira marcante a figura do grande e esquecido filho de Mato Grosso no setor da educação.

JARI GOMES

Luis-Philippe Pereira Leite

Meu conhecimento com Jari Gomes data de março de 1947, quando da instalação da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por nós integrada na fase constituinte. Não o conhecia antes. Sabia tratar-se de jovem médico que clinicava em Três Lagoas. Dotado de fino trato e de educação esmerada, ele se impunha pela dignidade e pela postura no trato com os colegas.

Nosso convívio permaneceu mesmo após a promulgação da nossa Constituição de 11 de julho daquele mesmo ano.

No dia seguinte, eu deixava o Legislativo para assumir a Procuradoria Geral da Justiça de Mato Grosso, graças ao empenho do então Governador Arnaldo Estêvão de Figueiredo; mais tarde, este renunciou ao mandato governamental para disputar uma vaga de representante de Mato Grosso no Senado Federal e, em consequência, a Assembléia Legislativa elegeu, para seu sucessor, o ilustre Deputado Estadual Jari Gomes.

Coloquei i cargo de confiança que exercia, à disposição do novo dirigente do Estado e ele me convocou para comunicar-me oficialmente que eu merecia a sua total confiança. Assim, trabalhamos juntos, dia a dia, até a expiração do seu mandato parlamentar, vale dizer, 31 de janeiro de 1951.

Mantivemos regular amizade, e, quando ausente da capital, correspondência habitual, principalmente após a sua eleição para a Academia Mato-grossense de Letras.

Sempre me outorgou mandato para representá-lo em todos os atos do sodalício, e essa correspondência permaneceu com relativa freqüência, mesmo quando fixou residência em Niterói-RJ.

Quando fui eleito, em 2 de outubro de 1985, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em eleição histórica, considerada a mais disputada dessa Casa, Jari Gomes esteve presente na sessão memorável de posse, em 23 de abril de 1986, e me brindou com uma bonita mensagem que a revista do IHGMT arquivou, e na qual ele relata, com bondade e carinho, como testemunhou o evento.

Ele compareceu à solenidade com dificuldade, e essa circunstância me sensibilizou ainda mais. A sua saúde combalida foi se agravando, e já octogenário, pois era nascido em novembro de 1913, veio a falecer em 7 de abril de 1996.

Deixa páginas das mais expressiva na literatura mato-grossense, que ele soube cultivar, honrar e dignificar ao longo de sua vida pública.

Grande amigo e grande vulto da história de Mato Grosso.

ELEONORA DUSE

Luis-Philippe Pereira Leite

Eleonora Duse nasceu em 1859 e faleceu em 1924.

Atriz dramática italiana, considerada a maior diva de sua época.

Eleonora Duse parecia viver seus papéis ao invés de interpretá-los. Os críticos a admiravam por seu estilo natural e sincero.

Gabriel D'Annunzio escreveu para ela algumas de suas melhores peças, como "A Gioconda" e "Francesca da Rimini". Apaixonando-se pela atriz, para ela escreveu o romance "O Fogo" em 1900, baseado em seu romance real. Por causa desse livro, Eleonora Duse teve de se afastar do palco durante 20 anos. Foi umas das primeiras intérpretes de Ibsen, nas peças "Hidda Gabbler" e "Rosmersholm". Eleonora Duse nasceu num trem, durante uma viagem de seu pai, ambos atores, pela Itália. Aos 14 anos fez o papel principal em "Romeu e Julieta". Apresentou-se diversas vezes no exterior, inclusive no Brasil. (Enciclopédia Delta - v. 5, p.2.649)

Grande admirador da artista, o parlamentar mato-grossense João Vilasboas, deu-lhe seu nome à filha que nasceu em Cuiabá, em 16 de setembro de 1916, fruto de sua união com Valdomira do Couto, senhora bonita e elegante, que vinha de dois casamentos anteriores. Eleonora Duse Vilasboas foi minha companheira de infância. Brincamos juntos na antiga Travessa da Assembléia n.6, onde passei a residir a partir de 1922.

Morava ela ora na rua de Baixo, em casa que ficava vizinha do comércio de Manoel Felizardo da Costa Campos, casa essa que, anos mais tarde seria de Jorge Dreux, que ele transformou em pequeno sobrado, e hoje em dia, sede do Museu de Pedras. As vezes Duse e sua mãe passavam uma temporada no casarão da rua Pedro Celestino n.23, esquina da Travessa da Assembléia, onde ficava o escritório de advocacia do pai.

Organizávamos teatro e ela representava muito bem, cantando músicas da época, muitas das quais em espanhol. Era inteligente, mas não teve persistência na sua escolaridade. Com a vinda de Mário Mota e família de Cáceres, a parte da casa da rua Pedro Celestino passou a ser ocupada

pelo cunhado e pela irmã de Vilasboas. O contato com Duse diminuiu, e na época do ginásio ela freqüentava a casa de sua tia Donana, excelente costureira, casada com Cândido Joaquim de Carvalho, alto funcionário da Delegacia Fiscal de Mato Grosso. Este casal residia em casa alugada da Santa Casa de Misericórdia, situada entre a residência de José Joaquim Graciano de Pina Filho e o consultório dentário de Walter Jeffery, em frente ao Hotel Gama. Este casal não tinha filhos, mas criava a Ana, filha da Valdomira e irmã de Duse, e mais tarde se casaria com Ranulfo Corrêa, viajante comercial e empresário no sul de Mato Grosso, que estabeleceu mais tarde linha de ônibus e de transporte de carga, ligando Campo Grande a Cuiabá. Duse enamorou-se uns tempos de seu primo irmão, Euricles Mota, mas o namoro foi efêmero. Mudou-se para o Rio de Janeiro onde se casou com o advogado mineiro, comissário de polícia, Luís Gonzaga Noronha Filho, alcunhado Zico, e dessa união, logo desfeita, permaneceu um filho único, Luís Gonzaga Noronha Neto. Rapaz brilhante e talentoso, fez concurso para ingressar no Ministério Público Federal, logrando excelente classificação, juntamente com Celso Fernando Leite de Barros, corumbaense, que então estagiava no Rio, no escritório de João Vilasboas. Neto deixou duas filhas, pois faleceu muito jovem. Duse criou algumas meninas, filhas das suas empregadas, e com estas viveu no apartamento do Leme até falecer. Este ano estaria completando 80 anos.

ANTONIO DE ALMEIDA LARA

Paulo Pitaluga Costa e Silva

INTRODUÇÃO

O Brigadeiro Antônio de Almeida Lara foi um dos mais importantes personagens que despontou nos primórdios da ocupação do vale do Coxipó, nos três arraiais pioneiros, São Gonçalo, Forquilha e Lavras do Sutil ou Arraial do Cuiabá. A história ainda o registrou como pioneiro na ocupação de Chapada. Nos primeiros tempos das minas do Cuiabá e do Mato Grosso teve uma considerável influência de mando e poder.

Quase todos os historiadores regionais modernos dedicaram-lhe memória, citaram a sua pessoa, os seus cargos, alguns de seus feitos, mas nunca enfeixaram a sua biografia no corpo de um só trabalho.

As citações a seu respeito são vagas e esporádicas, e foram feitas, umas, pelos cronistas do século XVIII, alguns seus prováveis contemporâneos, que conseguiram registrar algo de sua vida, seus cargos e sua atividade nos primeiros anos da ocupação pioneira das minas do Cuiabá; outras, por historiadores que se ocuparam do bandeirismo paulista, que também o citaram de relance, tendo por base documentos achados no Arquivo do Estado de São Paulo.

Portanto, para se formar um esboço biográfico completo, há que se pinçar inúmeros registros, inseridos em várias crônicas, histórias, biografias, genealogias, relatos de viagens e outros documentos, tanto do período colonial como do provincial, e daí, num interessante e recompensador trabalho de pesquisa, condensar-se em um só trabalho biográfico sobre o notável personagem que foi o Brigadeiro Antônio de Almeida Lara.

DADOS BIOGRÁFICOS

Antônio de Almeida Lara nasceu na vila de São Paulo em fins do século XVII, filho de João Raposo da Fonseca Leme e de Maria de Lara e Almeida¹. Seu pai faleceu em 1703 em Parnaíba. Nada a história deixou registrada acerca de sua infância e adolescência, de seus estudos e local de moradia.

Ainda jovem, acompanhou a bandeira de seu tio Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo aos sertões da Bahia, no rio das Contas. Essa bandeira foi formada por ordem de Dom Brás Baltazar da Silveira, através da Provisão de 22 de outubro de 1713, e que se internou pelos sertões em busca de novas lavras auríferas. Pelos anos que passou minerando pelos sertões da Bahia, chegou Pinheiro Raposo a ter consigo mais de 80 arrobas de ouro.²

Andou Almeida Lara na Bahia entre 1713 e 1718 na extração de ouro, onde chegou a obter muitas arrobas desse metal precioso. Retornando em 1718 para São Paulo a fim de rever sua mãe, levou consigo duas arrobas do cobiçado metal, deixando com o tio, e também padrinho, cerca de oito arrobas de ouro³. Sebastião Pinheiro Raposo, durante a ausência do sobrinho, foi surpreendido com uma grande revolta entre seus homens, motivada em especial pelos maus tratos que sofriam, chefiados pelo português Manuel da Silva Braga. No desfecho desse levante, foi cruelmente assassinado pelo bando amotinado, e acabou perdendo não só o ouro do sobrinho, mas toda a sua própria fortuna e pertences pessoais, sendo o seu arranhamento totalmente destruído.⁴

Essa perda do ouro duramente bateado pelas lavras baianas, cortou o plano que tinha Lara de estabelecer-se comercialmente em Lisboa, vendo-se obrigado a continuar adentrando pelos sertões em busca de fortuna.

Sabe-se que seguiu via marítima para o Piauí⁵ em 1719 e, aí percebendo que não teria futuro, nem com a preia de índios nem com a exploração de minas auríferas, em seguida retornou embarcado para São Paulo.

1 - Leme Luiz Gonzaga da Silva - in - "Genealogia Paulistana" - São Paulo: Duprat & Cia, 1904, 9v., nos dá conta de pelo menos 5 pessoas com o nome de Antonio de Almeida Lara entre os séculos XVII e XVIII.

2 - Franco, Francisco de Assis Carvalho - "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil" - São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954, p.328

3 - Franco, Francisco de Assis Carvalho - op. Cit., p.200

4 - Franco, Francisco de Assis Carvalho - op. Cit., p.328

5 - Franco, Francisco de Assis Carvalho - op. Cit., p.200

Chegando à essa vila, encontrou um grande alvoroço, com a sua população excitada e influenciada pela recém chegada notícia do ouro cuiabano, comprovada com as amostras das pepitas trazidas pelo bandeirante Antônio Antunes Maciel.

Joaquim da Costa Siqueira nos conta: ***“Divulgada a notícia pelos povoados, foi tal o movimento que causou nos ânimos, que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitos, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes descobertos como se fora a Terra da Promissão [...]”***⁶.

Atraído pela fama dessas lavras, embarcou Almeida Lara para as novas minas provavelmente na primeira monção de 1720 que deixou Araritaguaba com destino ao ouro do Coxipó. Foi muito concorrida essa monção que conduziu a primeira leva de pioneiros aventureiros atraídos pela rápida fama das novas lavras. ***“Entrado o ano de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes divididas em diversos comboios [...]”***⁷, nos relata novamente Costa Siqueira.

Em 1720 estava desembarcando em São Gonçalo Velho, o arranchamento pioneiro de Pascoal Moreira Cabral. Uma quantidade de ranchos de palha, desordenadamente construídos, fervilhante de aventureiros de todo o tipo, cheios de esperança no ouro fácil encontrado no vale coxiponeano. Possivelmente Almeida Lara tenha iniciado de imediato o seu trabalho de batear o ouro encontrado no Cóxipó e córregos adjacentes. Logo deve ter recebido do Guarda Mor Pascoal Moreira Cabral a sua data de mineração.

Chegou já com equipamentos para a mineração, ferramentas, armas e escravos, adquiridos com as duas arrobas do ouro que lhe sobraram de seu trabalho em minas baianas. Por certo esse ouro baiano o diferenciava dos demais aventureiros que demandavam ao Cuiabá. Rodrigo César de Menezes nos afirma: ***“ [...] como nestas (Minas do Cuiabá), para onde se passou no princípio de seu descobrimento, trazendo grande número de escravos e fazendo uma considerável despesa em viagem tão dilatada e agreste [...]”***⁸.

6 - Siqueira, Joaquim da Costa - “Crônicas do Cuiabá” - in - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. IV, 1898/1899, p. 18

7 - Siqueira, Joaquim da Costa - op. Cit., p. 18

8 - Carta Patente passada pelo Capitão General Rodrigo César de Menezes, nomeando Antonio de Almeida Lara como Brigadeiro, de 30 de dezembro de 1726, transcrita in - Marques, Manoel Eufrásio de Azevedo - “Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo” - Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/USP, 1980, 1o. v., p.57 -

Em 6 de novembro de 1720, assinou um Termo⁹ elaborado pelos bandeirantes, acampados ainda no arraial de São Gonçalo Velho, às margens do rio Coxipó, pelo qual Fernando Dias Falcão foi aclamado Cabo Maior e Pascoal Moreira Cabral confirmado como Guarda Mor das Minas. Foi esse o primeiro documento institucional, que sobreviveu até nossos tempos, assinado pelo Brigadeiro, numa prova incontestada de que seu nome já tinha certo peso e algum prestígio pessoal, acompanhando as assinaturas dos maiores da terra em tão importante documento¹⁰.

Nesses tempos pioneiros, sabe-se que minerou em local denominado Arraial Queimado, cujas minas ele próprio descobriu¹¹. Esse tal Arraial Queimado possivelmente deva ter sido um acampamento dos mineradores de Almeida Lara situado nas margens do ribeirão Queimado. Esse ribeirão era um dos afluentes do rio Coxipó, logo acima do córrego da Mutuca. Daí infere-se que, a lavra minerada por Almeida Lara, não seria denominada de "Arraial Queimado" e sim, "Arraial do Queimado"¹². Com isso, pode-se seguramente concluir que, foi o Brigadeiro Lara um dos primeiros que subiu o Coxipó, com o intuito, não de prear índios, mas de minerar o ouro. E se esse raciocínio for correto, pode-se deduzir que, Antonio de Almeida Lara, deva ter sido um dos fundadores, em 1721, do novo arraial da Forquilha, já que ele andava minerando Coxipó acima. E para esse novo arraial, mudaram-se praticamente todos os bandeirantes habitantes do arranchamento primeiro de São Gonçalo Velho. Assim, com certa convicção, pode-se afirmar que o arraial da Forquilha, o segundo arraial no cronológico da ocupação do vale do Coxipó, deva ter sido fundado pelo Brigadeiro Antonio de Almeida Lara, em suas andanças pelo córrego acima, atrás de novas lavras do ouro cuiabano.

Fruto de sua mineração pelo vale do córrego do Coxipó, somente nos primeiros anos de trabalho, pagou de quintos à Fazenda Real, 3.000 oitavas, ou quase 11 quilos em ouro¹³.

9 - Silva, Paulo Pitaluga Costa e - "Ata de Fundação de Cuiabá - Uma Análise Crítica" - Cuiabá: Ed. IHGMT, 1996 - Anexos

10 - Silva, Paulo Pitaluga Costa e - op. Cit. -

11 - Marques, Manoel Eufrásio de Azevedo - op. Cit., p.57

12 - Opinião essa identicamente manifestada pelo Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, emérito historiador mato-grossense.

13 - Taunay, Afonso de - "Paulistas em Mato Grosso" - in - Anais do Museu Paulista, São Paulo: tomo X, 1941, p.14, assim afirma: "Este Antonio de Almeida Lara...de quem o Capitão General Rodrigo Cêsar de Menezes dizia haver pago de dizimos à Fazenda Real, o melhor de três mil oitavas, mais de onze quilos de ouro!"

Em suas perambulações pela região do vale superior do Coxipó, certamente tentando achar veios auríferos, acabou por descobrir um dos caminhos que demandava serra acima, sendo Almeida Lara considerado o descobridor e primeiro morador da hoje denominada Chapada dos Guimarães. Foi realmente dos pioneiros, senão o primeiro, a se estabelecer com fazenda em Santana de Chapada. Em 25 de junho de 1726, recebeu Carta de Sesmaria, da área que ocupava, denominada Buriti¹⁴, com uma légua de terra em quadra, sendo uma das primeiras sesmarias outorgadas no governo do Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes, 10 dias antes desse Capitão General partir em sua viagem fluvial de São Paulo para Cuiabá. Em sua petição para obtenção da Sesmaria, *“Antonio de Almeida Lara afirmava, em sua petição, se “estante nas Minas do Cuiabá, e sitiado e afazendado na Chapada” havia já seis anos, portanto, desde 1720, montando na “Chapada” uma “fazenda de roças, canaviais e criações com engenho”, em que empregava “mais de trinta escravos””*¹⁵. Apesar do próprio Almeida Lara ter afirmado isso em sua petição, achamos que deva ter-se enganado no cálculo da data em que afazendou-se em Chapada. Em 1720 ele havia saído em monção de São Paulo e chegado a Cuiabá após 5 ou 6 meses de viagem, minerado no arraial de São Gonçalo, assinado o Termo de 6 de novembro, descoberto as minas do Arraial Queimado, explorado o vale do Coxipó, e ainda, ter-se estabelecido nos altos de Chapada com fazenda e 30 escravos... Era muita atividade, muita coisa para acontecer em tão somente 1 ano. Provavelmente deva ter se estabelecido no Buriti, em 1721 ou 1722. Obviamente o Brigadeiro exagerou um pouco nos termos de seu requerimento de Sesmaria, com certeza para tornar o seu pleito mais convincente e obter com mais facilidade um parecer favorável.

Em período anterior a 1726, provavelmente algum ano entre 1722 e 1725, foi regente das minas do Cuiabá, e durante o exercício desse cargo estabeleceu um Registro no denominado Arraial Velho, rio Cuiabá abaixo, próximo ao rio Paraguai, para arrecadação dos quintos devidos a Real Fazenda pelas monções que iam e vinham de São Paulo para as novas minas cuiabanas. Rodrigo César de Menezes, na Cartā Patente em que nomeia

14 - Corrêa Filho, Virgílio - "História de Mato Grosso" - Rio de Janeiro: INL, 1969. Nos afirma textualmente: "... para ir hospedar-se no sítio de Antonio de Almeida Lara, que montara em Buriti, o primeiro engenho de açúcar, a dez léguas de Cuiabá."

15 - Rosa, Carlos - "Esbarro no hoje, Recuo no tempo, Galope na história" - in - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, 1995, p.42

Almeida Lara para o cargo de Brigadeiro, assim nos diz: “[...] e sendo encarregado da regência delas (Minas do Cuiabá), governou mais de um ano com boa satisfação do povo, fazendo no dito tempo, estabelecer a casa de Registro do Arraial Velho, por minha ordem [...]”¹⁶.

O contido nessas afirmações do Capitão General, enseja dois pontos a ponderar.

Primeiramente, não consta em registros históricos, qualquer nomeação de Almeida Lara como Regente das Minas do Cuiabá por esses anos mencionados acima. Para essa constatação, basta pesquisa na coleção Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, volumes XII e XIII, “Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes” e XXIII, “Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César - 1721 - 1728”.

Consta, isso sim, o “Regimento que levou para as novas Minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva” de 26 de junho de 1723, mas que, em face de seu julgamento e fuzilamento, não chegou o referido Mestre de Campo a retornar a Cuiabá. Pode-se inferir que, com a notícia da nomeação e morte de João Leme, o povo de Cuiabá e autoridades já constituídas, “*esponte propria*” e ex-ofício, tenham resolvido investir Almeida Lara das funções de Regente, pelo prazo de 1 ano. Por outro lado, na ocasião havia o cargo de Capitão-Mor Regente, ocupado por Fernão Dias Falcão, e, por algum motivo, Almeida Lara possa tê-lo substituído temporariamente. Somente esses fatos explicariam Rodrigo César de Menezes, em sua Carta Patente, tê-lo mencionado “**Regente**” das minas do Cuiabá.

Por outro lado, o “Regimento do Provedor dos quintos de Cuiabá” assinado por Rodrigo César em 24 de junho de 1724, diz em seu artigo 28: “**A Casa de Registro para cargas e negros se assentará na melhor paragem que escolherem o Capitão Mor Regente, o Provedor dos Quintos Reais [...]**”, e em outro Regimento da mesma data, no diz: “**Logo que chegar ao Arraial Velho, ao sítio do Guarda Mor, onde deverá assistir o dito Provedor [...]**”¹⁷. Isso corrobora com a tese do afastamento do Capitão Mor Regente, Fernão Dias Falcão, e a assunção provisória de Almeida Lara como Regente, dando tempo para ele instituir a casa do Registro do Arraial Velho, em cumprimento de instruções específicas. Assim, o Registro do Arraial

16 - Carta-Patente passada em Cuiabá a 30 de dezembro de 1726 pelo Capitão General de São Paulo Rodrigo César de Menezes - transcrita in - Marques, Manoel Eufrásio de Azevedo - op. Cit.

17 - Ambos os documentos inseridos in - Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo, São Paulo: Arquivo do Estado, 1895, v. XIII, p.22 e p. 139 respectivamente

Velho realmente foi instituído, e certamente por Antonio de Almeida Lara quando Regente provisório em Cuiabá, conforme o Capitão General afirmou em sua Carta Patente. A menção de ter ele ocupado esse cargo é insofismável, por constar em documento oficial, apesar de não haver registro e se desconhecer a maneira pela qual assumiu essa regência das minas cuiabanas em data anterior a 1726.

Ainda no ano de 1726, fez uma entrada pelo rio Parnaíba¹⁸, para efetuar explorações e combater índios bravios, e segundo Azevedo Marques: “ [...] *como na bandeira que fez ao sertão de Parnaíba, em que fez alongar o gentio que infestava estas minas, e se acham algum moradores situados, de que tem resultado uma grande conveniência para a Real Fazenda [...]*”¹⁹.

Essa sua entrada pelos sertões do rio Parnaíba, primeira expedição de longa duração após o seu estabelecimento nas lavras cuiabanas, tão distante do arraial de Cuiabá, mostra bem a sua veia inata de sertanista e aventureiro, preador de índios e minerador de ouro, marca essa que constituiu a sua complexa personalidade e acompanhou-o pelo resto de sua vida.

Ainda nesse mesmo ano de 1726, a 30 de dezembro, obteve ele a patente de Brigadeiro da Infantaria das Ordenanças de Cuiabá, patente essa passada pelo Capitão General de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, logo de sua chegada em visita às Minas do Cuiabá. Essa patente de Brigadeiro, mais uma vez vem comprovar o prestígio de Almeida Lara nas minas cuiabanas, tanto política como financeiramente, além de, certamente, possuir vocação e jeito para esse cargo, que exigia muita coragem, fibra, aptidão para o comando e valor pessoal.

O ano de 1726 foi pródigo em registros históricos referentes a Antonio de Almeida Lara. Nesse ano, houve uma seca muito grande em Cuiabá, e com isso, perderam-se as plantações para a subsistência da população cuiabana, em extrema penúria, estava na iminência de passar fome. O Brigadeiro “ [...] *socorreu a maior parte dos moradores com mantimentos de sua fazenda [...]*”²⁰. Isso demonstra quão produtivas eram

18 - Franco, Francisco de Assis Carvalho - op. Cit., p.200

19- Marques, Manoel Eufrásio de Azevedo Marques - op. Cit., p. 57

20 - Carta Patente de Rodrigo César de Menezes de 30 de dezembro de 1726, inserida in - Manoel Eufrásio de Azevedo Marques - op. cit., p. 57

as suas terras no Buriti, não vivendo somente da exploração de lavras de ouro, mas plantando e colhendo mantimentos os mais diversos para subsistência e venda, o que justifica a doação feita aos menos afortunados em momentos difíceis. Eis um dos fatores relevantes para a formação do prestígio pessoal do brigadeiro em Cuiabá.

A 1º de janeiro de 1727, Almeida Lara assinou a Ata de elevação do arraial de Cuiabá à categoria de Vila²¹, em cerimônia presidida pelo Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes. Por ser um dos poucos a assinar a referida ata, por essa ocasião, com a sua nomeação para o cargo de Brigadeiro, fica comprovado de que já era pessoa de grande destaque e prestígio dentre a gente pioneira cuiabana. Por isso a deferência do Capitão General para a sua assinatura em tão importante documento dos primórdios da história de Cuiabá. A sua rubrica sem dúvida, atesta sua notória influência e destaque nas minas.

Com a institucionalização de Cuiabá em Vila, ***“Entrou o dito Ouvidor (Antônio Alves Lanhas Peixoto) a eleições, fez os pelouros que logo se abriu o primeiro e viram-se logo Juizes Ordinários, Vereadores, Almotacéis e mais oficiais de justiça [...]”***²². Almeida Lara foi um dos Almotacéis eleitos nesse ano, iniciando, assim, em 1727, a sua vida de homem público. ***“Os almotacéis exerciam as funções de fiscais da Câmara e aferidores dos pesos e medidas [...]”***.²³

Nesse mesmo ano, Almeida Lara hospedou em sua fazenda, em Santana de Chapada, o Ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto, que lá ficou algum tempo caçando perdizes e pesquisando lavras auríferas, longe dos problemas criados pelo Capitão General Rodrigo Cezar de Menezes. Lanhas Peixoto havia tido um desentendimento político-judicial com o Capitão General por causa do enforcamento de um escravo, julgamento esse que o Ouvidor discordava²⁴. Apesar de publicamente ter caído em desgraça perante o Capitão General, foi acintosamente hospedado pelo Brigadeiro. O Ouvidor, assim amparado por Almeida Lara, passou um bom tempo longe do Capitão General, das intrigas e da politicagem que grassava por conta dos bajuladores de Rodrigo César.

21 - A referida Ata está inserida - in - Mendonça, Estêvão de - “Datas Mato-grossenses” - Cuiabá: Casa Civil do Governo do Estado, 1973, 1o. v, p.13 e 14 -

22 - Sá, José Barbosa de - “Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os tempos presentes” - Cuiabá: UFMT, 1975, p.19

23 - Piza, Antonio de Toledo - Nota de Rodapé n. 3, p. 190 - in - Siqueira, Joaquim da Costa - op. Cit. -

24 - Sá, José Barbosa de - op. Cit., p.21

Anteriormente, Lanhas Peixoto havia requerido e obtido, a 27 de novembro de 1726, Carta de Sesmaria em Chapada, ao lado da Sesmaria de Almeida Lara, pelo nascente. Provavelmente, fez o seu requerimento por indicação do próprio Lara, contando-lhe das terras devolutas existentes na vizinhança. Isso demonstra bem a amizade entre ambos, e daí, a proteção dada pelo Brigadeiro ao Ouvidor.

Em 1728 enviou Almeida Lara duas canoas de guerra e algumas de carga para a região pantaneira dos Guatós, rio Paraguai abaixo, onde alguns sertanistas haviam encontrado, anos antes, plantação de cana-de-açúcar, e disso deram notícias em Cuiabá. Essa cana-de-açúcar possivelmente teria sido levada para essa região do baixo Mato Grosso pelos Jesuítas, quando fundaram, ainda em princípios do século XVII, a Missão do Itatim. Ou ainda, até mesmo no século XVI, durante as penetrações pelo rio Paraguai acima, pelos conquistadores espanhóis. Depois de pouco mais de dois meses a expedição retornou à Cuiabá trazendo as mudas, que foram plantadas em seu sítio na Chapada. No ano seguinte, de 1729, montou o Brigadeiro Lara o primeiro engenho de cana desses sertões, a que chamavam Alambique do Brigadeiro. Possivelmente esse alambique poderia também ter sido um engenho de açúcar²⁵.

Muito de seus escravos, à época, furtavam mudas de suas canas e as vendiam em Cuiabá a duas e três oitavas de ouro cada. Em poucos anos, vários proprietários rurais possuíam seus canaviais, oriundos da mudas furtadas à Almeida Lara. A aguardente produzida pelo Brigadeiro em Chapada era vendida em Cuiabá a seis oitavas o frasco e quarenta oitavas as "*frasqueiras*".²⁶ Não consta registro da comercialização do açúcar que também poderia ter sido produzido em sua propriedade chapadense.

A essa quadra da vida, Antonio de Almeida Lara era, indiscutivelmente, homem de inegável poder político e financeiro e influente na vila de Cuiabá. A 20 de fevereiro de 1729, tomou posse no cargo para que fora eleito em 2 de janeiro, como Vereador à Câmara de Cuiabá. O sertanista, preador de índios, minerador de ouro, senhor de engenho pioneiro, confirmava-se cada vez mais como homem público.

Pelas provisões de 12 e 19 de junho de 1730 foi nomeado Regente do Governo Militar e Guarda Mor das Minas de Cuiabá, respectivamente, tomando posse nesses cargos em janeiro de 1731, no recinto

25 - Corrêa Filho, Virgílio - op. Cit., p.219. Vide a citação na nota 8.

26 - Sá, José Barbosa de - op. Cit., p.25 -

do Senado da Câmara do Cuiabá.

A Provisão do Capitão General Caldeira Pimentel, de 19 de junho de 1730, menciona expressamente:

*“Faço saber aos que esta Provisão virem que havendo consideração a se acharem as minas do Cuiabá sem Guarda Mor que prontamente faça repartição de terras aos mineiros, por estar ausente delas Pascoal Moreira Cabral, que pelos seus muitos anos e achaques, vive retirado das ditas minas, e ser necessário prover-se guarda mor, que haja de acudir com prontidão à repartição de terras [...] . Hei por bem fazer-lhe mercê (como por esta lhe faço) ao dito Antonio de Almeida Lara, de o prover no dito cargo de guarda mor das ditas minas do Cuiabá por tempo de um ano [...]”*²⁷

Realmente, era tão grande e inegável o seu prestígio, que acabou sendo nomeado substituto do próprio descobridor e fundador das minas cuiabanas, Pascoal Moreira Cabral, como Guarda Mor.

Em abril de 1731, já como autoridade constituída em Brigadeiro, Vereador e Guarda Mor, capitaneou expedição formada para combater os índios Paiaguás e Guaicurus, pelo rio Paraguai abaixo, composta de trinta canoas de guerra e cinqüenta de carga, com cerca de 400 homens bem armados, inclusive portando pequenas peças de artilharia, adaptadas nas bordas das referidas canoas de guerra. Essa expedição conseguiu destruir as aldeias de Tabatinga e Saracuses, em pleno território castelhano²⁸. Pelas crônicas coloniais que se referem a esse combate, Antonio de Almeida Lara foi excessivamente bárbaro e impiedoso para com os índios, chegando a cortar as mãos e orelhas dos prisioneiros. Beaurepaire-Rohan nos conta que: *“A uns prendeu Lara e os trouxe consigo, a outros mandou cortar as mãos e as orelhas, e os reenviou neste estado aos seu caciques e seus aliados Paiaguás. Este ato de crueldade, pelo qual mostrou Lara ser tão bárbaro e ainda mais pérfido que os selvagens [...]”*²⁹. Relatando o ano de 1740, o mesmo Beaurepaire-Rohan nos diz: *“Nove anos antes, tinha o Brigadeiro Lara praticado com esta nação vingativa, um ato da mais requintada barbaridade.”*³⁰

27 - Transcrito in - Silva, Paulo Pitaluga Costa e - Notícias acerca do falecimento de Pascoal Moreira Cabral Leme - Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: n. 1, ano IX, 1978 -

28 - Sá, José Barbosa de - op. Cit., p.31

29 - Beaurepaire-Rohan, Henrique de - “Annaes de Matto Grosso” - in - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo: v.15, 1910, p.58

30 - Beaurepaire-Rohan, Henrique de - op. Cit., p.65

Essa tal “barbaridade” cometida por Almeida Lara, talvez seja explicada como uma vingança muito pessoal contra esse índios, vez que, em monção do ano anterior de 1730, em pleno pantanal, os Paiaguás haviam trucidado o seu amigo Antonio Alves Lanhas Peixoto e matado a quase todos os membros da expedição que retornava para São Paulo. A rigor, essa expedição de 1731, foi formada para se punir os Paiaguás pelo massacre do ano anterior. Daí os excessos praticados.

Todavia, essa não parece ter sido a tônica do comportamento e procedimento de Almeida Lara em seus embates com os índios. João Antonio Cabral Camelo, nos considera que: “[...] *o Cabo da armada era um nobre paulista por nome Antonio de Almeida Lara; [...] o Cacique, em fé de amigos se embarcou com os cuiabanos, levando consigo a sua mãe, um irmão e alguns parentes seus; mas foram os nossos tão bárbaros e infieis, que o mesmo foi apartarem-se da terra que porem numa corrente o Cacique e manietarem os mais; assim presos os apresentaram ao Cabo; estranhou ele esta ação, e mandando-os soltar, os tratou com liberalidade e agrado [...]*”.³¹

O seus cargos de Brigadeiro e de Regente do Governo Militar das Minas do Cuiabá, impunham-lhe missões bélicas contra os índios, principalmente os Paiaguás que infestavam os rios do pantanal, atacando moradores ribeirinhos e os monçoeiros em viagem. Pelos seus serviços de combate aos índios Paiaguás, foi louvado por Carta Régia de 27 de outubro de 1732 pelo próprio Rei de Portugal, Dom João V.

Nesse ano de 1732, em Cuiabá, a 17 de julho, formou Antonio de Almeida Lara uma sociedade de mineração, juntamente com Antonio Pinho de Azevedo e outros, com a finalidade de realizar a canalização das águas do ribeirão Mutuca, para lavrar ouro no local denominado Jacé, há uma légua de Cuiabá. Chegou mesmo a iniciar os trabalhos, mas as dificuldades foram imensas e teve que abandonar a empreitada. Tal serviço, contando com as técnicas deficientes da época, foi impossível de ser levado a termo, em função de problemas de diferenças de nível para a passagem da água corrente vinda de muitas léguas de distância. A água deveria ser canalizada a partir do córrego da Mutuca desde muitas léguas até o Jacé. Mas esse empreendimento deixou bem configurada a sua visão empresarial, tentando uma obra de engenharia complexa e impossível para as técnicas incipientes

31 - Camelo, João Antonio Cabral - “Noticias práticas das minas do Cuiabá” - in - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: 1842, tomo IV, p. 494

desse tempo. Quase um século após essa iniciativa, ainda se viam intatos, na região, os grandes canais de água para servirem à mineração, e eram chamados de “regos do Brigadeiro”³². Realmente, Lara foi um empresário pioneiro em Cuiabá, despontando na primeira metade do século XVIII.

A 22 de dezembro de 1733, em obediência ao determinado pelo Capitão General de São Paulo, Conde de Sarzedas, em correspondência a ele dirigida de 19 de agosto desse ano, determinou a prisão de todos os ourives que exerciam essa profissão em Cuiabá, remetendo-os em seguida para São Paulo³³. Essa medida, atingindo os pobres ourives cuiabanos, foi de caráter puramente fazendário, tendo-se em vista evitar a evasão do ouro e aumento da arrecadação devida ao Real Erário. Almeida Lara em sua comunicação ao Ouvidor Geral, assim se expressou: “[...] e evitando-se assim as obras de ouro que aí se tem feito e estão fazendo”³⁴. Certamente os ourives transformavam em jóias muito do ouro não tributado, contribuindo assim para a evasão fiscal. Dentre os expulsos estavam Pedro Bartolomeu, Francisco Leme e Francisco Xavier de Matos. Alguns deles chegaram a retornar à vila de Cuiabá anos depois. Nessa mesma correspondência, ainda determina Lara: “[...] e fará Vmcê. observar inviolavelmente ao que respeita a não haver fora dessa Vila, negras de tabuleiro, vendas e casas de pasto [...]”, proibindo assim, fora dos limites da vila cuiabana, a comercialização de comida através de ambulantes, vendas e casas desse ramo. E finalizando esse ofício de 22 de dezembro ao Ouvidor, assim recomenda: “[...] procure que se dê cumprimento à ordem de Sua Majestade, e havendo quem as encontre deve Vmcê participar-me fazendo certo com certidão para que eu possa aplicar-lhe o remédio mais conveniente ao serviço do digno Senhor e para sossego dos moradores”. A finalidade dessas suas ordens, hoje absurdas, tinha sempre como objetivo evitar-se a evasão fiscal, e aumentar-se de toda a forma a arrecadação para a Fazenda Real.

Em 1734 participou de nova expedição comandada pelo Tenente General Manoel Rodrigues de Carvalho contra os Paiaguás, armada às suas custas e de outros importantes e ricos moradores da vila de Cuiabá. A expedição era composta por 28 canoas de guerra, 80 de bagagens e 842 homens fortemente armados, sendo comandada pelo referido Tenente General que viera de São Paulo já com parte dessa tropa. Desceram o rio Cuiabá

32 - O item 18 dos Estatutos da Companhia de Mineração do Cuiabá, de 16 de janeiro de 1817, nos dizem [...] assim como as terras que puderem lavrar com as águas do dito encanamento ou regos chamados do Canelas e do Brigadeiro [...]

33 - Mendonça, Estêvão de - “Data Mato-Grossenses” - Cuiabá: Ed. Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, 2o. v., p.327. vide data 22 de dezembro de 1733

34 - Mendonça, Estêvão de - op. Cit.

até o rio Paraguai e adentraram por uma grande baía onde deram com uma aldeia Paiaguá. Surpreenderam os índios em rápido ataque, e no decorrer do combate, foram os mesmos totalmente dizimados. Após o combate contaram-se mais de 600 mortos, sendo feitos 266 prisioneiros. Na expedição, 2 negros e um mulato, foram mortos acidentalmente pelo disparo de fogo amigo.³⁵

Ainda, em 22 de março de 1735, recebeu o Brigadeiro Lara o título de Regente das Minas do Cuiabá.

Em data ignorada, mas provavelmente ainda pelos idos de 1736, ficou registrado e famoso na história o episódio em que ele, montado a cavalo, em Santana de Chapada, quando se dirigia para as Minas do Mato Grosso recém descobertas, o animal pisou em um buraco, tropeçando e quase derrubando o seu dono. Descendo para se inteirar do ocorrido, verificou Almeida Lara que o casco do cavalo havia retirado uma folheta de ouro. Mais tarde, nesse local, chamado Batatal, seus escravos lavraram 11 arrobas de ouro em folhetas.³⁶

Após esse episódio, mandou afixar cartazes em Cuiabá e em Chapada, avisando *“a todos a quem fosse devedor viessem ou mandassem receber as quantias de que eram credores”*³⁷. Pedro Taques ainda nos menciona: *“Assim se verificou admirando aos povos o animo deste paulista, que, vivendo tão empenhado, gostosos lhe fiavam os comerciantes tudo quanto mandava buscar a suas casas”*³⁸. Isso demonstra, certamente, que à essa época, suas finanças, sua propalada fortuna não andasse tão bem assim. A bem da verdade, de há muito se esgotara o ouro aluvional do vale do Coxipó, e a atividade produtiva básica de Almeida Lara, a par de sua fazenda e engenho em Chapada, ainda era a mineração aurífera. Essas 11 arrobas, encontradas no Batatal, vieram em boa hora, pelo menos para pagar os seus credores.

Em 1736 muitas pessoas da vila de Cuiabá estavam pretendendo mudar-se para as novas minas do Mato Grosso. O ouro abundante descoberto dois anos antes pelos irmãos Paes de Barros na região do rio Galera, entusiasmava os cuiabanos e os incitava à mudança. O ouro do vale coxiponeano, outrora tão abundante, estava rareado, e com isso

35 - Sá, José Barbosa de - op. Cit., p.34 e 35

36 - Leme, Pedro Taques de Almeida Paes - “Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica” - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/USP, 1980, tomo I, p.193

37 - Leme, Pedro Taques de Almeida Paes - op. Cit., tomo I, p. 193

38 - Leme, Pedro Taques de Almeida Paes - op. Cit., tomo I, p.193

ocorreu um terrível depauperamento da já tão parca e incipiente economia cuiabana. A mudança era inevitável. A notícia chegou a Cuiabá ainda em 1734 acompanhada de amostras do ouro descoberto e, nesse mesmo ano, Almeida Lara mandou expedição comandada pelo Sargento Mor Antonio Fernandes de Abreu, acompanhado com um dos Paes de Barros, para verificar as novas minas. Retornou a expedição em 1735, com novas amostras do ouro e mais notícias das minas do Galera. O Brigadeiro, com essa confirmação, resolveu viajar para estas minas, com a finalidade de repartir as datas auríferas entre os mineiros. Nessa aventura, iniciada a 2 de maio de 1736, muitos habitantes das minas do Cuiabá e adjacências o acompanharam, apesar de tê-los tentado impedir de viajar, a fim de não se esvaziar a pequena vila cuiabana. Essa expedição do Brigadeiro, foi dividida em duas tropas distintas. Uma, comandada pelo próprio Antonio de Almeida Lara, que desceu o rio Cuiabá, subiu o Paraguai, o rio Jauru, e daí por terra até o rio Galera. A outra tropa foi comandada pelo sertanista Inácio Pereira Leão, quando, pela primeira vez, abriu-se caminho terrestre de Cuiabá até o rio Paraguai, chegando ao local onde posteriormente foi fundada Vila Maria, hoje Cáceres. O Anal de Vila Bela, nos resume a expedição: “[...] e mandou por terra a Inácio Pereira Leão a abrir o caminho do Cuiabá até o Paraguai que não o havia [...] e daí seguiram o sertão conduzindo o dito Leão o gado e cavalos do dito Brigadeiro [...]”³⁹. Chegou a expedição ao Galera a 2 de julho de 1736.

Em 1737, continuou Almeida Lara nas Minas do Mato Grosso ocupado em suas funções de repartir as datas aos mineiros e arrecadar os quintos de ouro devidos à Coroa. Em 1738, estando em São Francisco Xavier, tendo recebido notícias da existência de Missões Jesuíticas no Guaporé abaixo, mandou pequena tropa para averiguar e obter maiores informações. Essa expedição, comandada por Antonio de Almeida Moraes, deixou São Francisco Xavier e, após alguns meses de perambulação pelo rio Guaporé, suas margens e afluentes, terminou por confirmar o descobrimento de ouro nas minas do Corumbiara.⁴⁰

Ainda no ano de 1737, “[...] mandou o Brigadeiro a Antonio Borracho para o Cuiabá a levar o ouro dos quintos e dízimos destas Minas que tudo importou em 1.300 oitavas”⁴¹.

39 - Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734 - Memória apresentada ao Congresso Luso Brasileiro de História por João Afonso Corte-Real, Lisboa: s/d, p.10

40 - Anal de Vila Bela - op. Cit., p.12

41 - Anal de Vila Bela - op. Cit., p.11

Em 1738 estando enfermo, Almeida Lara foi substituído no cargo de Guarda Mor das Minas de São Francisco Xavier, por Salvador de Espinha. Felipe José Nogueira Coelho nos conta: "*Em janeiro de 1738 abriu o mesmo Ministro (Ouvidor da vila do Cuiabá, João Gonçalves Pereira) a correição na Chapada de São Francisco Xavier. Ali, a rogos dos moradores pôs superintendente com jurisdição civil e crime, e por guarda mor ao tenente coronel Salvador de Espinha, por moléstia do Brigadeiro e Regente Antonio de Almeida Lara*"⁴². Retornou Almeida Lara para Cuiabá por volta de 1739, depois de passar quase três anos pelas Minas do Mato Grosso, em difícil trabalho administrativo, repartindo lavras auríferas, determinando expedições, apartando brigas, sobrevivendo às febres, procurando arrecadar o quinto de direito pertencente à Coroa Portuguesa. Obviamente, também deveria explorar a sua data aurífera, o que contribuiria para aumentar os seus ganhos, e aumentar a sua fortuna, revigorada pelas lavras do Batatal.

Em 1740, já em Cuiabá, ajudou financeiramente a formar uma expedição para contatar os índios Guaicurus, formada por 12 canoas de guerra e 6 de bagagens, conduzindo 140 homens, que partiu do Porto Geral a 6 de julho, levando petrechos e presentes, para com eles fazer negócios, trocando fazendas por cavalos. A finalidade era negociar e não guerrear. Essa expedição foi comandada por Antonio João de Medeiros. Barbosa de Sá nos informa que: "[...] *tudo à custa do Senado da Câmara, de alguns mercadores, do brigadeiro Antonio de Almeida Lara e do Ouvidor João Gonçalves Pereira.*"⁴³. No contato com essa tribo, alguns membros da expedição, sem maiores cautelas, deixaram-se apanhar pelos Guaicurus. Na ocasião, 50 homens foram trucidados pelos referidos índios, e a mortandade dos expedicionários só não foi maior, porque, de uma ilha fronteira onde estava acampado o grosso da tropa, dispararam-se alguns tiros de canhão, pondo assim os silvícolas em fuga.

Por toda a década de 40, continuou Antonio de Almeida Lara exercendo o cargo de Regente das Minas de Cuiabá, e passou entre sua residência em Cuiabá e sua propriedade rural e engenho de aguardente e açúcar em Santana de Chapada. Estava envelhecendo e, sentindo-se cansado de tantos anos de sertão e de labuta, foi se retirando da vida pública.

A historia registrou ter sido, o Brigadeiro Lara, noivo em São Paulo de uma sua prima, D. Leonor de Góes, filha de Timóteo Corrêa

42 - Coelho, Felipe José Nogueira - "Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso"- in - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: tomo XIII, 1850, p. 156 -

43 - Sá, José Barbosa de - op. Cit., p.40

de Góes mas, certamente, a sua interminável residência em Cuiabá deva ter sido o impecílio para o casamento.⁴⁴

Faleceu solteiro no ano de 1750 em Cuiabá, deixando, todavia, um filho natural, por ele reconhecido, chamado Sebastião Pinheiro Raposo⁴⁵. Este seu filho, nascido em Cuiabá, cuja mãe o tempo apagou a memória de seu nome, quase nada a história registrou a seu respeito, nem ao menos se deixou descendência. Sabe-se que, em 1763, Pinheiro Raposo forneceu escravos e armas para a tropa comandada pelo Capitão General D. Antonio Rolim de Moura, entrincheirada no Guaporé para combater o exército espanhol, que tentava capturar a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição e expulsar os portugueses da margem direita desse rio.⁴⁶

Joaquim da Costa Siqueira nos afirma em suas crônicas: “*[...] e não tendo o mesmo general forças com que se opusesse aquele poder, receoso do perigo iminente se fosse tomada a fortaleza da Conceição, [...] dela recorreu á dita vila pedindo com a maior brevidade socorro, que foi dado principalmente pelos paulistas Bento Dias Botelho [...], João Raposo da Fonseca Góes [...], Sebastião Pinheiro Raposo, filho do brigadeiro Antonio de Almeida Lara, e o reverendo padre José Manoel Leite [...]*”.⁴⁷

Certamente, Antonio Pinheiro Raposo deva ter ficado rico simplesmente herdando os bens e as propriedades que lhe deixara seu pai.

Sobre Antonio de Almeida Lara, assim se manifestou Pedro Taques: “*[...] nela (Cuiabá) viveu com o maior respeito que outro algum nacional ou europeu o competiu. Gastou cabedais a serviço d’El Rey. [...] Logrou de grande respeito, que lhe conciliaram, não só as suas belas qualidades e tratamento, mas os importantes empregos que ocupou*”⁴⁸.

Afonso de Taunay nos afirma: “*Este Antonio de Almeida Lara, um dos mais notáveis dentre os primeiros bandeirantes de Mato Grosso, Brigadeiro de Infantaria das Ordenanças das Minas do Cuiabá, Capitão Mor Regente das mesmas Minas, famoso pelas suas campanhas contra os Paiaaguás, vassalo fidelíssimo [...]*”.⁴⁹

44 - Leme, Pedro Taques de Almeida Paes - op. Cit., p. 193 - 0

45 - Leme, Luiz Gonzaga da Silva - op. Cit., p.370

46 - Siqueira, Joaquim da Costa - op. Cit., p.134 e seguintes

47 - Siqueira, Joaquim da Costa - op. Cit., p.136

48 - Taunay, Afonso - op. Cit., p.14

49 - Carta Patente de Rodrigo César de Menezes de 30 de dezembro de 1726, transcrita in - Marques, Manoel Eufrásio de Azevedo - op. Cit.

O Capitão General Rodrigo César de Menezes, em Carta patente em que o nomeou Brigadeiro, teceu os seguintes comentários a seu respeito: “[...] *peessoa de conhecida nobreza e abundante cabedais, e tendo atenção a que todos estes merecimentos se acham na do tenente coronel Almeida Lara, de uma das mais nobres famílias desta capitania...*”⁵⁰.

Antonio de Almeida Lara foi, realmente, um personagem de maior importância nos primórdios da história cuiabana e mato-grossense, que conseguiu deixar registro como homem público nos diversos cargos exercidos, sertanista, preador de índios, minerador, senhor de engenho, fazendeiro, e que realmente bastante se destacou nas primeiras décadas pioneiras das minas do Cuiabá e do Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

"*ANAL de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso no ano de 1734*" - Memória apresentada por João Afonso Corte Real ao Congresso Luso Brasileiro de História - Lisboa: S/ d.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de - "Anais de Mato Grosso" - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* - São Paulo: v. 15, 1910

CAMELLO, João Antonio Cabral - "Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goiases que dá o Revmo. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá em 1727" - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* - Rio de Janeiro: v.4, 1842

COELHO, Felipe José Nogueira - "Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Procuradoria da Fazenda Real, Intendência do Ouro" - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* - Rio de Janeiro: v.13, 1850

CORRÊA FILHO, Virgílio - *História de Mato Grosso* - Rio de Janeiro: INL, 1969

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. XII, 1894 e v. XIII, 1895

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho - *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* - São Paulo: Serviço de Comunicações Culturais da Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954

LEME, Luiz Gonzaga da Silva - *Genealogia Paulista* - São Paulo: Duprat & Cia, 1903/1905, 9 v.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes - *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* - Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/USP, 1980, 3 v.

MARQUES, Manoel Eufrásio de Azevedo - *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo* - Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/USP, 1980, 2 v.

MENDONÇA, Estêvão de - *Datas Mato-grossenses* - Cuiabá: Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, 2 v.

ROSA, Carlos Alberto - "Esbarro no Hoje, Recuo no Tempo, Galope na História" - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: 1995

SÁ, José Barbosa de Sá - *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos* - Cuiabá: Ed. UFMT, 1975

SIQUEIRA, Joaquim da Costa - "Crônicas do Cuiabá" - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo: v. 4, 1889/90

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - *Ata de Fundação de Cuiabá - Uma análise crítica* - Cuiabá: Ed. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1995

TAUNAY, Afonso D'Escragnole - "Paulistas em Mato Grosso" - In - "Ensaio da História Paulistana" - *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: v. 10, 1941

AFINAL, SOMOS MATO-GROSSENSES OU MATOGROSSENSES ?

Germano Aleixo

Não conhecesse, como de fato conheço, ao acadêmico Pedro Rocha Jucá, diria que, com seu artigo “Qual o certo: matogrossense ou mato-grossense”, publicado nos jornais de Cuiabá, pretendia, mais que tudo, polemizar. Creio, inclusive, que nem mesmo o articulista se tenha dado conta: curiosamente, a primeira e a última palavras, usadas nesse texto, a isso se referem. Assim o principiou: “A polêmica não é recente”. Da mesma forma, sua conclusão se revelou pedra de toque, diamantizando a exposição dos seus argumentos, ainda que, aos olhos de quem não priva do seu relacionamento, possa ela transparecer um convite ao pseudocuiabanismo. Vale trazê-la à consideração: “Por que a continuidade de um hífen que os mato-grossenses rejeitam e os mato-grossenses polemizam?”. É o caso de nos perguntarmos: foi a propósito a colocação desses termos, convidando-nos a uma polêmica? Tenho para mim que ele conseguiu, ao menos, botar o dedo nesta chaga. Quem sabe, uma vez por todas, venhamos a adotar um procedimento comum, independentemente de nosso nível de escolaridade ou, até mesmo, de nossa origem.

Não foi sem propósito: invertemos a ordem do título. Na seqüência proposta pelo acadêmico Pedro Rocha Jucá, “matogrossense ou mato-grossense”, vislumbro também aí um ato intencional. O autor desde logo se posiciona: acolhe a grafia matogrossense, cognominando-se defensor confesso da corrente tradicionalista. Por nos adequarmos à posição dos dicionaristas, quando do título demos prioridade ao termo mato-grossense, hifenizando-o.

Qualquer professor de Língua Portuguesa se vê, constantemente, assediado por seus alunos, com perguntas as mais diversas. Até parece deva ser ele um manancial inesgotável de informações, onde o consulente pode abeirar-se, qualquer dia, qualquer hora, para aí beber o néctar da verdade. Daí por que, vezes sem conta, nos perguntam a grafia da palavra

mato-grossense, portadora ou não do hífen, que também admite a variante hífen. Não obstante professor dessa disciplina, não somos donos da verdade. No expender os motivos que alicerçam nossa posição, pretendemos, a exemplo do que propusera o jornalista Jucá, contribuir para que a uma conclusão cheguemos. Longe de nós querermos ter o monopólio da verdade. O grande escritor Alexandre Herculano cimenta nosso entendimento: “No indivíduo, a pretensão à infalibilidade é ridícula”.

No capítulo “formação de palavras”, a gramática centra seu interesse no processo de derivação, notadamente os casos relativos à prefixação e sufixação, e no processo de composição. No que toca à composição, ocorre justaposição quando os radicais não sofrem nenhuma alteração gráfica, quer venham hifenizados quer não. Sejam exemplos porco-espinho (aqui com hífen) e passatempo. O termo mato-grossense a esse grupo se filia. Ele não se enquadra no processo de aglutinação, o segundo tipo de composição, dado que nesse caso os radicais se amalgamam, se fundem, com a alteração de um deles: aguardente (água + ardente), vinagre (vinho + acre). Lanço mão do Dicionário de Lingüística, de Zélio dos Santos Jota: “Na aglutinação, como se vê, pelo menos o primeiro elemento perde sua inteireza morfológica, ou fonética, o que a distingue da justaposição”.

Por se tratar de justaposição, caso em que os radicais se põem um ao lado do outro, conservando a mesma pronúncia que possuíam em separado, nada de novo obtivemos para nossa conclusão, uma vez que este processo acoberta palavras com hífen ou sem ele. Em razão disso, poderíamos ter, à luz desta primeira investida, tanto mato-grossense quanto matogrossense. Já que o problema está focado no hífen, convém lembrar que, no português contemporâneo, tem ele funções nem sempre fácil de pô-las em prática, particularmente no que concerne aos compostos.

A argumentação primeira de que se socorrem os tradicionalistas, é que o radical “grossense”, por não ter vida própria, não pode ser usado independentemente. Fosse isso verdade, a forma correta seria matogrossense, forçosamente sem hífen. No entanto, a tese de que “grossense” inexistente, como termo independente, sucumbe a uma simples consulta a dicionários. Vá lá ao Aurélio que, se não o melhor, com certeza é o mais utilizado, e você topará com o termo grossense. No Rio Grande do Norte temos a cidade Grosso. Dizemos grossense ao natural ou habitante de

Grosso. Mesmo que o dicionário não agasalhasse essa palavra, o sistema lingüístico a acolheria, por muito bem formada: ao radical grosso anexamos o sufixo -ense, designativo de origem ou naturalidade. Portanto, já que “grossense” tem vida própria, nada impede que venhamos a ter matogrossense, onde dois radicais independentes se associam para formar um outro, com sentido próprio.

O controvertido adjetivo “imexível”, empregado pelo ex-ministro do Trabalho Magri, não era tão ruim quanto se imaginou. Trata-se de um neologismo, em nada diferente de outros tantos que no dia-a-dia se formam. Só não foi incorporado aos dicionários, porque temos sinônimos que a contento o substituem: intocável, intangível. Daí ser dispensável. No entanto, à luz da gramática era bem formado, por termos aí o prefixo negativo i (do latim in, cujo n se assimilou ao m seguinte), o radical mex e o sufixo -vel, em tudo e por tudo elementos de nosso idioma. Se o sistema apadrinha “imexível”, não vejo por que não possa abrigar também “grossense”, inclusive como mero adjetivo.

Para legitimar o adjetivo pátrio sem hífen, a corrente tradicionalista afirma que “a palavra matogrossense, assim grafada, foi reconhecida através dos tempos em nomes de instituições e empresas públicas e particulares”. Fosse assim, por que motivo não continuamos a escrever Mato-Grosso, assim grafado desde a Capitania? Mudamos. Alguma razão deve haver. Coerência, nos dias que correm, parece já não ser virtude. É tão-só enfeite, pormenor. Que razão teríamos nós a defender a grafia matogrossense, sem hífen, lutar com todas as armas para que essa forma, em nosso meio, em nosso Estado, suplantasse a concorrente mato-grossense, se os brasileiros de outros rincões, ao consultarem os dicionários à mão, continuassem a empregar mato-grossense, já que esta, e não outra, é a forma grafada nos dicionários? Doutro lado, qual o sentido de termos um matogrossense, assim grafado, dissociado de outros adjetivos pátrios, com os quais guarda a mesma configuração, todos eles hifenizados: porto-alegrense, espírito-santense, rio-grandense, santa-mariense, joão-pessoense ... No Estado vizinho ao nosso, que há bem pouco foi pedaço integrante deste outro Mato Grosso, residem os mato-grossenses-do-sul. Bem mais. Em sua Capital estão os nossos irmãos campo-grandenses. Aqui, contudo, ficamos nós mato-grossenses. Se não esquisito, ao menos pouco

compreensível.

Apresento em definitivo, a regra dos adjetivos pátrios, que se referem a um topônimo: continente, país, região, Estado, cidade. Não se confunde com adjetivo gentilício, dado que este se refere apenas a raças e povos: hunos, latinos, judeus. Aquele dá idéia de lugar, por isso é pátrio. Conclui-se que brasileiro, paulista, gaúcho, carioca e mato-grossense são adjetivos pátrios. Pois bem, vamos à regra. Mnemonicamente, costume dizer: **quem perde não tem, mas quem mantém, tem**. Explico-me: se o adjetivo pátrio, em sua composição, perde alguma letra, não tem hífen. Digo estadunidense, sem hífen, porque houve perda de letra. Se, em contrário, a palavra composta mantém a sua grafia inalterada, ela tem hífen. Daí dizermos norte-americanos, com hífen, porque não houve perda de letra.

Quem nasce em Ribeirão Preto (SP) é o quê? Com a palavra o professor Luiz Antonio Sacconi, em sua Gramática Essencial Ilustrada: “É **riberopretano**, embora dicionários haja que registrem também as formas **ribeirão-pretano** e **ribeirão-pretense**. Mas na cidade não existe nem um **ribeirão-pretano** sequer, ainda que exista a Academia **Ribeirão-pretana** de Letras. Note: os acadêmicos, que têm como um dos deveres cultivarem a língua, ainda escrevem o suspeito adjetivo sem o necessário hífen. É uma ironia, sem deixar de ser também uma enorme tristeza! Ribeirão Preto é ainda conhecida como a Capital da Cultura...”

Alguém poderia perguntar: a propalada reforma que está a vir, acabando de vez com o trema e, parcialmente, com o hífen, não vai excluí-lo no caso da palavra mato-grossense? Tudo diz que sim. Isso não significa, no entanto, devamos nos antecipar a esse acordo que, a princípio, se nos afigura por demais tímido. Mais. Passados vinte e cinco anos, ainda não conseguimos assimilar, satisfatoriamente, a última reforma de 18 de dezembro de 1971.

Julgo seja, de todo recomendável, que nos atenhamos ao que os dicionários, no seguirem a gramática, apresentam. Bem por isso, devemos empregar a forma mato-grossense (com hífen), para não excluirmos o adjetivo pátrio, referente ao nosso Estado, de tantos outros que continuam sendo usados e, não sei por quê, sem polêmica.

Por essa e outras, advogo a forma mato-grossense. Fosse partidário da grafia matogrossense, estaria, sem sentido nenhum, tentando

preservar uma tradição. Todavia, o nosso Mato Grosso, agora sem hífen, que por tantos anos ficou alijado, sobretudo por força da distância, das regiões mais aquinhoadas, caso viesse a adotar a forma matogrossense, voltaria a se alijar de novo, em nome de uma pretensa cultura. Bem mais. Nossa obstinação, nossa teimosia em grafar matogrossense, sem hífen, faria com que incorrêssemos em um deslize gramatical. Valeria a pena? Estou que não. Sou **mato-grossense** (com a grafia hifenizada), e disso não abro mão. Nunca é demais recordar o poeta Carlos Drummond de Andrade:

*“Acho que estou ficando velho. Ainda uso as conjunções,
admito a existência do á-bê-cê e obedeço à gramática ...”*

Germano Aleixo é professor de Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é presidente estadual da CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade).

FARRA DO BOI E TOURADAS

Antonio de Arruda

A imprensa brasileira tem dado destaque à chamada FARRA DO BOI, uma festa folclórica que se realiza em algumas cidades catarinenses. Trata-se de uma tradição de quase dois séculos, que se repete anualmente, durante a semana santa. Segundo o noticiário, os bois são soltos nas ruas e espicaçados com pedras e pedaços de pau para investirem contra as pessoas. Após muita correria, o boi, já cansado, é morto, sendo a sua carne repartida pelos promotores da “farra”. Os animais são transportados em caminhões e atingem as vezes o número de trinta. É o que informam os jornais, que acrescentam também que, em algumas cidades, eles sofrem de extrema violência, chegando mesmo a ser mutilados.

Conversando a esse respeito com o professor catarinense, Victor Fernando Sasse, asseverou-me este que há certo exagero nesse noticiário. Diz ele que essa tradição, de origem portuguesa, é realizada com alegria pelos que dela participam, mas sem os requintes de perversidade que lhes estão sendo atribuídos.

Seja como for, tem razão o Governo de Santa Catarina em proibir tal festa, com base na Lei de Proteção aos Animais. Do mesmo modo, merecem louvores os representantes das associações protetoras dos animais em solidarizarem-se com o Governador. Em casos como esses, sempre há violência, em maior ou menor grau.

Fato semelhante ocorre com as touradas, como as que tivemos em Cuiabá e que encerravam os festejos do Senhor Divino. Aqui, as touradas constituíam uma das tradições que herdamos dos antepassados portugueses e de outros contingentes étnicos que concorreram para nosso desenvolvimento. Em várias oportunidades, tenho procurado divulgar esse conjunto de valores que tem florescido entre nós, desde um passado remoto.

Em verdade, só recentemente os brasileiros de outros estados passaram a tomar conhecimento de Mato Grosso - de suas riquezas e

principalmente de suas realizações nos diversos campos de cultura. Nesse sentido, éramos e ainda somos praticamente desconhecidos. Quando, por exemplo, em conversa com pessoas desinformadas de nossos costumes, afirmo que já assisti a touradas em Cuiabá, o espanto é geral. Touradas em Cuiabá neste século ? Não é possível !

Explico-lhes então que até a década de trinta tivemos touradas genuínas, à moda portuguesa. Não como essas que se praticam hoje em Portugal, que se podem qualificar de avacalhadas e, ao que parece, se reproduzem na “Farra do Boi”. As nossas eram verdadeiras corridas de touros, esporte predileto da antiga nobreza lusitana.

As touradas cuiabanas tiveram início em 1808, por iniciativa do Ouvidor da Comarca, Sebastião Pita de Castro, segundo informe de Estêvão de Mendonça nas “Datas Mato-grossenses”. O historiador não descreve nossas primitivas touradas, mas confrontando as que conheci com a antológica narração de Rebelo e Silva em “A Última Corrida de Touros em Salvaterra”, concluo que há algumas diferenças entre as touradas portuguesas e as nossas. Nas touradas portuguesas - as verdadeiras, as antigas - os toureiros se apresentavam a cavalo, enquanto, nas nossas, só havia um cavaleiro, o que aqui se chamava o **toureador**, a quem competia a primeira sorte, em cada um dos touros. Na verdade, entre nós, a beleza do espetáculo estava principalmente com os **capinhas**, mais numerosos, que, enfrentando o touro a pé, podam exhibir a sua extraordinária destreza adquirida nas lides das fazendas onde eram recrutados, em sua maioria. A parte humorística ficava por conta dos **máscaras** aos quais se permitiam brincadeiras com o touro e este, embora já cansado quando lhes era entregue, os obrigava as vezes a divertidas correrias pela arena - coisa impensável em um capinha, para o qual, fugir do touro, significava desonra.

Fala-se muito nas touradas de origem espanhola. Lembro-me de uma delas que presenciei na cidade do México. Comparadas com as nossas, essas touradas me pareceram simplesmente uma covardia. Lá, o toureiro não enfrenta de imediato o touro, como faziam nossos toureadores e capinhas. Na versão espanhola, o touro é espicaçado inicialmente pelas farpas dos bandarilheiros que o põem a correr como doido. Depois, entra na arena outro personagem, o picador, com seu cavalo protegido por grossas almofadas, que golpeia o touro com um instrumento cortante que o faz perder

grande parte de sua resistência. Só depois dessa maldade é que o toureiro se dispõe a encenar os seus passes e “olés” ante um touro exausto, quase na situação em que, em nossas touradas, era entregue aos máscaras. É verdade que, as vezes, antes da cerimônia final da morte do touro, o toureiro pode ser ferido e até encontrar a sua própria morte, mas porque o touro, no desespero, acha no fundo de seu ser um resquício de força para abater o inimigo.

Foi naquele dia, no México, “a las cinco en punto de la tarde”, como manda a tradição, que senti a selvageria das touradas, que me passou despercebida na infância - as touradas com doses maciças de “la sangre”, pis como se sabe, o sangue se dá ao luxo de ser feminino em espanhol. Daí deriva talvez a diferença entre esse povo e os lusitanos e brasileiros, no que se refere ao uso da violência. As touradas constituem um espetáculo bárbaro, mas em Cuiabá, ao menos elas eram leais, pois o touro e toureiro ficavam equilibrados, um com sua força, outro com sua garrocha.

Tudo isso são lembranças de tempos que já se vão tornando bem distantes. As touradas e outras festas que integravam nossas tradições se extinguíram, tragadas pelas mudanças dos costumes. Hoje Cuiabá é outra e, sempre que a revejo, me sinto completamente perdido. Novos bairros, verdadeiramente novas cidades, as vezes com população maior que a Cuiabá de meu tempo, vão-se formando em face do progresso avassalador. É de se esperar que, nessa crise de crescimento, as realizações do presente, que devemos aceitar, mantenham, no que for possível, o patrimônio cultural construído por nossos maiores.

HISTÓRIAS E EXEMPLOS NAS LENDAS CUIABANAS

Pedro Rocha Jucá

Com sabedoria, as lenda cuiabanas são transmitidas ao longo dos séculos anexando experiências ao seu farto contexto folclórico e regional. Correspondendo a diferentes épocas, esse dinâmico processo emissor permite o surgimento de mais lendas, pois elas vão brotando da contínua produção cultural filtrada através das gerações. Desta maneira, são enriquecidas pelo envolvimento histórico ou pelo aspecto positivo dos exemplos. O Estado de Mato Grosso vive um período de amplo desenvolvimento sócio-econômico, apresentando uma nova realidade demográfica. Porém, dificilmente surgirão lendas como as da Procissão das Almas, do Bate Bruaca, do Troá, do Candimba, da Carroça Mal Assombrada, do Minhocão do Pari, do Negrinho da Desavença e outras.

É fácil identificar em todas essas lendas o cuidadoso trato de temas e personagens com os rígidos critérios de dignidade exigida pela competência do fértil saber cuiabano. A cultura popular é extraordinária na sua capacidade de invadir o que é desconhecido para fazer incursões no além com grande versatilidade. Nesse ângulo, as lendas superam os parâmetros da história, pois a imaginação abre o caminho para o infinito. E se isto ocorre durante a infância, a mensagem das lendas ficará para sempre gravada em nossa memória, pois a curiosidade recebe o reforço da saudade.

Encontramos nas lendas cuiabanas uma deliberada vocação de preservar valores que são importantes em todas as épocas, projetando-os no futuro. Com características folclóricas ou não, elas são perpetuadas por uma amplo processo de comunicação, oferecendo um conteúdo rico e simples de experiências pedagógicas das mais proveitosas. Além disso, permitem uma abordagem analítica com exemplos, no exercício legítimo de uma história oral facilmente compreendida.

A lenda da Procissão das Almas nos ensina a não interferir na vida alheia, pois a vela recebida por aquela moça curiosa ao anoitecer foi transformada em osso humano na manhã seguinte. Na lenda do Bate Bruaca

temos duas lições: não devemos brincar com coisas sérias e que mentira tem perna curta. As almas do frade e do oficial da Marinha jamais apareceram nas proximidades do Cemitério do Segundo Distrito, embora tenha sido encontrado, numa escavação feita nas vizinhanças, um rosário de frade, sendo as contas feitas com castanha portuguesa e ligada umas às outras por uma corrente de fio de cobre.

Por sua vez, a lenda do Troá nos leva a um passado cheio de preconceitos em relação ao casamento entre pessoas próximas, não escapando nem os compadres, mas no ensina a necessidade de conservar o matrimônio com instituição básica. A viúva que se amasiou com o compadre viúvo virou Troá, um tronco de árvore, com penugem, mas desgalhado, que depois da meia noite se arrasta na escuridão das matas com ruído semelhante a troá, troá, e assim, noite a dentro. Tiramos daí outras lições: o cuidado que deve haver na escolha das amizades e a importância da mulher no ambiente familiar.

A desmoralização do mau caráter está evidente na lenda do Candimba. Trata-se de uma pessoa sem qualquer defeito físico, que ficou deformada, até com rabo, depois de maltratar a sua mãe. Não será necessário lembrar que mãe é um ente sagrado.

Dos 12.000 habitantes de Cuiabá no ano de 1868, mais da metade morreu em consequência da bexiga negra, ou varíola, que se espalhou na Guerra do Paraguai. Os sobreviventes da peste ficaram traumatizados com os muitos enterros coletivos. Depois que tudo se normalizou, a carroça mal assombrada, com o seu sinistro barulho, continuava a assustar a população local. A lenda da Carroça Mal Assombrada teria como cenário a rua Cândido Mariano, rua Batista das Neves (naquela conhecida com Peagaú, que ia a té a Cacimba do Soldado, na atual Av. Isác Póvoas), descendo até a rua 13 de Junho, atingindo o antigo Lavra Pau, para retornar das proximidades do atual DNER até o bairro do Cai-Cai, passando pelo bairro da Cruz Preta. A citada carroça jamais foi vista, mas muitos disseram que ouviram o atrito das suas rodas nas pedras de cristal então existentes.

Em 1869, no livro “Notícia sobre a Província de Mato Grosso”, Joaquim Ferreira Moutinho, português que morou em Cuiabá na época, fala de uma profecia a respeito dessa calamidade, a maior já observada em uma cidade brasileira. O dr. Generoso Alves Ribeiro, notável inteligência do período provincial, estava se tratando de sérios problemas de saúde quando

antecipou toda a miséria. Para o médico José Antonio Murinho, que governou Mato Grosso de 19 de setembro de 1868 a 26 de março de 1869, ele sentenciou: *“As ruas ficarão coalhadas de cadáveres ... As mães chorarão os sofrimentos dos filhos; os filhos os de suas mães ... Crianças, velhos, moços, moças, vagarão pelas ruas implorando a compaixão pública, que será surda aos seus clamores, porque cada um terá de lamentar a própria desgraça ... Grave aflição vai oprimir Mato Grosso”*. No imaginário cuiabano existem muitas narrativas sobre almas. Podemos lembrar o romance do caixeiro-viajante com uma mulher, no Palácio das Águias, embora ela tenha morrido três anos antes, ou a lenda de que após a morte de dom José Antonio dos Reis, o sobrado onde ele residiu, na rua Antonio Maria, ficava iluminado na hora da Missa do Galo, com vozes no seu interior.

O sobrenatural também está nas páginas de “No tempo das Cadeiras” de José de Mesquita. Ele conta o romance de Rodrigo e Umbelina. Ela residia no velho casarão existente na esquina da Rua Barão de Melgaço com a atual praça José Rachid Jaudy e ele numa casinha modesta que ficava ao lado. O namoro foi interrompido pelo pai da moça, um próspero português. A filha foi estimulada pelo pai a se casar com um primo, três vezes mais velho, mas que era proprietário de vastas áreas de terras na região de Serra-Acima, hoje Chapada dos Guimarães.

Desolado, Rodrigo viajou para o mais longe que pudesse alcançar. Depois de trinta anos de ausência, saudoso, voltou a Cuiabá e soube, através de sua mãe, que Umbelina já havia morrido. Ao anoitecer, repetindo o que sempre fazia quando era jovem, sentou-se à porta e sentiu que alguém o abraçava levemente, e dizia: “Escuta. Lembra-se dessa música?”. Eram as notas de uma “russiana” que Umbelina tocava ao cravo para dedicá-la ao namorado que só podia ouvi-la. Os acordes, agora, vinham de um piano executado por outra Umbelina, a neta daquela que embalou os seus sonhos de juventude.

O piano ficou em silêncio e Rodrigo volta, automaticamente, os seus olhos marejados de lágrimas para a janela do velho casarão na expectativa de rever a sua querida Umbelina. Por alguns segundos, ele viveu o passado na figura da neta, cópia fiel daquela a quem a ele tanto amou. Não portava o leque de plumas que compunha a cena de trinta anos antes, mas através dela, a sua Umbelina “voltava”, para dizer que não o havia esquecido.

É um emocionante exemplo de fidelidade ao verdadeiro amor, tão carente nos dias de hoje.

Nessa lenda ainda está presente o único mito de Mato Grosso que figurou no livro “Geografia dos Mitos Brasileiros”, de autoria do renomado folclorista Câmara Cascudo: o Tibanané. Era “*um índio velho, de rosto enrugado, maltrapilho, andando silenciosamente ao entardecer*”. Na lenda de Umbelina, o Tibanané é lembrado quando Rodrigo ainda jovem, não escondendo os seus sentimentos, assobiava algumas notas musicais da “russiana” que ela tocava em sua homenagem.

Acompanhando as antigas tradições cuiabanas, a sua mãe sempre lembrava que não se deve assobiar à noite, pois o Tibanané, “*alma de bugre*”, aparece para pedir um pedacinho de fumo. José de Mesquita, com a sua capacidade de atingir o cerne das emoções humanas, aproveitou uma só narrativa para divulgar duas importantes lendas cuiabanas. Com o filho em lágrimas, ao contemplar a neta de Umbelina à janela, a sua mãe sente o quanto ela sofre e, também chorando, diz: “*Pode assobiar meu filho ... Anda. Desabafa. Na nossa idade, o Tibanané não vem mais.*” Outro exemplo: o amor de mãe é maior do que se pensa, pois rompe até o avanço do tempo.

Sobre as visões “do outro mundo”, em Cuiabá, poderiam ser contadas várias histórias, todas interessantes. No livro “Roteiro Histórico e Sentimental da Vila real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá”, o historiador Rubens de Mendonça lembrou um fato registrado em 1926. Após forte gripe, transformada em pneumonia e agravada para uma tuberculose galopante, uma “moça muito bonita e simpática” morreu em questão de dias. Tempos depois, quando nem se falava mais nela, a “visão” da moça, trajada de branco, passou a aparecer na Avenida Mário Corrêa. Não sabendo do caso, um morador do centro da cidade voltava de uma festa no Porto quando a viu e dela se aproximou. Ao ser reconhecida, ela desapareceu para sempre. Talvez, para preservar o nome da sua família.

Outra moça de branco também aparecia no Jardim Alencastro. No livro acima citado, Rubens de Mendonça contou a história do jardineiro Nicandro, que fechou o gradil então existente ao redor da praça e se deitou num dos bancos do coreto. Ao acordar por volta da meia-noite, o jardineiro viu o vulto de uma bonita mulher de branco e se levantou para abrir o portão. Ela logo saiu e foi em direção do antigo “Beco da Delegacia Fiscal”, hoje rua

Cândido Mariano, onde o bonito rosto se transformou numa caveira. “Nem tudo o que reluz é ouro”, diz o adágio popular.

Continuando com as histórias a respeito de assombrações, no seu livro “Cuiabá - Roteiro das Lendas”, a professora Dunga Rodrigues narra uma sobre o perigo da calúnia. Refere-se a duas comadres, muito amigas, até o dia em que uma acusou a outra de estar seduzindo o seu marido. Ela julgava ter motivos para aquela suspeita e a sua raiva era tanta que nem conseguia dormir. Mas, o silêncio noturno foi interrompido pelo forte barulho na porta do casebre onde ela morava. Era o “demônio em pessoa, com chifres de veado, barbas de bode e rabo de cavalo”. A mãe da comadre caluniadora acordou com o barulho e “prostrou-se de joelhos, rezando o Credo”. Somente assim o demônio foi embora, levantando “um redemoinho de poeira, que derrubou os peixes do varal, as galinhas do poleiro e levantou as roupas do coradouro”. Depois de rezar, a mãe virou-se para a filha e disse: “Isso é castigo p’ra você não levantar calúnia em sua comadre”.

É ainda Dunga Rodrigues que conta um fato ocorrido na tradicional Pedra do 21, próximo da ponte Júlio Müller, no Porto. Sempre existiu ali uma outra lenda, a do jaú gigante, “tão cabeludo como um chimpanzé”. Os outros peixes até fugiam dele, de medo. Ele morava “nas furnas solapadas por baixo daquelas pedras” e gostava de afogar jovens. Certo dia, uma moça não acompanhou os conselhos dos mais velhos e foi tomar banho justamente onde as pedras desaparecem sob as águas mais profundas do rio Cuiabá. Depois de muito sacrifício, um segurando a mão do outro, os amigos da teimosa conseguiram salvá-la.

Jamais foi visto por qualquer pessoa. Por ser transparente, a identificação da sua cor é impossível à inteligência humana. Mesmo assim, o Negrinho da Desavença está consagrado entre as tradições dos moradores do Porto. Dizem até que ele era “retinto como carvão”, citando novamente Dunga Rodrigues, em “Cuiabá - Roteiro das Lendas”. Ele estimulava a malvadeza nos adultos e atiçava diferentes artimanhas na criançada. Ele era ainda, embora ninguém pudesse comprovar, o responsável até pelos bate-bocas dos residentes nas redondezas da Igreja de São Gonçalo, Arsenal de Guerra e Estádio Presidente Dutra. A imaginação popular é fértil, mas essa lenda tem um forte efeito pedagógico. Não devemos, por exemplo, acusar alguém se não tivermos provas ou transferir aos outros os nossos erros ou falhas.

De todas as lendas cuiabanas, a mais conhecida talvez seja a do Minhocão do Pari. São escassas as informações nela contidas, mas desperta o interesse popular até hoje. A sua cor seria preta e reluzente. Longo e cabeçudo, o minhocão é semelhante a uma grande serpente aninhada na foz do Ribeirão do Pari, que deságua na margem direita do rio Cuiabá. Este cenário da lenda fica logo abaixo da cachoeira do Pari. Verdade ou mentira, os moradores da região transmitem a lenda de geração em geração.

O Minhocão do Pari, sempre conforme a credence popular, vive próximo ao barranco. Geralmente está coberto por terra, semelhante a uma arraia. Com raiva ou com fome, ele aparece furiosamente, com a sua enorme cabeça sobre as águas. Nesses momentos faz a maior agitação, virando barcos, ameaçando pescadores e apavorando os moradores das duas margens do Rio Cuiabá. Do espetáculo dessa lenda, podemos tirar uma lição mais do que valiosa. O rio Cuiabá é importante e devemos preservá-lo, pois é a fonte de água e alimento. Verdadeiro ou não, tenham cuidado com o Minhocão do Pari, pois ele pode estar preparando em bote contra os depredadores.

As lendas já citadas poderiam ser catalogadas com a designação de folclóricas. Na verdade, todas as lendas são folclóricas pelo objetivo dos seus conteúdos, mas existem aquelas que não têm um cunho histórico, correspondendo a algo mais do que o saber popular. Uma delas, por exemplo, poderia ser classificada como antológica: a da Alavanca de Ouro. Possivelmente ela não retrate toda a veracidade do momento histórico em que os garimpeiros buscavam ouro ao redor do Igreja do Rosário. Foi esse ouro, vale lembrar, que assegurou o povoamento dos atuais limites urbanos de Cuiabá. Os bandeirantes pioneiros iniciaram a ocupação de Cuiabá pelo Arraial de São Gonçalo, na margem esquerda do Rio Cuiabá, mas depois se mudaram para o Arraial de Forquilha, na margem direita do Rio Coxipó do Ouro. A lenda da Alavanca de Ouro, se confunde, assim, com a história local.

Compreendendo o outeiro e as circunvizinhanças da Igreja do Rosário, as Lavras do Sutil (assim chamadas porque foram descobertas por Miguel Sutil de Oliveira) definiram a localização de Cuiabá. Ali, de acordo com os registros históricos, existiu a maior mancha de ouro jamais vista no Brasil. Vale lembrar que grande parte do rico mineral estava à flor da terra.

As pepitas, pelo considerável tamanho, serviram de apoio para as rústicas painéis das improvisadas cozinhas instaladas pelos pioneiros. Por ser abundante, o ouro substituiu o chumbo, procedente da Europa, nas armas dos desbravadores.

Os bandeirantes estavam cavando naquele local quando observaram um objeto reluzente e maior do que as pepitas até então ali encontradas. Não queriam apenas ver, mas também alcançar aquele achado, movidos pela ganância, em busca da riqueza fácil. A forte luminosidade tinha a forma semelhante a uma alavanca usada na garimpagem e estava direcionada para dentro do chão. Contudo, quanto mais eles cavavam, mais ela se aprofundava, até o dia em que desapareceu para sempre, repetindo a lição daquele ditado popular: “Nem tudo o que reluz é ouro”. Ou ainda: “A riqueza não é eterna nem é tudo”.

Devem ser lembradas duas outras lendas, também consideradas históricas. São dois belos momentos da História de Mato Grosso, enriquecidos pela crença em valores que dignificam as nossas origens, notadamente no que se refere à fé religiosa, em pleno período colonial, quando os interesses de Portugal estavam acima dos sagrados direitos do nosso povo. Essas duas lendas estão relacionadas com a primeira igreja construída em Cuiabá, a do Senhor Bom Jesus, localizada na Praça da República, e hoje uma das raras basílicas existentes no Brasil. Ocorreram, de acordo com a tradição popular, nos anos de 1728 e 1729, impedindo o esvaziamento populacional da Vila Real criada em 1727, às voltas, então, com sérios problemas de sobrevivência.

No seu livro “Lendas e Tradições Cuiabanas”, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, rememora esses dois importantes momentos históricos. Na Quaresma de 1728, aconteceu em Cuiabá um verdadeiro milagre. Na Quinta Feira Santa, a Matriz do Senhor Bom Jesus estava lotada. Era, na verdade, uma missa de despedida, pois quase todos os bandeirantes iriam partir para Goiás logo em seguida. A custódia, com o Santíssimo Sacramento, foi colocada no trono que era servido somente por uma escada.

Em determinado momento daquela cerimônia religiosa, a custódia se volta em direção da epístola, ficando de lado para o público. Vendo isto, um sacerdote subiu a escada e colocou a custódia voltada para os que assistiam à missa. Por três vezes seguidas, a custódia voltou-se para

a epístola. Os bandeirantes, ainda atônitos com o que acabavam de ver, decidiram permanecer em Cuiabá, afastando de uma vez por todas a ameaça de despovoamento da Vila Real recém-fundada.

No ano seguinte, o Senado da Câmara e as pessoas mais ricas adquiriram em Sorocaba uma imagem do Senhor Bom Jesus, o padroeiro da Vila Real. A viagem para Cuiabá foi interrompida em Camapuã, hoje Mato Grosso do Sul. Pedro de Moraes, o responsável pelo transporte, estava com problemas e por isto decidiu regressar. Nesse instante o milagre e a lenda se fundiram na crença popular. Tentando ajudar, outro comerciante tentou levar a imagem de volta à Sorocaba, mas não houve braço humano capaz de levá-la.

Aquela força estranha foi interpretada como um milagre, que chegou ao conhecimento dos cuiabanos. O fato sobrenatural foi valorizado com a participação de Manoel Homem, apontado por alguns como foragido. Inexplicavelmente, foi ele quem construiu um rancho para proteger o caixote. Um comerciante cuiabano, viajando de regresso, ouviu em Guarapiranga, próximo de Camapuã, um curioso relato sobre a imagem que voltava ao seu peso normal quando alguém estava disposto a levá-la ao seu destino, que era Cuiabá.

Sabendo disto, os moradores da Vila Real providenciaram, de imediato, o embarque do Senhor Bom Jesus, que foi recepcionado festivamente no Porto, após longa viagem fluvial. Em procissão, com grande acompanhamento, a imagem foi conduzida até a antiga matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, construída em honra do Padroeiro da Capital mato-grossense. Essa procissão é recordada todos os anos, nas tardes do dia primeiro de janeiro. De uma pequena capela, construída como pagamento de promessa, a Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá é hoje um exemplo nacional de fé e de arquitetura religiosa.

Lenda ou milagre? Não importa. Cuiabá é um verdadeiro milagre urbano, se considerarmos as condições observadas em 1719. Muitos problemas já foram resolvidos e outros ainda existem, mas são superados pela decidida abnegação dos que aqui residem. Isto, reconhecemos, não é uma lenda, e sim uma realidade incontestável. O arraial implantado pelos bandeirantes paulistas é hoje uma das maiores capitais do Brasil, próxima de todas as capitais sul-americanas, interligando as duas maiores bacias

hidrográficas do mundo, a Amazônia e a Platina. Desafiando os séculos e os mpecilhos, Cuiabá é, ela própria, a confirmação de uma outra lenda, a da Fênix, que renasce das suas cinzas, e que está no alto do seu secular brasão de armas, enviado de Lisboa ainda no período colonial.

BREVE ESBOÇO HISTÓRICO DO PERFIL GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO OU DE COMO O ESTADO CHEGOU AO SEU ATUAL CONTORNO

Carlos Gomes de Carvalho

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato porque até agora não houve que a andasse por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

Frei Vicente do Salvador, em 1627

INTRODUÇÃO

Mato Grosso, e de resto o Centro Oeste, só vem a se “tornar brasileiro” de fato quase dois séculos após a Descoberta.

É a partir da segunda metade do século XVII que as levas bandeirantinas, motivadas pela caça ao braço escravo indígena, começam a percorrer de maneira mais regular e constante as regiões mais ao ocidente do Hemisfério. Foram devassamentos, por assim dizer, “brasileiros”, pois é de assinalar-se que, pelo menos cerca de cem anos antes, desbravadores do reino de Castela já exploravam a região. Registre-se que os padres jesuítas espanhóis, no início desse século, estabeleceram missões entre os rios Paraná e Paraguai e ao sul de Mato Grosso, com as chamadas reduções de Itatim. No mesmo período bandeiras portuguesas com destino às fabulosas riquezas do Peru - fantasias que alimentavam sonhos audazes - haviam vagueado pelo sertão bravo.

Notícias davam conta das fabulosas jornadas empreendidas por Antonio Castanho da Silva, que deram início, a partir de 1618, ao chamado

Ciclo de Vacaria; por Antonio Raposo Tavares, em 1648, e Luiz Pedroso de Alvarenga, em 1660, que pervagaram a região ocidental por vários anos, tendo o segundo atravessado toda a região de Mato Grosso e alcançado a cordilheira andina, numa epopéia ainda hoje digna de admiração. Tinham-se informações igualmente de que os sertões de Goiás e Mato Grosso haviam sido, desde meados do século anterior, penetrado por homens sob os comandos de Francisco Ribeiro de Moraes, Francisco Lopes Buenavides, Jerônimo Bueno, João Martins Heredia, Antonio Ribeiro Roxo, Francisco Sutil Cid, João de Lara e Manuel Correia. Tornaram-se igualmente notórias as bandeiras, ambas saídas de São Paulo no ano de 1673, capitaneadas, uma por Manuel de Campos Bicudo e Antonio Pires de Campos, e a outra por Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhangüera”, que também se fizera acompanhar pelo filho do mesmo nome então com doze anos. Essas bandeiras entraram definitivamente para o imaginário coletivo ao revelarem não só a descoberta do ouro nos chapadões goianos, mas sobretudo porque, a partir delas, criou-se uma segunda lenda em torno da secular idéia sobre a existência do fabuloso reino de El Dorado, onde haveriam tesouros incalculáveis que se localizariam na serra dos Martírios, uma montanha resplandecente de ouro e cristais.

Assim, quando nos fins do século XVII tiveram início, de uma maneira mais sistemática, os empreendimentos bandeirantes, já havia toda uma “cultura” em torno do devassamento sertanista.

A EXPANSÃO GEOGRÁFICA

Um fator que preponderou decisivamente para a dinamização da expansão geográfica rumo ao Oeste foi a grande rivalidade surgida entre os paulistas e os reinóis. O episódio conhecido como a “guerra dos emboabas”, no qual os paulistas foram derrotados (no Capão da Traição, em 15 de fevereiro de 1709) e expulsos das riquíssimas jazidas de ouro que haviam descoberto e explorado no ribeirão do Carmo e nos vales dos rios das Velhas, do Paraopeba e do rio das Mortes, deflagrou de maneira definitiva a penetração oestina. O historiador inglês **Roberto Southey**, atribuindo a essa rivalidade decisiva importância, chegou a escrever que “*maior extensão se explorou e mais veios se descobriram do que sucederia, se tivessem procedido de acordo*”.

No entanto, foi só em meados da primeira década do século, com a descoberta do ouro de aluvião na região do rio Cuiabá, que efetivamente começa a região matogrossina a integrar-se ao contexto histórico e geográfico do país. Grandes levas de pessoas e mercadorias se deslocaram para a região nas décadas seguintes. As monções saídas de Araritaguaba (hoje Porto Feliz), às margens do rio Tietê, começaram a povoar o Oeste central e a dar notícias de uma região originariamente espanhola, conforme a divisão política estabelecida entre as Cortes europeias e fixadas no Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494.

Com a crescente ocupação da região, os arraiais da mineração foram se transformando paulatinamente em vilas e cidades. Uma corrida febril deslocou para Mato Grosso e Goiás um fluxo imenso de aventureiros que iam penetrando cada vez mais sertão a dentro. As notícias sobre as descobertas auríferas voavam. E criava-se um mito fantástico em torno das fabulosas riquezas que por aqui existiriam. Um historiador primevo, *José Barbosa de Sá*, relata que o padre André dos Santos Queirós “*era uma trombeta que tudo atroava e soou a fama de Cuyabá até os fins do orbe, passando dos limites do Brasil a Portugal e dahi aos reinos estrangeiros, tanto que chegaram a exagerações fabulosas, dizendo-se que no Cuyabá serviam os granetes (de ouro) de chumbo nas espingardas para matar veados, e que de ouro eram as pedras que nos fogões se punham as panellas ...*” (1)

Em 1719, dia 8 de abril, Pascoal Moreira Cabral faz registrar em ata os seus direitos de descobridor e explorador das primeiras grandes jazidas auríferas. Quando, em 1722, fortuitamente se encontram as minas que vieram a ser chamadas de “Lavras do Sutil”, se desencadearia, nos anos seguintes, formidável processo migratório. A região ganhava importância política no Reino. Em decorrência, em Carta Régia de 2 de dezembro de 1720, dava-se uma nova configuração administrativa, separando-se Minas Gerais da capitania de São Paulo, e atribuindo-se a esta última, jurisdição sobre os apossamentos que se faziam nas terras espanholas a Oeste. Considera-se por essa época, (1736), o surgimento do nome Mato Grosso, que passaria a denominar a região, após um grupo procedente de Cuiabá ter se dirigido para o planalto dos Parecís, ao norte, e se deparado, na maior parte do caminho, com árvores imensas, de troncos grossos e elevados.

O OURO E A POLÍTICA

Perto de três décadas depois do registro de nascimento do arraial de Moreira Cabral, em 1748, a região se desmembrava de São Paulo e ganhava autonomia administrativa e política como uma nova capitania.

Simultaneamente, a Coroa tomava providências para a consolidação do alargamento da fronteira na América portuguesa. O exemplo maior dessa estratégia claramente delineada, concretizar-se-ia na fundação, em 1752, às margens direita do rio Guaporé, dos arraiais de São Francisco Xavier e Pouso Alegre, (depois Vila Bela da Santíssima Trindade). Nos anos posteriores, empreendem-se as construções do Presídio de Iguatemi (1767), no extremo sul da capitania, com as tentativas de descobrir os varadouros diretos dali para Cuiabá, afinal concretizadas em 1769; do forte Príncipe da Beira (1776), bem como dá-se o estabelecimento das povoações de Vila Maria do Paraguai (Cáceres) e Albuquerque (Corumbá) em 1778, e um ano antes, de São Pedro D'El Rey (Poconé). Nesse meio tempo se consolida o povoamento em torno da vila de Cuiabá e nos povoados de São Francisco Xavier, Chapada dos Guimarães, Rosário, São José dos Cocais e Santo Antonio do Amarante. Assim, quando em 1750 os reinos ibéricos firmam o Tratado de Madrid, definindo-se as fronteiras do território, e no qual se aceita o princípio do **uti possidetis**, os espanhóis tão somente são forçados a concordar com uma inquestionável realidade: reconhecer de direito aquilo que já era de fato.

No entanto, já em fins desse século a mineração entrava em declínio e um novo fator de povoamento apareceria: a criação de gado bovino. As fazendas de gado se multiplicaram em Goiás e Mato Grosso, onde se espalharam através do pantanal, com os animais sendo trazidos sobretudo da região do São Francisco. Com essa nova atividade econômica os povoadores passam a ser oriundos de Minas Gerais, da Bahia e até do Rio Grande do Sul.

TEM INÍCIO O DESENHO DO CONTORNO GEOGRÁFICO

Tendo o quadro geo-político se estabelecido, com o reconhecimento jurídico pela Coroa espanhola da extensão das fronteiras até o Guaporé, e a

estrutura econômica matizada a princípio pelo ouro e depois pelo gado tem-se, antes portanto do final do século XVIII, consolidado o perfil geográfico da Capitania (no período colonial) e da Província (no Império).

Quando da sua criação em 1748, a superfície da Capitania era de 1.500.000 quilômetros quadrados. Essa configuração perdurou até o início dos anos 40 deste século.

Em 13 de setembro de 1943, o presidente Getúlio Vargas assinou Decreto-Lei que diminuiu significativamente a área do Estado. Foram criados o Território de Ponta Porã, formado pela área de sete municípios fronteiriços ao sul do Estado, e o Território do Guaporé, constituído por terras de Mato Grosso e do Amazonas. (Em fevereiro de 1956, em homenagem a Cândido Rondon, o Guaporé passaria a ser denominado território de Rondônia, alcançando o *status* de Estado em 1981). O território de Ponta Porã teve no entanto curta duração, sendo extinto com a Constituição de 1946. Com isso, a área total de Mato Grosso passou a ser 1.258.892,2 quilômetros quadrados, sendo a segunda unidade da federação, logo após o Amazonas, e correspondendo a 78,42% da região Centro Oeste.

Em meados da década de 70 ocorre a alteração mais significativa no perfil geográfico do Estado. Pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, é criado o Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-se do Estado originário uma área de 357.471,5 quilômetros quadrados. (2)

O Estado recém criado, constituído por 55 municípios agrupados em sete microregiões homogêneas, passa ser o 7o em extensão territorial. Dados do IBGE para 1970 indicavam que esses municípios possuíam cerca de um milhão de habitantes, sendo que destes, 453 mil estavam na zona urbana e 547 mil no meio rural, com uma densidade demográfica estimada em 2,85 habitantes por quilômetro quadrado. O novo Estado foi instalado a 1o de janeiro de 1979. (3)

É interessante assinalar-se ainda que, do ponto de vista estritamente político-administrativo, o Estado de Mato Grosso teve, por vários anos, sua autonomia restringida. É que a partir de 1968, o regime militar, em nome do “interesse da segurança nacional” decretou a faixa de fronteira, em torno de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória, como área indispensável à segurança nacional. Significava isto que os prefeitos eram

nomeados pelo Presidente da República, pesando sobre os municípios uma série de restrições, estando impedidos da construção de pontes, de estradas municipais, de campos de pouso, sendo vedadas ainda a instalação de emissoras de rádio e televisão, e também o estabelecimento de empresas de colonização e loteamentos rurais sem a prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional. Essa medida alcançou os municípios de Vila Bela e Cáceres (MT) e Corumbá, Amambai e Ponta Porã (MS).

Assim, as raias de Mato Grosso chegam ao final do século XX com o seguintes contornos:

A OESTE:

PARAGUAI

Em 1872 o Tratado de Petrópolis, firmado a 9 de janeiro, fixa as fronteiras pelo sul, traçando a linha divisória com a República do Paraguai, a começar do Salto Grande das Sete Quedas, no rio Paraná, até alcançar, depois de passar pelas serras de Maracaju e Amambai, a foz do rio Paraguai encontrando o desaguadouro da Baía Negra.

BOLÍVIA

A fronteira com a República da Bolívia, ao sul e a oeste, foi fixada pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, que modificou em parte o que havia sido demarcado pela Comissão Mista de 1875. Ficou então estabelecida a linha divisória partindo do desaguadouro da baía Negra, subindo o rio Paraguai até um ponto a nove quilômetros à jusante do Forte de Coimbra e daí, por uma linha geodésica, ao ponto distante 4 quilômetros a nordeste de um marco que assinala o fundo da baía Negra, daí segue até o meio da Lagoa de Cáceres, e depois para leste até o arroio Conceição e pelo rio Pando chega à lagoa Uberaba. Daí em linha reta rumo ao norte chegando ao Morro dos Quatro Irmãos, partindo para atingir a nascente principal do rio Verde, conforme alteração feita pelo Tratado de Petrópolis de dezembro de 1928.

AO NORTE:

Para definir os limites ao Norte, com os estados do Pará e do Amazonas, foram firmados acordos com os respectivos governos.

Em 7 de dezembro de 1900, o Pará reconheceu os limites pelo rio Tapajós, e seu afluente Teles Pires, até o Salto das Sete Quedas e daí em linha reta até a margem esquerda do rio Araguaia, na extremidade norte da ilha do Bananal.

Com o Amazonas, um Protocolo de 14 de setembro de 1910, cumprindo Acórdão do STF de 1889, definia os limites pelo paralelo de 8º 48" do rio Madeira ao Juruena.

AO SUL:

Para o Sul, ao encontro de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, o rio Paraná é a divisa natural e histórica, desde o desmembramento da Capitania em 1748.

A LESTE:

Se não houverem problemas de monta no estabelecimento das divisas e fronteiras de Mato Grosso nos demais pontos, o mesmo não se pode dizer do que se deu a leste.

A princípio a divisa entendida como natural e histórica, o rio Araguaia a partir da parte setentrional da ilha do Bananal até as suas cabeceiras, foi aceita para, em anos seguintes, ser duramente contestada.

O primeiro estabelecimento oficial de linhas divisórias entre os dois Estados se deu antes mesmo da criação de ambas as capitanias. Em 1723, o rio Araguaia foi aceito como separação administrativa (Ouvidorias) e eclesial pois, por determinação do Papa Benedito XIV, delimitava os territórios das prelazias de Goiás e Cuiabá, as duas pertencentes à Prelazia de São Paulo. Todavia em 1751, com o retorno da expedição organizada por D. Luiz de Mascarenhas e Amaro Leite, que foi até o rio das Mortes, o primeiro Capitão General de Goiás, Mendonça Furtado, que já havia acordado com o limite anterior, mudou de idéia e resolveu fixar os novos limites de sua

Capitania naquele rio, que se prolongaria pelo Taquari, Coxim e Pardo. Dez anos depois, o problema retorna à baila e o governo de Mato Grosso (Dom Antonio Rolim de Moura), insiste no rio Araguaia como sendo “balizas naturais”. Goiás não se conforma e, quando em 1864, o seu governo volta a propor o rio das Mortes como divisa, o governo central dá a Mato Grosso a primazia da posse do território entre os dois rios. Em 1890 através de lei estadual, Goiás fixa novamente seus limites no rio das Mortes.

Em 1907 um Congresso de Geografia realizado no Rio de Janeiro, no qual Cândido Rondon representava os interesses de Mato Grosso, embora tendo na pauta discussão do problema da divisa entre os dois Estados, não conseguiu sequer começar os debates, tal foi o alvoroço estabelecido. Em julho de 1913 é criado o município de Araguaya, consolidando-se mais ainda os direitos de Mato Grosso sobre aquela área. Nessa ocasião, por pouco não acontece um conflito armado entre os dois Estados, pois o Colégio Isabel, localizado na Fazenda Dumbazinho, na margem esquerda do Araguaia, foi ocupado por um forte destacamento policial de Mato Grosso por ordem expressa do governador Joaquim Augusto da Costa Marques. O governo de Goiás determinou igualmente o deslocamento de forças militares para aquela área. O bom senso prevaleceu e o conflito foi evitado. Dois anos depois, o município de Araguaya é elevado à categoria de Comarca, sob os protestos de Goiás. Diante da dificuldade em equacionar o problema, por proposta dos dois Estados, em 1920 a questão é colocada sob a égide federal. É então formado um juízo arbitral composto por três membros. Goiás indica o Conde Afonso Celso (o célebre autor de “Porque me Ufano de Meu País”), Mato Grosso o Dr. Prudente de Moraes Filho e, como juiz desempatador, sugerido por Goiás e imediatamente aceito por Mato Grosso, foi escolhido o Dr. Pires e Albuquerque, Ministro Procurador Geral do Supremo Tribunal Federal. O Delegado de Mato Grosso é o Senador Pedro Celestino. Depois de profundos estudos e inúmeros debates, em 7 de dezembro desse mesmo ano, a Comissão Arbitral concluiu pelos direitos de Mato Grosso sobre a área em controvérsia, ficando a linha divisória estabelecida pelo Apore e o Araguaia. A solução porém não estava à vista.

Na seqüência da publicação do laudo arbitral, o presidente goiano, Desembargador Alves de Castro, estimulou e sancionou projeto de Lei da Assembléia Legislativa recusando as conclusões expostas no laudo.

Ao mesmo tempo, o presidente de Mato Grosso, D. Aquino Corrêa, faz publicar, em outubro de 1921, o Decreto-Lei n. 838, tendo o seu único artigo o seguinte teor: "*Fica aprovado o laudo arbitral que julgou e declarou serem os limites entre os estados de Mato Grosso e Goyaz: o rio Araguaia até a sua cabeceira principal na serra do Cayapó; daí passando por esta serra, a cabeceira principal do rio Aporé e por este abaixo até a sua confluência no rio Parahyba, etc etc*". E para consolidar ainda mais os direitos de Mato Grosso, nesse mesmo dia 25, assinou a Resolução n. 837, criando o município de Santa Rita do Araguaia, como termo da Comarca de Registro do Araguaia.

A situação permanecia, do ponto de vista jurídico, controversa. Contudo, nenhum impasse administrativo de monta foi criado, já que o despovoamento da região não constituía fator que pudesse gerar, na prática, maiores interesses de ambas as unidades federadas. A União igualmente não se manifestava.

Todavia, mais de cinqüenta anos depois o assunto volta novamente à discussão. A controvérsia surge sempre quando fazendeiros localizados na região das cabeceiras do Araguaia se vêem envolvidos com o pagamento de impostos e na movimentação de outros documentos. Em 10 de junho de 1975, o Procurador Geral de Justiça de Mato Grosso e o Procurador Geral do Estado de Goiás se reúnem na cidade goiana de Mineiros com o objetivo de encontrarem uma solução para a questão e sugerem aos seus governadores a criação de uma Comissão de Estudos de Fronteiras. O governo mato-grossense publica o Decreto n. 408-A de 29 de dezembro de 1975 designando os seus representantes. Nova reunião entre servidores do mais alto nível, presidida pelos Secretários de Justiça dos dois Estados, é realizada em 11 de agosto de 1980 em Goiânia. Firmam então um protocolo de entendimento no qual se propõem a demarcar, por uma comissão mista a ser designada pelos dois governos, o ponto de partida dos limites na nascente do rio Araguaia. Essa providência veio em decorrência do conflito armado havido na área, poucos meses antes, com a invasão e remoção de cercas da fazenda Link por um efetivo policial de Goiás.

Em dezembro de 1984, os governadores de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul firmaram acordo reconhecendo as nascentes do rio Araguaia, e não a do córrego Araguainha, como sendo os reais limites

entre os dois Estados. Não se pode esquecer ainda que, além dessas nascentes, há um limite seco, o chapadão dos Baús, já em Mato Grosso do Sul, que vai até a nascente do rio Aporé, uma área de 90.000 hectares que vez por outra provoca dúvida quanto ao limite efetivo.

NOTAS

- Apud. Basilio Magalhães, in: *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*

2- A redivisão do território nacional é uma idéia mais que secular. Pode-se datá-la dos primórdios do Brasil independente. Nos debates realizados na Assembléia Constituinte de 1823 diversos parlamentares mostraram-se preocupados com os enormes vazios demográficos das grandes províncias do extremo norte do Império, como o Pará, o Amazonas e Mato Grosso. No decorrer dos anos, desde praticamente a proclamação da República e mesmo um pouco antes, várias teorias com argumentos geo-políticos foram defendidas postulando um redesenho do mapa territorial nacional. Em alguns momentos deste século, idéias separatistas foram levantadas, sobretudo por políticos do sul do país. Em Mato Grosso mesmo, as reivindicações pela divisão em dois ou mais estados foram constantes desde a proclamação da República e em todos os momentos de convulsão política-institucional essa bandeira foi erguida. Houve mesmo, no breve governo de Floriano Peixoto, a estapafúrdia tentativa de se criar uma “República Transatlântica ou Estado Livre de Mato Grosso”, num episódio de rebeldia contra o governo central.

Mas foi no governo de Ernesto Geisel que a idéia de um novo ordenamento territorial, um tanto adormecida durante longos anos, é reativada. No II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, no capítulo referente à “Integração Nacional e Ocupação do Universo Brasileiro”, é colocada a necessidade de uma estratégia governamental de integração nacional que proporcionasse um melhor equilíbrio econômico e político entre as diversas regiões. Invocava-se então atenção especial às características de Mato Grosso. Em 1o. de julho de 1974 foi sancionada a Lei Complementar n. 20 que consubstanciava a legislação básica sobre a criação de Estados e Territórios, tendo por ela, se decidido a implementação da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

3- O novo estado tem a seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os estados de Goiás e Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até as nascentes do córrego das Furnas; continua pelo córrego das Furnas abaixo, limitando ainda os municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até sua foz no rio Taquari; sob o rio Taquari até a barra do rio do Peixe, seu afluente na margem esquerda, continuando por este até a sua nascente mais alta, tendo os municípios de Alto Araguaia, ao leste, e Pedro Gomes, ao oeste; segue daí, em linha reta, às nascentes do rio Correntes, coincidindo com a linha divisória dos municípios de Alto Araguaia e Pedro Gomes; desce o rio Correntes até sua confluência com o rio Piquiri, coincidindo com os limites dos municípios de Itiquira, ao norte, e Pedro Gomes, ao sul; continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá, segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, a oeste; da boca do sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando por sua margem sul, até o marco sul Uberaba, na divisa do Brasil com a Bolívia, coincidindo com os limites dos municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul.

PARTE III

DOCUMENTOS

BREVE NOTÍCIA que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto porque seria processo infinito se quisesse narrar as várias nações nos mesmos usos e costumes, trajos e vantagens que fazem e menos numerá-los, por se perder o algarismo, principalmente no dilatado reino dos Parecis tão extenso e dilatado e seus habitantes por extremo asseadíssimos e estáveis e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto e dos que aqui não faz menção, o farão outros mais curiosos que ele. Se o faz do que a experiência lhe tem mostrado no decurso de tantos anos até o dia 20 de maio de 1723 ¹

Principia a falar do Rio Grande², porque do Rio Tietê que é o primeiro que se navega, saindo de Povoado³, e tem de navegação um mês, o não faz por não haver nele gentio, e falando do Rio Grande (em que mete o Tietê e perde o seu nome) navegando por ele acima, se dá em um riacho chamado Parnaíba, e por ele acima habitam o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com o seu cacique, que é o mesmo que Governador, a que no estado do Maranhão chamam Principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajos destes bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, e o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos; as armas de que usam são arcos muito grandes e flechas muito compridas e grossas, e também usam muito de garrotes, que é pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça; e é a arma de que mais se fiam e se prezam muito dela. Este gentio não usa por em guerra, como fazem outros, tudo levam de traição e rapina, e nas suas câmpinas

1 - Tudo indica essa data estar errada, vez que, no texto, o autor menciona os anos de 1725, 1726 e 1727, como datas de ataques de índios Paiaguás. Portanto, as suas memórias vão além de 1723, como explicita no inenso título. Assim, certamente por erro de leitura do manuscrito, foi colocada a data de 1723, quando na realidade deveria ser o ano de 1728.

2 - Atual rio Paraná.

3 - POVOADO: era assim chamada, até fins do século XVIII, a vila de São Paulo.

cursam muita terra de outros gentios a quem causam muitos descômodos com as suas traições; este próprio gentio chega a fazer dano ao rio chamado Taquari.

Rodando pelo Rio Grande abaixo se passam duas barras, a primeira se chama Guacuruí, a segunda barra chamada Rio verde, estes dois rios não têm gente habitante neles, mas são cursados e batidos do mesmo gentio Caiapó, e para baixo temos a barra do rio Pardo, todas elas são da parte direita, subindo por ele acima se dá na barra di rio Nhanduí da parte esquerda, e por ele acima habita o gentio chamado Guadaxo ⁴ e sem embargo que estes tenham mantimentos não são de aldeias, mas vivem de corso e montarias, as suas armas, de que usam, são arcos e flechas e usam muitos laços para as calças. Os trajes destes gentios, os homens andam nus, as mulheres usam de seus reparos de palhas; estes só têm algumas guerras com os Caiapós que até lá alcançam e por todo rio Pardo e Camapuã e Guichum, nã há outra nação de gentio habitante, porque os ditos Caiapós tudo infestam por donde têm feito consideráveis danos, assim em barcos e escravos, como nas canoas dos viandantes e mineiros que passam para as Minas do Cuiabá, fazendo despovoar todas as roças que já haviam no rio Taquari, matando maior parte da gente e queimando-lhes as casas, fazendo-lhe despovoar aquele rio e o mesmo fariam em Camapuã se os roceiros não estivessem já perdido as mãos do gentio mais de vinte escravos, e proximamente mataram quatro escravos a [...] Vieira do rio que estava na roça do Nhanduí Mirim que faz barra no rio Pardo.

Taquari - Por este rio habitou muito gentio, e habita parte dele abaixo, tanto de uma banda como da outra, e sem embargo de que este gentio tenha uma mesma língua nos nomes dos caciques, são diversos os apelidos, o maior lote que houve é chamado Achihanes e o outro Escolherez e outro lote Cazoyas, estes assistem à beira do rio do dito Taquari e pelaterra a que chamamos vargens onde habitam várias nações de gentio chamados chicaoacas, Hahunos, Juniacas, Tiquinitoz, todos estes são de uma língua e de um traje, e no viver não diferem uns dos outros, vivem de montarias, algumas lavouras que tem mandioca e suas batatas coisa mui pouca, e gente sem aldeias nem lugar certo, e andam sempre após de boas montarias; os trajes é andarem os homens nus, e as mulheres com seus reparos de palha, estes algumas guerras têm entre si por desconfiaças que há entre eles, as armas são arcos, flechas e lanças. Estes gentios em sentido brancos em suas

4 - No presente trabalho, Pires de Campos nos nomeia nada menos do que 84 nações, tribos e "lotes", como o próprio autor se refere. Aachamos que deva ter relacionado ai, também o nome de aldeias pertencentes há "ma mesma tribo ou nação.

terras unem-se todos como uma paz geral para darem guerra aos brancos, coco tem feito por muitas vezes apresentando batalha campal e destas guerras têm padecido muitos brancos.

Detrás deste rio Taquari, passa outro chamado o rio Claro, este vai dar no rio chamado Botetehu⁵ e neste rio Claro habitam bastante lotes de gentio; o primeiro lote chama-se Abathibe, outro lote Chiquiaez, outro lote Humegay, este vivem de seus mantimentos, mas mui poucos, o dito mantimento é mandioca e batatas, e pouco milho e alguma cana de açúcar que desta paragem veio no princípio para os engenhos que nestas minas se acham, e muitos bananais, vivem embarcados, as suas armas são arcos e flechas e lanças; estes algumas guerras têm com os Paiaguás, e alguns encontros com os cavaleiros chamados Guaicurus de onde têm eles grande diminuições de gente, e sanguinolentas guerras, os trajes é como os acima nomeados .

O rio chamado Botetehu, cujas cabeceiras vêm dos campos da Vacaria⁶, nestes vêm dar outro rio chamado Araquazue, e por este rio algum lote de gentios, também embarcados, a saber: Avahuai, Ahins, estes sendo de uma nação e de uma língua, estão em muitos lotes, nas armas e nos trajes não tem diferença dos outros, e também guerreiam com os Paiaguás e Cavaleiros; estes três rios param-se em um só, o qual se chama Botetehu, o rio Claro e o Araguahu, todos estes fazem barra no Paraguai. Abaixo desta barra habitam os gentios Paiaguás, cujas as suas moradas são sempre andarem embarcados e não terem domicílio certo, não mais que como corsários rio abaixo e acima a ver se tem encontros aonde se aproveitem, fazendo suas emboscadas nas voltas dos rios, aonde fazem, e tem feito grandíssimos danos aos brancos que navegam ao dito rio Paraguai, matando no ano de 1725 a Diogo de Souza Araújo e a uma negra e um moleque, e no ano de 1726 unidos com os cavaleiros acometeram no rio Taquari a uma tropa e por não poderem vadear o rio, foi esta bem sucedida, por virem os inimigos sem canoas; no ano de 1727 acometeu o dito Paiaguá no rio Paraguai a uma tropa de mineiros que contava de mais de trinta canoas e trazendo só dez bem equipadas, acometeram duas nossas que roubaram matando a Miguel Antunes, Manoel Lobo e dez escravos levando um menino branco cativo e por misericórdia de Deus não levaram todas as canoas. Este gentio consta

5- Rio Mbotetei, hoje denominado rio Miranda, em Mato Grosso do Sul.

6 - Assim denominada uma grande extensão de campos nativos, no atual Mato Grosso do Sul, onde, no século XVIII, se encontrava muito gado selvagem, descendente daqueles trazidos pelos primeiros conquistadores espanhóis ainda no século XVI.

dos lotes grandes, que demandam todos unidos de muita gente e os cavaleiros chamados Guaicurus companheiros e amigos com eles andam por terra, e os ditos pelos rios, de quais a quais, mais mal hão de fazer. O vestuário dos Paiaguás é viverem os homens nus, e as mulheres embuçadas com panos que fazem de algodão a modo de mantas que é o mesmo que mantilhas, estes vivem de montarias do rio, em que são destríssimos, que fazem vários tiros, enquanto da nossa parte se faz um, pelejando em canoa se lançam a água, levando uma borda dela debaixo d'água e com o fundo fazem rodela para repararem as balas, e no mesmo instante que parece coisa invisível, tornam a endireitar a canoa, e a fazer novos tiros e se acham grande resistência, e sentem pouco partido no mesmo instante alagam as suas canoas e desaparecem por baixo d'água, e antes de passar muito tempo as tornam a desalagar e fogem navegando com tal velocidade que parecem levam asas.

Os cavaleiros chamados Aicurus⁷ vivem também de montaria, andam sempre a cavalo com seus arreios, e em lugar de selas, trazem lombinhos, e são tão fortes que fazem as maiores vantagens assim por andarem sempre a cavalo, como por serem os cavalos andaluzes⁸, e os melhores que se tem visto, e se tem observado que este gentio tem as pernas arqueadas e compridas, sendo a maior parte deles curtos do corpo, mas mui socados e largos das espáduas, e pela passagem que lhe dá o gentio Paiaguá para a outra parte, nas suas canoas no rio Paraguai fazem cruel guerra a outros gentios. E também a algumas povoações de castelhanos que por se livrarem das suas hostilidades, e grande número de cavaleiros lhe pagam tributos, levando cada um 4 ou 5 cavalos a destra. Costumam andar nus. As suas armas são lanças, garrotes e laçadas, com que fazem grandes tiros não só a seus contrários, mas a caças e feras. Cursam até o rio Araquai, rio de Botetehuco, rio Claro e todas as vargens do Taquari, e por todos estes distritos, andam fazendo grandes destruições em todo o gentio nomeado até onde podem alcançar com a sua cavalaria em que recebem pouco dano, subindo da barra do Botetehu pelo Paraguai acima. Corsam os Paiaguás até o rio dos Porrudos, e daí para cima pelo dito rio Paraguai habitam muitos lotes de gentio, chamado o primeiro lote Guatós, outro Caracará, outro Guacharapos, outro Surucuha, Guacamão e outros Cuavacá e Tuque; estes todos vivem embarcados, gente de corso e sem aldeias. Vivem de montarias, o seu maior sustento é do muito arroz⁹ que colhem no seu tempo em forma

7 - Aicurus ou guaicurus, ou ainda, índios cavaleiros.

8 - Esses animais usados pelos Guaicurus, são descendentes dos cavalos trazidos pelos conquistadores espanhóis no século XVI, que eram de raça da raça Andaluz. Portanto, descendentes desses primeiros animais andaluz, está a denominada raça Pantaneira

9 - As crônicas e relatórios de viagens do século XVIII, falam muito de arroz nativo que abundava no pantanal, que muito servia, tanto aos índios, como pioneiros viajantes dessa região que demandavam às minas cuiabanas.

que lhe chega para passarem o ano, e o mais sustento é do rio pelo muito peixe que pescam e capivaras que matam que são os porcos d'água, jacarés e Jucuris que são umas cobras de estranha grandeza e todas as mais imundícies que deu os pantanais, nos quais cria Deus o arroz sem mais cultura que a da natureza e são estes pantanais tudo terra alagada, que fará de caminho mais de quinhentas léguas, e com as enchentes dos grande rios que se vem juntar no rio Paraguai, represam as águas, de sorte que faz um mar oceano, e se não se conhecem as madres de tão caudalosos rios no tempo de seis meses, que dura a sua enchente, fazendo-se deste tempo a navegação para as Minas do Cuiabá com mais gosto e brevidade, havendo bons práticos e no tempo da enchente se colhe o arroz, crescendo a sua palha a medida das enchentes enquanto não amadurece. Os trajés de todos estes gentios é andarem nus, e as mulheres com os seus reparos de fio de algodão franjados, e estes todos têm concurso com os Paiaguás, mas sempre receosos das suas traições. As armas são arco, flechas e lança. Subindo pelo mesmo Paraguai acima em passando uma baía muito grande chamada Hiahiba⁶⁰ se acha uma cruz de pedra⁶¹ que por tradição deve ser posta pelo Apóstolo S. Tomé, passada a dita baía fica uma ilha de morro onde habita o gentio chamado Ahiguás e Crururus; estes dois lotes cada um é diferente nas línguas e nos trajés, vizinhos inimicíssimos um lote do outro, vivem em guerra atuais, comendo-se uns aos outros, e as suas armas iguais, arco, flecha e lança; e também embarcações e vivem de suas montarias, os homens andam nus e as mulheres com sua tipóias, que é o mesmo que um saco com duas bocas que as cobre do pescoço até os pés; estes são os Ahiguez e os Crucaniz, os homens nus com o mulherio coberto de palhas tecidas.

Entra outra nação chamada Haiucares, este vivem de corso, nos trajés e armas como os mais, andam embarcados, e tem guerra com a nação chamada Guarecis, que também andam embarcados, os mesmos trajés e armas. Plantam algum milho muito pouco e o mais tempo se sustentam de montaria, e andam em dois lotes. Vizinhos a este rio acima morou o gentio chamado Saraiez, esta nação é reino repartido em muitas aldeias, em uma delas se contaram novecentas e tantas choças, gente mui limpa e asseada, no seu viver pouco ocioso e mui grandes lavradores, assim viviam muito

10- Lagoa Gaiva, localizada na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo um varadouro até encontrar as águas do rio Paraguai.

11 - Nas margens dessa lagoa, a 6 de janeiro de 1543 foi fundado Puerto de los Reyes, pelos conquistadores espanhóis comandados pelo Adelantado Domingo Martínez Irala. Foi o primeiro povoado fundado em terras hoje mato-grossenses. Talvez essa cruz de pedra mencionada e vista pelo autor Antonio Pires de

Campos, possa ser um marco lá colocado pelos espanhóis ainda no século XVI, e ainda em pé nos princípios do século XVIII.

abundantes de mantimentos e outras farturas que lhe permitiam os seus países, e muito pacíficos vivendo com o mais gentio de paz, que nunca se soube pusesse guerra a ninguém e todos estes viviam em terra firme aldeados; os nomes deles são os seguintes: Manuí, Curataré, Guaçadacurí, Oticotó, Sana, Creiguá, Verodosano e outras mais nações, que me não lembro, e marchando dois dias acima da faz barra o rio chamado Iahuri, e por ela acima habitam a nação chamada Caraveré, outro lote chamado Iupará, estes vivem em aldeias, fabricam mantimentos e falavam a língua geral, suas armas arcos, flechas e vivem também em terra firme, os homens se vestem de marlotas e o mulheroio de tipóias, estes mesmo vivem em guerra com outra nação chamada Tembez, horrendos, e da mesma língua, e vivem em guerras atuais uns com os outros; estes chamados Tembez se sustentam em carne humana, e são também de aldeias, cultivam mantimentos, gente muito guerreira e também fazem suas entradas ao gentio Parecis, com o interesse de os prisionarem para comer, estas nações moram pelo Jauru acima.

Subindo mais pelo Paraguai acima, nele habita a nação Aravirá, Guahonez, Caipanes, Araparis, Itaporis, todas estas nações vivem de corso, sem aldeias nem tem mantimentos, o seu uso de pelejar uns com outros, é tudo de traições, e armas arcos, flechas e porretes, e comem também carne humana¹². Estes gentios também, habitam o rio Hicipotiba que vem entrar no de Paraguai, e nas cabeceiras deste rio mora um lotão de gentio chamado Iorauhaha de boa língua, e com este lote, tinham os acima ditos excessivas guerras, estes também faziam suas entradas ao gentio do reino Parecis e dos que apanhavam os comiam, e nos dias que tinham algum padecente se preparavam com grandes festas, e faziam seus batizados, em mudarem seus nomes, causado isto da muita alegria que nestes dias tinham e rematado este rio de Hicipotiba¹³, se dá em chapadas mui grandes e dilatadas.

REINO DOS PARECIS¹⁴

Naquelas dilatadas chapadas habitam os Parecis, reino mui dilatado e todas as águas correm para o Norte. É esta gente em tanta

12 - Nota-se que é muito grande a quantidade de índios canibais mencionados pelo autor, existentes em Mato Grosso, no século XVIII. Apesar de abalizada a opinião de Antonio Pires de Campos, não acreditamos em tantas tribos canibais assim.

13 - Rio Sepotuba, afluente do rio Paraguai.

14 - Os índios Parecis estão no chapadão do mesmo nome, acima do vale do Guaporé. Desta forma, para ir até essa tribo, conforme seu testemunho dizendo que lá esteve, Antonio Pires de Campos deve ter escalado esse chapadão pelo vale do rio Guaporé, e dessa forma, por pouco ele não descobriu as fabulosas Minas do Mato Grosso, pelo menos 7 anos antes dos irmãos Paes de Barros o tê-lo feito em 1734.

quantidade, que se não podem numerar as suas povoações ou aldeias, muitas vezes em um dia de marcha se lhe passam dez e doze aldeias, e em cada uma destas têm dez e até trinta casas, e nestas casas se acham algumas de 30 até 40 passos de largo, e são redondas de feitio de um forno, mui altas e em cada uma destas casas, entendemos agasalhará toda uma família; estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis e é gentio de assento, e as lavouras em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muito ananases e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vinhos, e usam também cercar de rio a rio o campo, entre esta cerca fazem muitos fogos, em que caçam muitos veados, emas e outras coisas muito mais castas; estes gentios são guerreiros e só se defendem quando os procuram; as suas armas são arcos e flechas e usam também de uma madeira muito rija e dela fazem umas folhas largas que lhes servem de espadas e também têm suas lanças mas pequenas, e com elas defendem suas portas para o que fazem as ditas portas tão pequeninas que para se entrar é necessário ser de gatinhas, e também usam este índios de ídolos; estes tais têm uma casa separada com muitas figuras de vários feitios, em que só é permitido entrarem os homens, as tais figuras são mui medonhas, e cada uma tem sua buzina de cabaço que dizem os ditos gentios, serem da figuras, e o mulherio observa tal lei, que nem olhar para tais casas usam, e só os homens se acham nelas naqueles dias de galhofas, e determinados por eles em que fazem suas danças e se vestem ricamente. Os trajes ordinários deste gentio é trazerem os homens uma palhinha nas partes verendas, e as mulheres com suas tipoinhas a meia perna, cujos panos fazem elas mesmas de teçume de penas e de ricas cores, com muita curiosidade e labores de várias castas e feitios, e a curiosidade nos machos e fêmeas é por extremo, muito asseados e perfeitos em tudo que até as suas estradas fazem mui direitas e largas, e as conservam tão limpas e acertadas que se lhe não achará nem uma folha. Este gentio feminino é o mais parecido que se tem visto porque são muito claras e bem feitas de pé e perna, e com todas as feições perfeitas, e tão ágeis e habilidosas que nada se lhes mostra que não imitem com a maior perfeição, e o mesmo se acha nos homens. Costumam criar araras, papagaios e outros pássaros em casa como quem cria galinhas, e os depenam e lhe dão com tintas que fazem de diversa cor como querem que depois lhe saiam as penas, e em eles saindo em estando com conta as tiram para as suas obras que fazem, e lhe tornam a por segundas

tintas para criar novas penas e de novas cores , e estas são tão vivas e singulares que parecem labirintos, sem que lhe levem vantagem nas cores, as melhores sedas da Europa¹⁵.

Faz este gentio obras de pedra como jaspe em forma de cruz de malta, insígnia que só trazem os caciques ou principais, dependurada ao pescoço, tão lisas e polidas como marfim lavrado, e a este respeito obram em paus tão duros como ferro, outras curiosidades, sem instrumento de ferro nem aço, e fazem machados de pedra e outras coisas tão dificultosas de se acreditarem.

Este reino é tão grande e dilatado que se lhe não tem dado com o fim; é vastíssimo de gentio e muito fértil pela bondade das terras, o clima é bastantemente frio, a língua boa de perceber, suposto se acham muitas diferentes por corrupção, que a Geral dos Parecis, quase todos entendem, e sendo todos desta nação é desgraça, que não tem uma só cabeça a que todos obedeçam como a Rei ou cacique, mas muitos em quem está dividido o governo; são os que me parece se acharam mais hábeis entre todos os mais para se instruírem na fé católica, havendo pregadores evangélicos que a vão ensinar, e suposto que estes gentios de sua natureza são bandoleiros e pouco constantes, como a experiência tem mostrado que perseveram na idolatria se deve esperar que a misericórdia divina há de permitir que algum abrace tanta multidão de pagãos nossa Santa Fé Católica romana, como se espera em Deus o permita assim para maior glória sua, honra e crédito da nação portuguesa e extensão dos domínios de Sua Majestade.

Adiante destes parte outra nação chamada Mahibarez dos mesmos costumes e uso, tanto nas lavouras e trajas como iguais nas armas, e em quantidade são infinitos que se não podem numerar, estes só tem alguma diferença em algumas palavras na linguagem, e tem as orelhas com buracos mui largos que em alguns lhe chegam ao ombro, estes sendo vizinhos dos Parecis usam de suas traições e rapinas para roubá-los de seus bens e plantas, e também nestas rapinas, matam aos que podem, e só não entendem com o mulhero, e estes também usam de seus ídolos como os mesmos Parecis, e usam das mesmas armas e demais trazem umas adagas feitas de pau mui rijo. Este gentio fica para a parte do norte, e daí se segue mais gente que não

15 - Esse fato de se pintar a pele de aves para que suas penas saiam de colorido diverso do original, indiscutivelmente foi fruto da imaginação do autor. Cientificamente isso é impossível.

posso declarar porque lá não cheguei.

Por todos os rios por onde habitam os Parecis, e todos os mais que não posso nomear correm as suas águas para o Grão Pará e desta Capitania indo para baixo também habitam outras nações que confinam com o Grão Pará¹⁶. Os do fronteiro chamam-se Poritacas, estes vizinham com outra nação chamados Cavihis¹⁷, estes vivem de andar a corso matando gente para seu sustento e com a mesma carne criam seus filhos, por cuja causa são mui temidos, e para diante vai mais gentio e aldeias aonde não cheguei, e para esta parte dou fim à minha narração e notícia deixando de dizer muitas coisas que vi nestes sertões¹⁸, como foi no ano de 1727 no sertão dos Cavihis, entrando em uma aldeia cujos moradores andavam a corso, dando-nos um grande fedido que se não podia suportar, e entrando nas casas que eram boas achamos nelas muitas vasilhas cheias de carnes humanas, que tinham a apodrecer, para fazerem seus vinhos e mais guisados de que usam; achamos as casa por cima esteiradas de paus, e naqueles sobrados muitas caveiras, canelas e mais ossos de corpo humano, o que guardam aqueles bárbaros para seu timbre porque quem mais ossada tem, maior honra adquire entre aquela gentilidade, e andando observando estas e outras coisas semelhantes, se veio recolhendo o gentio da dita aldeia, que eram mui agigantados, valentes e atrevidos, e nos obrigaram a por em retirada, sem embargo de a fazer com cento e trinta armas de fogo¹⁹, que eles mesmo temem; e me não alargo mais a dar notícias de outras coisas semelhantes, assim por falta de tempo, como por serem sabidas, dos que cursam sertões, e não causar espanto aos que ela ignoram; e para continuar a narração que a vossa mercê vou dando²⁰, torno ao rio dos Porrudos que havia deixado.

Deixado o grande rio do Paraguai e subindo pelo dos Porrudos²¹ acima, habitam os gentios chamados Tacohaca, Guellechez, Ariaconez, estes usam andar embarcados, e vivem de corso e montaria, os homens andam nus e as mulheres com seus reparos de fio, as suas armas, lança, arcos, flechas, estes têm por seu distrito até a barra do rio Cuiabá.

16 - No início do século XVIII, antes de se iniciar a navegação do rio Guaporé, do Arinos e Tapajós para o Grão Pará, não se tinha com muita propriedade a noção da distância entre as Minas do Cuiabá e as capitânicas do Norte, a do Grão Pará e Maranhão. Por isso, esses erros geográficos, mencionando que as tribos confinam com as terras do Grão Pará.

17 - Possivelmente *Cavihis* são hoje os índios da tribo dos Cabixis

18 - Pelo seu relato, confirma nessa precisa frase, que realmente o autor andou pelos sertões e entrou em contato com os índios a que relaciona. Vários indícios dá Antonio Pires de Campos em seu relato, que conheceu pessoalmente os índios a que descreve e que tenha entrado em contato com eles todos.

19 - Fica muito clara, nessa assertiva, o fato da presença pessoal do autor, junto a tribo dos Parecis, a ponto de ter que efetuar uma retirada estratégica, ainda que bem armado.

20 - Por essa frase, percebe-se claramente que escreveu o presente relatório, por encomenda de alguém, e esse alguém, é o tal "Vossa Mercê" para quem vai fazendo a narração.

21 - Rio Porrudos, atual rio São Lourenço. Nele o Cuiabá desemboca, para logo em seguir atingir o rio Paraguai. Nessa região, no século XVIII, viviam os índios Porrudos, provavelmente os mesmos Bororos que até hoje lá habitam.

Tornando pelo dito rio do Cuiabá acima, habita na paragem chamada o Arraial Velho²², a nação chamada Elives, estes eram repartidos em muitos lotes e tinham outros vizinhos chamados Cuchianés, estes eram da mesma linguagem e costumes, iguais na armas, de arcos, flechas, porretes e viviam em uma pura guerra, comendo-se uns aos outros, estes tinham por distrito o vão do rio Cuiabá e Porrudos.

Subindo o rio Cuiabá acima habita a nação chamada Guachevanéz, repartidos em muitos lotes, a saber os nomes Curianez, Guahonez, Candaguaris, Pavonez, Gualez, Cataxos, Bobiarez, estes tinham algumas guerras uns com os outros sendo da mesma língua e do mesmo viver, os que ainda hoje há quando tem algumas, fazem logo pazes com casamentos de filhos e filhas, vivem nus, as mulheres usam de seus reparos de fios; estes são de terra firme e também usam de canoas para as suas montarias, as armas são as costumadas de lança, arco e flecha. Subindo mais para cima vem um rio dar neste do Cuiabá, que lhe chamam de Cuiabá-Mirim, que nasce de uma baía na qual habitava um lote de gentio chamados

Cuiabás²³. Estes usavam de canoas e nos trajes e costumes eram como os acima nomeados, e tinham paz com todos por serem mansos e pacíficos. Estes têm outros vizinhos terra a dentro, chamados Chacrurez, mui valentes e guerreiros, que sendo poucos tiveram sempre guerras com muitos, é gente de corso, e vivem de montarias, os trajes é andarem os homens nus e as mulheres com seus reparos de enviras, as armas são as costumadas, e só usam de mais de um garrote de duas mãos.

Subindo mais acima pelo rio Cuiabá, habitam as nações Tuetez, Japez, Cruanez, Gregorez, Curianez, os costumes e armas de todos estes é o mesmo que os chamados Chacrurez, e só tem a diferença de não serem tão guerreiros como os ditos, e subindo mais acima pelo dito rio habitava a nação chamada Tamoringue, estes eram repartidos em dois lotes de um costume, e da mesma linguagem, tanto nas armas, como no traje, e subindo mais acima habitavam dois lotes chamados Aricás e Poconeze, estes usavam por onde quer que andavam de suas tranqueiras por viverem receosos de outros gentios; nos costumes e trajes eram como os outros, e da outra banda fronteando com estes mesmos habitavam outros chamados Copemirins,

22 - Esse arraial velho estava localizado na margem esquerda do rio Cuiabá, há dois ou três dias de canoas da confluência desse rio com o Paraguai e há 15 dias de viagem fluvial até a vila do Cuiabá. Chama-se arraial velho, por que aí estava acampado Pascoal Moreira Cabral quando Antonio Pires de Campos lhe deu notícias acerca dos índios Coxiponés. Nesse local, também chamado de Aterradinho ou Casa de Telha, ou ainda Carandá, foi plantado um famoso bananal que abastecia tanto índios como bandeirantes, constando que o mesmo fora plantado pelo irmão Leme em 1720. Nesse mesmo Arraial Velho, Antonio Pires de Campos instituiu um Registro de Cargas em 1726, do qual era Provedor. No Arraial Velho morava Pascoal Moreira Cabral no fim de sua vida, e possivelmente, aí tenha falecido.

23 - Esta notícia dada pelo autor, da existência de uma tribo de índios Cuiabás, nas cabeceiras do rio desse nome, vem trazer mais luzes, ou mais confusão, na explicação da origem do nome CUIBÁ. Não há que se desprezar tal informe, face a ancianidade e credibilidade do relatório de Antonio Pires de Campos. Trata-se esta, da mais antiga explicação sobre a origem do nome Cuiabá.

gentios muito valentes e vistosos, os costumes e trajes o mesmo que os mais de corso e guerreiros.

Subindo mais acima habitava outra nação chamada Cochiponé, estes tinham por distrito todo o circuito do Coxipó, viviam de corso e de montarias; nas armas e trajes o mesmo que os mais. Subindo mais acima pelo rio Cuiabá habita outro lote chamado Puponez e tinham por distrito o Coxipó Açu; nos trajes, costumes e armas como os acima.

Entre estes dois rios Coxipós, que fazem barra no do Cuiabá subindo para cima da parte direita aonde está um ribeirão que faz barra no dito rio Cuiabá²⁴, se descobriram as minas do Cuiabá em o ano de 1719 e 1720 pelo capitão Pascoal Moreira Cabral Leme, que depois foi guarda mor delas, em 1721 mandou o general Rodrigo César de Menezes a S.M. que foi o primeiro que pagou de quintos, que veio com a notícia daquele descobrimento, ao qual deu tão vigoroso sabor ao dito general, escrevendo aos paulistas e mais pessoas que nele se achavam, e animando a outras a que passassem aquele sertão que com efeito conseguiu o seu estabelecimento, e passando a ele por ordem que teve de S.M. em 7 de julho de 1726, chegou ás ditas minas em 15 de novembro do dito ano, e no 1o. de janeiro do ano seguinte criou a vila que se chamou Vila Real do Senhor Bom Jesus.

Continuando a subir o rio do Cuiabá faz barra nele o rio Manso, habitava nele outro lote de gentio chamado Pupuz, e subindo mais acima habita a nação chamada Araripoconez; estes são dois lotes e demandam de muita gente, eles muito valentes e muito guerreiros, senhores de suas armas e muito temidos de todos, e subindo mais acima habitam os Acopoconez, também são dois lotes muito grandes e também muito guerreiros, em grande forma gentio muito vistoso.

Subindo mais acima habita outro lote que lhe chamam Tambeguiz, subindo mais acima habita outro lote chamado Itaporez, este é um lote também de boa gente, e subindo mais acima, ás cabeceiras do dito rio, na chapada habita outro lote o qual anda por 600 fogos; este chama-se Itaporé Mirim²⁵.

24 - Entre os rios Coxipó Mirim e Coxipó Guassu existem vários ribeirões, sendo o maior, o córrego da prainha, onde realmente se instalaram as Lyras do Sutil, posteriormente vila do Cuiabá. Todavia, o autor mencionava terem sido estas lavras fundadas em 1719 e 1720, quando na realidade Miguel Sutil só descobriu as minas cuiabanas em outubro de 1722. Antonio Pires de Campos deva ter feito alguma confusão de data, entre 1719, fundação do arraial de São Gonçalo Velho, nas margens do Coxipó eo o Cuiabá, o arraial da Forquilha, em 1721, no Coxipó eo o ribeirão Mutuca e o arraial do Cuiabá, em 1722, nas margens do Prainha. Um mero lapso do autor.

25 - É duplo o entendimento dessa frase. Não se pode precisar se o "este" usado pelo autor refere-se ao rio ou ao lote de índios. Provavelmente, por ter logo acima se referido a índios Itaporez, o denominado Itaporé Mirim seja uma tribo, ou "lote" menor, com menos quantidade de habitantes, daí o mirim. O Itaporé maior e o Itaporé menor. Salvo engano histórico.

Todos estes nomeados são do mesmo viver e traje, assim em armas como em tudo mais, são de corso, e chegam com as suas bandeiras a fazer mal ao gentio chamado Bacairis, que estão sobre as vertentes Maranhão, e daí se seguem várias nações de gentio, que tenho por notícia, são as aldeias infinitas e todo o gentio mui guerreiro e senhores de suas armas.

Trata-se agora do rio Porrudos: subindo por ele acima habita o primeiro lote de gentio chamado Taraqui, lote pequeno mas muito valente. Este em certo tempo usam de canoas, é gentio de mantimentos e aldeias, usavam de muita mandioca, batatas, abóboras e tabaco. Os trajes suas palhinhas nas partes verendas, as mulheres com seus reparos de fios, e subindo mais acima habitam os chamados Araripoconez e são dois lotes valentíssimos pelas suas armas; usam de arco, flecha e garrotes de duas mãos, estes vivem de corso e de montarias; subindo mais acima habitam os Cruarás, também são três lotes de gentio muito grandes, este dão guerra aqueles vizinhos chamados Araripoconez e fazem grande estragos uns aos outros só afim de dizerem que são valentes, também vivem de montarias, nas armas e nos trajes não há diferença, e subindo mais acima nas cabeceiras do próprio rio habita o gentio chamado Porrudos, resto de muitíssima gente e este senhoreavam todo o rio, é gente de língua geral, e aldeados com muitos mantimentos, e também usavam de canoas de cascas, e o seu modo de remar era sentados, e o resto deles que há hoje dizem são governados por um doméstico que fugiu da companhia dos brancos.

E passando para outras vertentes habitam muitas nações de gentios as quais não posso declarar por não ter andado o seu distrito, isto dizem ser cabeceiras do Maranhão²⁶. Neste rio dos Porrudos faz barra outro chamado Piquiri nas cabeceiras do qual habita uma nação chamada Vanhereis, e são três lotes aldeados, gentio de muito mantimento, valentes pelas suas armas, estes resistem aos Caiapós sendo uma das nações temidas pelas suas astúcias e traições, pelas quais basta um só caiapó para destruir uma tropa de quinhentas armas de fogo, sendo em qualquer deles usual correr tanto como um cavalo²⁷.

Isto é o de que por agora posso dar notícia. E pela brevidade do tempo o não faço com mais distinção o que faria se me desse parte mais cedo²⁸. Todos estes sertões e gentios de que dou notícia foram descobertos

26 - Entende-se "... cabeceiras do Maranhão.", como as cabeceiras, as nascentes dos rios que correm em direção norte, para a Capitania do Maranhão. Já se disse anteriormente na Nota 17 que, no início do século XVIII, antes de se iniciar a rota para o Pará pelos rios Guaporé, Arinos e Tapajós, não se tinha a perfeita noção de distância das minas do Cuiabá até as Capitânicas do Norte, Grão Pará e Maranhão.

27 - Obviamente houve um exagero nas colocações do autor em ambas as assertivas, com relação aos índios da tribo dos Caiapós.

28 - Essa última frase é mais um indicio de que o relato fora escrito por solicitação de alguém. "... se me desse parte mais cedo", significa, se alguém solicitasse, se pedisse, se encomendasse o relatório antes ao autor Antonio Pires de Campos.

pelos paulistas.

Transcrito de: Revista do Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro, tomo XXV, 1862, p. 437/449

Notas de rodapé: **Paulo Pitaluga Costa e Silva**, do IHGMT

CAMINHOS DO SERTÃO¹

“Uma folha avulsa, que forma o n. 18 do Cod. CXVI/2-13 da Biblioteca de Évora, contém o breve roteiro dos caminhos que no século XVIII os paulistas faziam para penetrar no Cuiabá. É obra de anônimo autor, decerto um prático de tão perigosas e dilatadas viagens”²

ROTEIRO DOS CAMINHOS DOS PAULISTAS PARA O SERTÃO DO CUYABÁ³

Da cidade de S. Paulo á villa da Parnayba⁴ há um dia de viagem; quem leva carga gasta 2 dias neste caminho. Da villa de Utú⁵ ao perto do rio hé uma légoa. De S. Paulo athé este logar não permite o rio navegação, pellos precipicios de suas pedras. De Utú para baxo se ajuntão as canoas, e

1 - Este título deva ter sido dado pelo editor da Revista “Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil”, que pela primeira e única vez publicou o manuscrito.

2 - Nota inserida pelo editor

3 - Título original do manuscrito colocado pelo próprio autor anônimo

4 - Cidade de Santana do Parnaíba, estado de São Paulo, fundada no século XVII, berço de inúmeros bandeirantes e sertanistas

5 - Cidade de Itú. No século XVIII encontramos documentos que a ela se referiam mencionando Ytu, Outu, Utu

formadas as frotas partem em varias conquistas. Athé o rio Grande⁶ gastão 20 dias navegando pella menhã athé as 2 da tarde. Em duas partes, que chamão Abanhendaba⁷ e Masuira⁸ por serem as cachoeiras altas levão as canoas por terra estivado o caminho com madeiras. Em outras duas partes pello perigo tirão as cargas das canoas, e estas vão à sirga. Tem outras correntezas de menos perigo.

Tanto que as frotas chegarão ao rio grande navegação por elle abaxo 6 dias athé a barra do rio Pardo⁹, que lhe saye da parte da mão direita, e logo sobem por elle a rumo nordeste per espaço de 23 dias, não sem dificuldade per causa da correnteza e pedras. Dexadas as canoas aonde o rio Pardo já não se pode navegar, caminhão os Paulistas¹⁰ per terra athé o Cuyabá¹¹ per espaço de 25 dias ou um mez. Outros paulistas por fogirem o trabalho de caminho de terra tão dilatado, caminhão per terra somente 10 ou 12 dias athé o ribeirão Itikira¹², ou em outro chamado Piaguy¹³, os quais entrão em outro mayor chamado Pikiri¹⁴ com navegação de 5 dias. Este rio Pikiri entra em outro mayor chamado dos Parrudos¹⁵, pello qual sobem e em breve navegação chegão a barra do rio Cuyabá, o qual desce dos morros de Cochiponé¹⁶ e hé braço principal do rio dos Parrudos, e este crescido já com tantos braços e rio vay dar no grande rio do Paraguay.

Outros paulistas depois de navegarem pello rio Pardo assima, entrão por um de seos braços chamado Ypiranga¹⁷, donde atravessando por terra para a parte das vargens achão o ribeiro navegavel chamado Camapoan¹⁸ em distancia de 3 légoas; por este ribeiro, que hé navegavel descem ao Tacoary¹⁹, o qual com navegação de 8 dias, entra no rio Paraguay, e sobindo

6 - Rio Paraná

7 - Salto de Avanhandava, o maior do rio Tietê

8 - Provavelmente trata-se do Salto de Itapura, logo abaixo do Salto de Avanhandava, no rio Tietê. Por erro de leitura e transcrição do manuscrito original, deva ter-se interpretado Masuira em vez de Itapura.

9 - Rio localizado à margem direita do rio Paraná, por onde subiam as monções do século XVIII

10 - Refere-se aos bandeirantes paulistas, principais exploradores dos sertões e das minas do Cuiabá

11 - Refere o autor à vila do Cuiabá, fundada por Pascoal Moreira Cabral em 8 de abril de 1719, e elevada à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá a 1º de janeiro de 1727, pelo Capitão General de São Paulo, Rodrigo César de Menezes.

12 - Rio localizado no estado de Mato Grosso, fazendo parte da bacia do Prata. É o primeiro roteiro de viagem do século XVIII, que menciona esse rio como rota de monção para as minas do Cuiabá

13 - Rio não identificado. Provavelmente tenha mudado o nome no correr dos séculos

14 - Rio localizado no estado de Mato Grosso do Sul, e uma das rotas comuns das monções cuiabanas, fazendo parte da bacia do Prata.

15 - Conhecido no século XVIII como rio Porrudos, onde habitavam índios com essa denominação. Hoje, rio São Lourenço. -

16 - O autor, desconhecendo por completo a geografia da região, achava que o rio Cuiabá descia da serra dos Coxiponés, ou seja, da serra de Chapada dos Guimarães. Por isso, entende-se que o presente roteiro deva ter sido escrito bem nos primórdios da ocupação cuiabana, quando a região não estava ainda bem explorada e conhecida.

17 - Rio hoje desconhecido. Provavelmente tenha mudado de nome, com o correr dos tempos.

18 - Onde estava localizado o célebre Varadouro do Camapuã. Local fundado pelo irmão Leme, posteriormente adquirido por Luiz Rodrigues Villares, servia de pouso e abastecimento das monções que iam e vinham das minas cuiabanas.

19 - Rio Taquari. Localizado em Mato Grosso do Sul, fazendo parte da bacia do Prata, era rota comum dos monçoeiros do século XVIII.

por este assima em distancia de 10 dias de viagem entrão na barra do rio Parrudos, da qual barra até o Cuyabá são 20 dias de viagem.

Os Paulistas que vão pella Vacaria²⁰, tanto que no rio grande chegarão à barra do rio Pardo descem mais 4 dias pello mesmo rio grande até o rio Imonheyma²¹, o qual per 3 braços entra no dito rio grande. O braço per onde entrão os Paulistas chamasse Anhanguepy. Navegão pello dito Imonheyma assima per espaço de 18 dias, os quais acabados atravessão per terra 8 dias até as cabeceiras do rio Botetey²² no qual fazem canoas e com ellas descem per espaço de 12 dias ao Paraguay, dahi sobem até a barra de Tacoary assima 3 dias, e dahi a barra dos Parrudos na forma já dita. Este caminho hé mais abundante de sustento, mas arriscado a encontrar tropas de Castelhanos²³, e cavalleiros Guaycorús²⁴, o qual perigo não tem o caminho do rio Pardo, O Excellmo. Senhor General Rodrigo Cezar e Menezes²⁵ prohibio per justas causas o caminho pella vacaria, e concordarão os Paulistas em que o caminho geral fosse pelo rio Pardo. Outros Paulistas tanto que chegarão ao rio grande descem por este só por tempo de 2 ou 3 dias e chegando a barra do rio Verde²⁶ sobem por ele assima per espaço de 10 ou 12 dias, e chegando ao salto do rio ahi dexão as canoas, e seguem o mesmo caminho que os que forão pello rio Pardo já assima dito.

Tambem abaxo do rio verde está outro rio 2 dias de viagem chamado Ypitanga²⁷ pello qual assima se faz a mesma viagem que pello rio verde. Na viagem do rio verde há perigo do gentio Bilrreiro ou Cayepó²⁸.

O caminho por terra é independente de canoas hé de S. Paulo a Çorocaba²⁹

20 - Os sertões da Vacaria estavam localizado nos chapadões de Mato Grosso do Sul, na região da serra da Bodoquena. Tinha esse nome em ace da abundância de gado selvagem lá encontrado, remanescente do deixado pelos conquistadores espanhóis do século XVI e das reduções jesuítas dos Itatins, do século XVII, e ainda da vila de Santiago de Xerez.

21 - Rio Ivinhema

22 - Rio Mbotetey, Mbotetey, hoje rio Miranda

23 - A história não deixou registros de encontros dos bandeirantes monçoeiros com tropas castelhanas nos primórdios do século XVIII, quando de viagem para as minas do Cuiabá. No entanto, ficou famoso o encontro do bandeirante Pedro Leme da Silva, o "Torto", com tropas do exército espanhol em 1682, na região da Vacaria.

24 - Índios cavaleiros, ou Guaicurus, inimigos dos portugueses e aliados dos índios Paiaguás, até 1790, quando o cacique Queima celebrou um tratado de paz com o Capitão General de Mato Grosso, João de Albuquerque.

25 - Oficial do Exército português, foi Capitão General de Capiania de São Paulo, de 1721 até 1727. Chegou às minas do Cuiabá, que estavam sob sua jurisdição administrativa, pela rota das monções, a 13 de novembro de 1726, retirando-se a 5 de junho de 1727. Faleceu em 1738 como Capitão General em Angola, na África.

26 - Afluente do rio Paraná. Foi bastante usado como rota monçoeira no século XVIII.

27 - Rio desconhecido com esse nome.

28 - tribo de índios famosos e aguerridos. Habitavam o leste de Mato Grosso e os sertões de Goiás.

29 - Sorocaba, cidade do estado de São Paulo. Berço de ilustres bandeirantes, como Pascoal Moreira Cabral e outros pioneiros das minas cuiabanas.

3 dias, de Çorocaba a serra de Botycatú³⁰ 7 dias, dahi ao rio grande 15 ou 20 dias, dahi passado o rio grande vão costeando o rio Pardo e fazendo a viagem que já dissemos no caminho navegável. Todos estes caminhos que assim a ficão ditos levão a frente já a Oeste, já a Noroeste,

Norte e Nordeste.

O caminho de terra pellos Batatais³¹ hé mais direito e breve, mas por ora impraticavel pello perigo dos Cayepós.

Transcrito da Revista: "**Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil**" - Lisboa: n° 2, 1944, p.3 e 4

Notas de Rodapé por **Paulo Pitaluga Costa e Silva**, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

30 - Botucatu. A viagem terrestre para Cuiabá, passando por essa serra, em pleno centro geográfico de São Paulo, era muito pouco utilizada e pouca mencionada em outros roteiros de viagem.

31 - Localidade ou região hoje NÃO conhecida, portanto, não se podendo saber que o caminho mais curtoera esse.

CARTA RÉGIA DE 16 DE JANEIRO DE 1817, APROVANDO A COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO CUIABÁ

João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravenberg, do Meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso: Amigo: Eu, El Rey, vos Envio muito saudar; Sendo-Me presente a vossa carta de trinta e um de maio de mil oitocentos e quatorze, acompanhada dos estatutos da nova Companhia de Mineração do Cuiabá, que se tem proposto formar os sócios assinados nos mesmos estatutos, pedindo em nome e a requerimento dos mesmos sócios, a Mina Real aprovação de todos os artigos de que se compõe, para poder prosseguir o plano de mineração projetado, não obstante o ter já provisoriamente mandado por em prática, pelas vantagens que de um tal estabelecimento podem resultar à Minha Real Fazenda, e aos habitantes desta Capitania, onde pela sua central posição nenhum ramo de indústria parecia mais conveniente, do que a lavra dos metais preciosos: E desejando, quanto é possível, animar a todos, e quaisquer estabelecimentos, que tendam ao bem geral, e particular de meus fiéis vassallos, e a prosperidade e riqueza pública; Tendo ouvido o parecer de pessoas doulas e zelosas do Meu Real Serviço e bem comum: Sou Servido aprovar a Companhia de Mineração do Cuiabá, para cuja formação tendo concorrido com tanto zelo e desvelo, regulando-se pelos estatutos, que com esta Minha Carta vos são remetidos, assinados pelo Conde da Barca, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário do Estado e Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Presidente Interino de Meu Real Erário; Espero de vosso zelo, luzes atividade, que não somente procureis que se consigam os bons resultados a que se propõe esta companhia, mas que conseguireis persuadi-la a que haja de mandar, logo que tenha suficiente força, à sua custa, algumas pessoas desta Capitania a aprender nas Reais Fábricas de Ferro de Ipanema na Capitania de São Paulo, e do morro do Pilar, na Capitania de Minas Gerais, a arte de fundir o ferro, em grandes e pequenas formas, para com elas se poderem também erigir nesta Capitania fábricas de ferro; a fim de terem em abundância em bom preço, já para os trabalhos de mineração e da agricultura, já para a mesma defesa dessa Capitania; não devendo também esquecer-vos de fazer

pesquisar com todo o cuidado as minas de sal que houver neste território, para que possam ser aproveitadas em decidida vantagem dos Meus vassallos.

O que tudo executareis com a prontidão e acerto com que tendes distinguido no Meu serviço; dando-me parte pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, e pelo Meu Real Erário, dos resultados que anualmente se obtiverem, e propondo - Me o que vos parecer conveniente ao progresso e riqueza dessa Capitania, para Eu resolver o que for servido. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro aos 16 de janeiro de 1817 - com a assinatura de Sua Majestade.

ESTATUTOS DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO CUIABÁ

- 1- À Real Fazenda pertencerão duas ações livres nos rendimentos que produzir o fundo da Companhia de Mineração do Cuiabá, na forma do seu espontâneo oferecimento.
- 2- O Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso será o Inspetor da Companhia, para vigiar sobre a observância de seus Estatutos, zelando e promovendo tudo quanto for em seu proveito e da Real Fazenda, podendo convocar e formar juntas interinas, enquanto se não estabelecerem as juntas administrativas, mandadas criar pelo Alvará de 13 de maio de 1803, para nelas se decidirem em última instância aqueles negócios da Companhia, que na forma do mesmo Alvará dependerem de tais decisões.
- 3- O mesmo Governador e Capitão General será Presidente da mesa de direção e do conselho da Companhia; e somente por aprovação sua, e com sua assistência, ou de pessoa por ele delegada, poderá reunir-se o Conselho, quando forem dignas de atenção as razões alegadas pela mesa de direção para convocação.

4- O Conselho da Companhia será formado de 12 dos seus acionistas, que merecerem ao Governador e Capitão General um maior conceito; preferindo entre estes os que tiverem maior número de ações e se acharem presentes no Cuiabá. A mesa da direção será composta de quatro diretores, escolhidos entre os mais hábeis dos do Conselho, servindo os diretores por tempo de três anos, se não houver inconveniente qualificado e reconhecido em conselho; e no fim do triênio poderão ser reconduzidos os diretores, ou poderão ser nomeados outros, como parecer ao Conselho da Companhia, que para este fim se convocará.

5- O Conselho da Companhia será convocado no fim de cada um ano para lhe serem apresentados pelos diretores os livros de receita e despesa, e fazer-se a conferência do cofre, a fim de se conhecer da boa ou má administração dos diretores, lavrando-se de tudo os competentes termos.

6- No tempo em que se assentar que se devem repartir os lucros, quando os houver, também se congregará o Conselho para regular os dividendos, sendo a partilha, que se fizer, assinada por todos do Conselho e diretores, e ficando livre a qualquer interessado a examinar o modo com que foi calculado o dividendo que lhe toca; para o que lhe será franqueado o livro dos termos, e da receita e despesa, quando assim o exija; feito porém este exame perante os diretores, a quem compete a responsabilidade de tais livros.

7- A sexta parte da quantia que tocar a cada um dos interessados, ficará em reserva, fazendo-se a competente escrituração em separado, em sendo guardada em cofre separado; deste fundo é que sairão as somas necessárias para as despesas extraordinárias, e até para a compra de escravos, se para isto chegar, no fim do ano, sendo, porém, a sua aplicação resolvida em Conselho.

8- A mesa da direção pertence o governo e direção dos negócios da companhia, segundo os seus estatutos, decidindo-se pela pluralidade de votos, nos casos duvidosos, ou recorrendo ao Conselho no caso de empate de votos. Nos papéis e contratos da Companhia poder-se-á usar de um selo

particular, que será firmado das armas da Vila do Cuiabá, circulado com a legenda - **Fortuna Duce Comite Virtude** - tendo por baixo o ano de criação da companhia.

9- O Conselho fará a divisão do trabalho pelos quatro diretores, como melhor lhe parecer, e cada um deles tomará a si uma das quatro chaves que deve ter o cofre a companhia.

10- As ações desta companhia são isentas de qualquer penhora, embargo ou execução fiscal, ou civil, ou do Juízo de Órfãos, Defuntos e Ausentes. Os credores só poderão ter direito aos lucros, que de tais ações provierem, requerendo-os nas ocasiões somente em que se repartirem por todos os interessados.

11- O Juiz de Fora de Cuiabá será juiz conservador desta companhia, e julgará breve e sumariamente as suas causas.

12- Todos os que tiverem ao menos quatro ações nesta companhia, gozarão, enquanto ela durar, do privilégio de homenagens nas suas próprias casas, nos casos em que elas se costumam conceder, e os diretores gozarão, além disto, a isenção de qualquer serviço militar, não sendo oficial de soldo, e não serão violentados a servir ofício algum de justiça, ou fazenda, nem a ser depositários ou tutores de órfãos, enquanto forem diretores.

13- Os fundos desta companhia serão formados por ações, e a subscrição para esta se conservar até que o fundo necessário para o encanamento das águas, que poderem cobrir os tabuleiros das vizinhanças da Vila do Cuiabá, fechando-se a subscrição logo que se principiar esta obra, sem que nenhuma autoridade possa violentar a companhia a receber mais sócios, servindo-lhe de limite o designado para as companhias de mineração no parágrafo segundo do artigo sétimo do Alvará de treze de maio de mil oitocentos e três.

14- Para que a companhia possa aumentar os seus fundos, quando lhe convier até o indicado limite de mil e oito escravos, ser-lhe-á permitido o

admitir novas ações dos seus atuais sócios, e na falta destas ações de novos sócios, regulando-se, porém, neste caso o prêmio com que estes novos acionistas devem compensar os trabalhos já feitos pela companhia, para vencerem os lucros que competirem às praças com que entrarem, sendo este regulamento feito pelo conselho da companhia.

- A duração desta companhia será de trinta anos; e findos estes, poderá ser disolvida, ou novamente constituída, como parecer conveniente.

16- Cada uma ação desta companhia será de cem mil réis em moeda, que se deverão entregar no ato da subscrição e de dois escravos vestidos e preparados de ferramentas por uma vez, e que serão entregues à companhia, no momento em que principiar a mineração, e logo que se concluir o encanamento das águas, ou outra qualquer operação preliminar, de que ela depender, e para que é aplicado o dinheiro recebido. E se por algum motivo o acionista deixar de entrar com os escravos, que é obrigado, quando forem requeridos, não terá parte no lucro da mineração, nem jus algum para reclamar a entrada, da que fez para o fundo de despesas; será permitido, porém, a mesa de direção o conceder um prazo, que não exceda de seis meses improrrogáveis, aos acionistas de mais de duas ações, para apresentarem todos os escravos que são obrigados, suprimindo no entanto, a falta destes com escravos alugados à sua custa; com a cláusula de que findo o prazo concedido sem fazer a entrega dos escravos, que devem ficar pertencendo à companhia só terá direito ao pagamento dos jornais, cedendo em proveito da companhia e mais lucros que houver, e ficando expulso da companhia.

17- O dinheiro e escravos pertencentes à companhia, não se pode tirar durante o tempo que lhe é concedido; e somente será livre aos acionistas o vender e traspasar as suas ações, preferindo os sócios em igualdade de preço; para o que se fará público uma tal venda por edital da mesa da direção, para conhecimento dos atuais interessados, sem o que será nula a venda feita a pessoa que não seja da sociedade.

18- Ficarão pertencendo à companhia todas as águas que puder introduzir no rego ou encanamento, que vai empreender, achando-se devolutas ou não ocupadas legitimamente por algum mineiro de efetivo trabalho, e com reserva das excetuadas no parágrafo segundo do artigo nono do Alvará de treze de maio de mil oitocentos e treze; assim como as terras que puderem lavrar com as águas do dito encanamento ou rego chamados do Canelas e do Brigadeiro achando-se estes terrenos devolutos ou não ocupados legitimamente, e sem trabalho efetivo de algum mineiro; sendo notificados os donos legítimos, se algum houver, sem efetivo trabalho, para dentro do prazo de seis meses abrirem serviços minerais correspondentes à extensão do terreno que possuírem, com pena de perdimento a favor da companhia, no caso contrário: conservando somente a extinção marcada no parágrafo terceiro do artigo sexto do sobredito Alvará, se tiverem forças bastante para o seu lavrar efetivo.

19- Na repartição e concessão de terras minerais e águas, que se acharem devolutas na campanha de Mato Grosso, terá a companhia a preferência na forma do parágrafo primeiro do artigo sexto do Alvará de treze de maio de mil oitocentos e treze, sobejando-lhe forças para novas empresas, ou devendo suspender os trabalhos principiados, na forma do parágrafo sexto do dito Alvará, em terras que lhe são concedidas.

20- Nos terrenos minerais concedidos à companhia, não terá lugar quaisquer denúncias ou repartições a título de descobertas.

21- Os administradores, feitores e camaradas, ou quaisquer empregados no serviço da companhia, não poderão ser empregados em outro qualquer serviço, sem mostrarem que foram despedidos do serviço da companhia, com pena de quarenta mil réis a favor do caixa da companhia, pagos pelos que os aliciarem.

22- Os administradores que pelos seus bons serviços por espaço de oito anos merecerem singular recomendação da mesa de direção, e satisfação geral da companhia, ficarão daí em diante gozando de uma até duas ações, sem serem obrigados a algum prêmio, entrando com os escravos competentes.